

## Lazer







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

**Volume 2**

Simone Dantas

**Lazer**



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da  
Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

## Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

## Vice-presidente

Masako Oya Masuda

## Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

UNIRIO - Camila Moraes

CEFET - Claudia Fragelli

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Simone Dantas

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Lucia Beatriz da Silva Alves

Marcelo Alves da Silva

### AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

## Departamento de Produção

### EDITOR

Fábio Rapello Alencar

### COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Renata Lauria

Thelenayce Ribeiro

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

### DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

André Guimarães de Souza

Carlos Cordeiro

### ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

### CAPA

Fernando Romeiro

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

D1921

Dantas, Simone.

Lazer. v. 2. / Simone Dantas. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.

250 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-871-2

1. Lazer 2. Educação-animação cultural. 3. Políticas públicas de lazer . 4. Projetos de lazer . 5. Lazer-cidade. 6 Lazer-meio ambiente.

CDD: 370.116

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.  
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

**Governador**  
Sérgio Cabral Filho

**Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia**  
Gustavo Reis Ferreira

## Universidades Consorciadas

**CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA**  
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**  
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro

**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Carlos Levi

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO**  
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca



**SUMÁRIO**

<b>Aula 11 – Jogos, brincadeiras e recreação</b>	<b>7</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Aula 12 – Lazer e cidade: funções, espaços e equipamentos</b>	<b>39</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Aula 13 – Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário</b>	<b>71</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Aula 14 – Lazer, educação e animação cultural</b>	<b>103</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Aula 15 – Políticas públicas de lazer</b>	<b>133</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Aula 16 – Plano, programa e projetos de lazer</b>	<b>163</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Aula 17 – Roteiro para elaboração de projetos de lazer</b>	<b>197</b>
<i>Simone Dantas</i>	
<b>Referências</b>	<b>235</b>





# 11

## Jogos, brincadeiras e recreação

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Apresentar as variações entre brincadeiras e jogos e sua aplicação em programas de recreação com as funções de diversão, descanso e desenvolvimento pessoal e social.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

diferenciar jogos, brincadeiras e recreação;

**1**

reconhecer a importância da prática dos jogos em

**2**

sociedade;

**3**

avaliar a elaboração de atividades de acordo com os objetivos, funções e grupos sociais aos quais se destinam.

## Introdução

Jogos e brincadeiras estão entre as atividades sociais de lazer preferidas para divertir, desenvolver, relaxar, seja de forma individual ou em grupos. Aprendemos brincando e é por isso que também incentivamos a brincar para aprender. Assim, as brincadeiras transformam-se em recreação e incluem entre as suas atividades os jogos. Para alguns autores, o jogo é considerado uma brincadeira com regras; outros consideram que o jogo e a brincadeira seriam “a mesma coisa”. A recreação aplica as brincadeiras e os jogos com finalidades pedagógicas. São várias as interpretações, e os pesquisadores que buscam explicar suas origens e funções desejam estabelecer uma metodologia para este estudo. Contudo, podemos afirmar: BRINCAR É BOM DEMAIS! Mas quais seriam as diferenças e as semelhanças entre jogo e brincadeira? Por que brincar é tão bom? Como foram criados os jogos? Como a prática social dos jogos evoluiu para a “indústria do entretenimento”? Vamos pesquisar e descobrir a importância deste conhecimento para a nossa formação e atuação profissional.

## A brincadeira

No senso comum, quando se fala em “brincar”, o termo nos remete ao sentido de não seriedade, de futilidade, de inconsequência e de infantilidade. Como se a brincadeira fosse um privilégio apenas das crianças, para as quais, aliás, brincadeira é coisa séria! Alguns autores desenvolveram teorias científicas que propõem explicações para “o brincar” infantil, tais como encontramos em Larizzatti (2005):

- Para Aristóteles, Chapariède, Freud e Erikson, a criança brinca para descarregar suas emoções de forma catártica, ou seja, purificadora.

A criança que brinca experimenta-se e constrói-se através do brinquedo. Ela aprende a dominar a angústia e a conhecer o seu corpo, a fazer representações do mundo exterior e mais tarde a agir sobre ele. O brinquedo é um trabalho de construção de criação (LARIZZATTI, 2005, p. 21).

- Para Gross, o brincar é como um instinto que leva as crianças a se prepararem para a vida futura.
- Piaget considera que o brinquedo é um aspecto de todo o comportamento por meio da interação da criança com o ambiente.
- Winnicott propõe que o brincar é uma área intermediária para a qual convergem as realidades interna e externa.
- Para Denzim, a atividade lúdica promove a socialização.
- Bontempo defende que, pelo brincar, a criança interioriza os valores éticos da sociedade à qual pertence.

No entanto, para entender melhor o sentido do brincar infantil na visão adulta, vamos compará-lo com a visão infantil.

De acordo com Barreto (1998), brincadeira é a atividade lúdica, livre, incerta, improdutiva, governada por regras e caracterizada pelo faz de conta. É uma atividade fora da vida séria e rotineira e que se processa dentro de seus próprios limites de tempo e espaço, de um modo ordenado e flexível.

Brincar é um processo criativo intrínseco à vida de todo ser humano, especialmente quando criança, livre de preconceitos, quando se desenvolvem aspectos físicos, emocionais e mentais, de forma individualizada ou combinada, seja através de atividades livres (brincadeira) ou sistematizadas (recreação). O brincar para educar e desenvolver a criança pressupõe o estabelecimento de relações entre objetos culturais e a natureza, responsáveis pelo desenvolvimento físico, moral e cognitivo. Por isto, brincar é importante!



**Figura.11.1:** As brincadeiras liberam a criatividade, sem necessariamente estarem vinculadas a regras formais.

Fonte: [http://www.istockphoto.com/file\\_closeup/?id=10132319&refnum=550207&source=sxchu04&source=sxchu04](http://www.istockphoto.com/file_closeup/?id=10132319&refnum=550207&source=sxchu04&source=sxchu04)



Que tal explorar algumas brincadeiras para fazer com os amigos? Acesse este endereço:

<http://www.divertudo.com.br/bau/xis.html>

Você se lembra de alguma brincadeira de criança?

“Passar o anel”, “ciranda-cirandinha”, “amarelinha”... Ops!

Amarelinha não é um jogo?

## O jogo

Dentre os vários tipos de brincadeiras, o jogo se caracteriza especificamente por ser competitivo. Sempre há previsão de que um participante ou um grupo de participantes saia vencedor e, portanto, suas regras tendem a ser preestabelecidas e mais rígidas do que em outros tipos de brincadeiras.

Para Huizinga (1993, p. 33), autor do livro *Homo ludens*, o jogo “é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço”, tendo “consciência de ser diferente da vida cotidiana”. Para ele, jogar é algo anterior à civilização e supõe que até os animais jogam.

Já Callois (1994) prefere conceituar o jogo a partir de cinco características:

1. O jogo é uma atividade LIVRE. Não se é obrigado a fazê-la.
2. O jogo está DIFERENCIADO do cotidiano por tempo e espaço próprios.
3. Seu resultado é INCERTO. Não é possível antecipar o resultado.
4. O jogo é IMPRODUTIVO, se comparado às atividades que geram renda.
5. O jogo é REGULAMENTADO, pois funciona conforme convenções e é uma atividade fictícia; quando envolve a imaginação, busca outra realidade (PIMENTEL, 2003, p. 15).

Em 1960, Callois (in OLIVEIRA, 1982, p. 603) classificou os jogos ainda de acordo com quatro habilidades e interesses envolvidos, tendo assim:

- *Alea* – jogos de azar ou sorte;
- *Agon* – jogos de competição;
- *Mimicry* – jogos de imitação;
- *Ilinix* – jogos de vertigem.

Esses quatro tipos podem tender ainda para uma organização mais complexa (*Ludus*) ou mais informal (*Paedia*). Enquanto a *PAEDIA* diminui a organização de forma constante, o *LUDUS* aumenta a organização de forma constante. Assim, podemos considerar que a interpretação no teatro e o brincar de mímica são, a princípio, jogos de imitação, sendo que o nível de organização no teatro é mais complexo do que quando nos utilizamos

da imitação ao brincar de mímica.



**Figura 11.2:** Os jogos apresentam regras mais rígidas e preveem critérios para que haja vencedores entre os competidores, como no jogo de basquete.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/172103>

Oliveira (1982) apresenta o seguinte quadro de Divisão de jogos e brincadeiras, baseado em Roger Callois e seu estudo *Los Juegos y Los Hombres* (México, 1994):

**Quadro 11.1:** Divisão de jogos e brincadeiras, segundo Callois

	<i>AGON</i> (competição)	<i>ALEA</i> (azar)	<i>MIMICRY</i> (imitação)	<i>ILINIX</i> (vertigem)
<i>PAEDIA</i> ↓ (Barulho, agitação, riso)	Corridas, lutas, atletismo com regras não regulamentadas	Cara ou coroa	Imitações infantis, ilusionismo, bonecos, máscaras, fantasias	Rodopio infantil, carrossel, balanço, valsa
(Pipas, jogo de paciência, palavras cruzadas)	Boxe, bilhar, esgrima, damas, xadrez	Apostas, roletas	Teatro artes de espetáculo em geral	Esqui, e alpinismo
<i>LUDUS</i> ↑	Competições esportivas em geral	Loterias simples, compostas ou por aproximação		

Fonte: Oliveira (1982, p. 603).

Várias outras teorias tentam explicar a origem dos jogos e sua importância. Vamos conhecer algumas, catalogadas por Farias Junior (1996) e citadas por Pimentel (2003, p. 16):

- *Teoria do excesso de energia*: a criança teria um excesso de vitalidade e, por não possuir atividades “sérias”, gastaria as energias acumuladas através do jogo.
- *Teoria do exercício preparatório*: o jogo seria uma preparação para a vida séria.
- *Teoria catártica*: para Freud, o indivíduo possui tendências antissociais e sexuais não adequadas e para afastar-se desses instintos faz uso do jogo.
- *Teoria do jogo estimulante*: o jogo é uma das formas de estimular o desenvolvimento do organismo (órgãos, sistema nervoso etc.).
- *Teoria hórnica*: a criança jogaria para se libertar dos conflitos e satisfazer-se.
- *Teoria da recreação*: a criança jogaria para criar-se novamente.
- *Teoria da rivalidade*: o jogo existiria para satisfazer o instinto de rivalidade.
- *Teoria do jogo infantil*: para Jean Piaget, o jogo organizaria a conduta geral.
- *Teoria da transfiguração*: para o brasileiro Inezil Penna Marinho, o jogo demonstra necessidade de a pessoa experimentar outros papéis (PIMENTEL, 2003, p. 16).

À ciência cumpre o papel de investigar a influência dos jogos em diferentes áreas do conhecimento. O sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) acreditava que nossa sociedade vem polindo o comportamento ao longo da história. Porém, esse maior autocontrole das pessoas cria tensão entre os costumes civilizados e os instintos de aventura e de agressividade. O jogo seria uma forma controlada de as pessoas experimentarem emoções intensas, sem com isso estarem sujeitas ao perigo.

Para Bruhns (1993), o jogo possui relações com a linguagem, com a arte, com a ciência, com o trabalho e com a cultura. Mas ainda existe um pensamento sobre o jogo, a festa, o lúdico (o lazer, enfim) que os associa a momentos que nos extraem da realidade, como se esses momentos levassem o homem à alienação. Porém, outros dizem ser este um aspecto favorável à transformação, pois as experiências lúdicas nos levam a refletir sobre a realidade e a buscar soluções para tentar mudá-la.

Resumindo, os jogos são importantes meios de aprendizagem social. Jogando podemos aperfeiçoar qualidades e superar defeitos, aprender de forma voluntária, divertida e prazerosa sobre nossos próprios domínios. Os jogos também nos permitem saber determinados aspectos sobre as pessoas que os praticam. Todas as teorias apresentadas influenciam e justificam diversas práticas relacionadas aos jogos.

Podemos partir agora para um pouco de prática e curiosidades sobre alguns tipos de jogos para verificar essas teorias?



### Os jogos de tabuleiro

Os jogos de tabuleiro têm suas origens relacionadas às primeiras cidades da Antiguidade histórica, particularmente as regiões do antigo Egito e da Mesopotâmia, hoje correspondentes aos territórios do Iraque. Durante escavações arqueológicas, foram encontrados desenhos e objetos que parecem fazer referência a jogos de tabuleiros. Outros países registram a origem de diferentes jogos, como Índia, China, Japão, Pérsia, África do Norte e Grécia. A partir da prática de jogos em Roma, outros países da Europa os mantiveram e surgiram variações. Os jogos de tabuleiros são ótimos recursos para desenvolver a atenção e a concentração, bem como para despertar a curiosidade e aguçar a imaginação. Podem ser mensageiros da cultura e dos usos e costumes de diversos povos. Pesquisando a origem de jogos de tabuleiro, descobrimos aspectos bem interessantes, como no xadrez, em que a maioria dos pesquisadores concorda que o jogo tenha se originado na Índia, por volta do século VI



d.C., em uma antiga forma de xadrez com regras diferentes das atuais e denominado *Chaturanga*, em sânscrito. Sofreu variações ao longo da história e é considerado o jogo de tabuleiro mais popular do mundo.

As competições enxadrísticas oficiais tiveram início ainda no século XIX, sendo Wilhelm Steinitz considerado o primeiro campeão mundial de xadrez. Existe ainda o campeonato internacional por equipes, realizado a cada dois anos, a Olimpíada de Xadrez. Desde o início do século XX, duas organizações de caráter mundial, a Federação Internacional de Xadrez e a Federação Internacional de Xadrez Postal, vêm organizando eventos que congregam os melhores enxadristas do mundo. O campeão do mundo (2007) é o indiano Vishy Anand e a campeã mundial (2008) é a russa Alexandra Kosteniuk.

O enxadrismo foi reconhecido como esporte pelo Comitê Olímpico Internacional em 2001, tendo sua olimpíada específica e campeonatos mundiais em todas as suas categorias.



**Figura 11.3:** O xadrez é um dos jogos de tabuleiro mais populares no mundo, com competições organizadas para diferentes faixas etárias e níveis em âmbito internacional.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Xadrez>

## **A brincadeira e o jogo no processo socioeducativo: recreação**

Desde a civilização da Antiga Grécia, já havia relação entre a educação e o jogo: crianças até seis anos tinham suas atividades e movimentos estabelecidos sem regras. Após esta idade, estimulavam-se os jogos. Entendemos o jogo como meio de autoeducação (para o estabelecimento de limites, associados a valores morais, de saúde, de sociabilidade, políticos) e um instrumento para desenvolver a cognição. Da mesma forma, reconhecemos o potencial de algumas brincadeiras e jogos que desvirtuam ou tendem para os vícios e alienações que, infelizmente, também fazem parte do contexto social contemporâneo.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade, em 20 de novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e integralmente fiscalizada pelo Unicef, é o documento da ONU dedicado a defender as crianças e integrá-las na sociedade. Zela pelo seu convívio e interação social, cultural e até financeira, proporcionando condições de sobrevivência até a sua adolescência. Referenciamos o seguinte artigo 7º:

Princípio VII - Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

O interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais.

A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.

A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita – em condições de igualdade de oportu-

nidades – desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade.

Fonte: <http://www.culturabrasil.org/direitosdacrianca.htm>

Observa-se que este direito encontra-se ameaçado tanto nas camadas sociais mais pobres, em que as crianças trabalham pelo sustento da família, como nas camadas mais ricas, em que as crianças têm seu tempo direcionado para múltiplas atividades formais. São cursos de idiomas, informática, entre outros, que reduzem o tempo livre que seria dedicado às brincadeiras, aos jogos. Supõe-se, inclusive, poder ser esta a causa do aumento do alcoolismo, de distúrbios do sono, de manifestações agressivas e do estresse nas crianças (MARCELINO, 1996, p. 37 apud PIMENTEL).

A cognição, ou seja, a capacidade de raciocinar, é objeto de diversos estudos que já descobriram a existência de uma grande relação entre movimento e pensamento. Jean Piaget, um dos grandes pesquisadores sobre a inteligência infantil, considera que existem dois processos básicos de adaptação do ser humano ao meio ambiente:

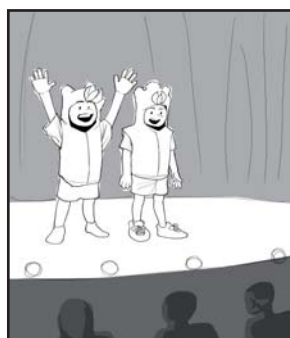
**ASSIMILAÇÃO** – que consiste na incorporação de novos objetos aos esquemas cognitivos já construídos;

**ACOMODAÇÃO** – uma tentativa de se ajustar a uma nova situação.

Piaget propõe quatro fases de desenvolvimento cognitivo até que o ser humano atinja a maturação, que podemos relacionar com o jogo, conforme Pimentel (2003, p. 23) apresenta:

1. **FASE SENSORIO-MOTORA (0 a 2 ANOS)** – nesta fase, a criança encontra satisfação em manipular objetos, experimentá-los com seu corpo; está em seu estágio motor que se caracteriza pela repetição de movimentos simples e exploratórios. Nesta fase, se propõe a realização de jogos de exercícios sonoros, visuais, táteis, olfativos, gustativos, motores e de manipulação.

2. FASE DO PENSAMENTO PRÉ-OPERACIONAL (2 a 6/7 anos) – no Estágio Egocêntrico, a criança está mais centrada em si e tende a ficar falando ou brincando sozinha. Sente dificuldade de socialização. Demonstra crescente pensamento simbólico, pela ligação de seu mundo com palavras e imagens. É a fase dos *porquês*. Nesta fase, podemos propor a realização de jogos simbólicos, em que se explora a representação da linguagem através da ficção ou da imitação, com o objetivo de assimilar a realidade através do faz de conta. Também é uma ótima fase para o aprendizado de conceitos como o respeito ao próximo, a reciclagem de lixo, os cuidados com a natureza etc. Podemos propor jogos de transformação de objetos, ou de reprodução de diferentes papéis (de pai, de mãe, de professor, outros), incentivando a autoexpressão e a liberação de fantasias, conflitos interiores, angústias e frustrações. Lari-zatti (2005, p. 71) destaca ainda se tratar da “idade de ouro” para o desenvolvimento motor, devendo haver estímulo para aprender a correr, chutar, arremessar, saltar etc.



**Figura 11.4:** O teatro é um ótimo exercício para a interpretação de papéis sociais e para o desenvolvimento da autoexpressão.

Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&txt=teatro&w=1>

3. FASE OPERACIONAL CONCRETA (6/7 A 11/12 anos): no Estágio Cooperativo, a criança busca interagir com outras pessoas, formando grupos. Já raciocina logica-

mente sobre eventos concretos e consegue classificar objetos de seu mundo em vários ambientes. A criança deixa o jogo egocêntrico, substituindo-o por uma atividade mais socializante. Na faixa dos 7 a 8 anos, a criança tende a divertir-se com brincadeiras que tratem da “violação de direitos”, como *polícia e ladrão* ou *menina não pode*, e não aceitam facilmente os fracassos. Nesta fase, podemos propor os jogos com regras em uma aplicação efetiva que estimule a cooperação entre os jogadores, de forma espontânea e transmitida, a fim de que se experimente a “paixão pela regra”, que subsistirá e se desenvolverá por toda a vida.

4. FASE PÓS-OPERATÓRIA OU OPERATÓRIA FORMAL (a partir dos 12 anos): o pensamento lógico está semelhante ao do adulto, sendo capaz de jogar com regras mais complexas, faltando apenas a experiência e a maturidade psicológica. Podemos propor jogos com abstrações quando o adolescente já domina o jogo simbólico, sendo capaz de cumprir e estabelecer suas próprias regras.



**Figura 11.5:** A incorporação de jogos simbólicos em novas manifestações e a superação dos próprios limites.

Fonte: [http://www.istockphoto.com/file\\_closeup/?id=10650128&refnum=800997&source=sxchu04&source=sxchu04](http://www.istockphoto.com/file_closeup/?id=10650128&refnum=800997&source=sxchu04&source=sxchu04)

Larizzati (2005, p. 76) destaca outras características da faixa etária dos 12 aos 18 anos importantes para serem consideradas no momento de elaboração de programas de lazer.

Entre as características afetivossociais, destaca-se o fato de que os adolescentes são contestadores e individualistas: tudo é ruim, chato, difícil. Eles querem *seu* quarto, *suas* roupas, *suas* músicas. Temem expor-se aos outros ou não serem aceitos por seus grupos de afinidades, pois estão numa fase de transição da vida familiar para a vida independente e pertencer a um grupo é muito importante, pois auxilia neste processo. Tendem a testar ou mesmo negar valores familiares e a classificar os colegas com apelidos como “cê-dê-efe”, “rolha de poço”, “patricinhas” etc., de acordo com conceitos de popularidade ou de rejeição, agravados por aceleradas mudanças físicas, que afetam muito a autoestima. Procuram modelos para se espelhar – sejam professores, atletas, celebridades ou amigos – e buscam conquistar o “líder”. É uma fase que requer atenções especiais quanto a fatores de risco, tais como a satisfação da curiosidade sobre drogas e sexo, que podem levar aos vícios, às doenças e à gravidez precoce. É importante estimular ao máximo a expressão dos sentimentos dos jovens e a qualidade da comunicação com os pais e com os responsáveis por sua formação e educação.



Você sabe o que é *bullying*? É a discriminação agressiva, física ou psicológica, praticada sobre uma pessoa e muito comum nesta faixa etária, agravada por recursos tecnológicos, já conhecida como *cyber-bullying*. Saiba mais em <http://www.brasilecola.com/sociologia/bullying.htm>

Dos 18 aos 40 anos, Larizatti (2005, p. 77) ressalta que há um pico máximo de força física entre os 25-30 anos, declinando depois em todas as funções do corpo, principalmente em grupos de pessoas sedentárias. Há uma tendência ao acúmulo de gordura no organismo e, por isto, a recomendação de gastar 200

calorias por dia com atividades físicas diárias durante 30 a 45 minutos, ainda que sejam atividades cotidianas como lavar o carro, subir escadas ou caminhar. O alcance de produtividade eleva o senso de satisfação pessoal dos adultos que procuram transmitir à próxima geração sua sabedoria, virtudes, experiências. Caso sintam-se inúteis à sociedade, tendem ao tédio e à depressão, da mesma forma que o excesso de atividades e de responsabilidades conduz a estados de estresse e desespero.

Entre os 40 e os 65 anos, a meia-idade, compreendemos melhor o conceito de Tryon Edwards, segundo o qual “a idade não depende dos anos, porém do humor e da saúde. Alguns homens já nascem velhos, e outros nunca chegam a envelhecer” (LARIZATTI, 2005, p. 78). Aspectos físicos relevantes interferem gradativamente na produtividade, como a diminuição da massa óssea e muscular, da quantidade de água no corpo, da capacidade pulmonar, da elasticidade da pele, da percepção visoespacial, da memória recente, entre outros, que passam a exigir maior atenção e frequência de acompanhamento médico. O senso de identidade continua a se desenvolver e a busca pelo sentido da vida assume importância fundamental. A sabedoria e a capacidade de resolução de problemas práticos são acentuadas, enquanto declina a capacidade de resolução de novos problemas. Para alguns, o sucesso na carreira profissional e nos ganhos atinge o seu ponto máximo. Para outros, há o esgotamento profissional. A crise da meia idade acumula anseios, receios e responsabilidades, muitas vezes sendo necessário cuidar de si, dos pais idosos, e dos filhos – e até netos – em processo de emancipação.

Um jovem, ao levantar de uma cadeira, utiliza 50% da massa muscular. Um idoso utiliza 90%. Levantar-se rápido de uma cadeira para um jovem representa 90% da musculatura. Levantar-se rápido para um idoso é (pode ser) impossível (LARIZATTI, 2005, p. 79).

Entre as características afetivossociais durante a terceira idade (maiores de 65 anos), Larizatti (2005) observa a perda de autonomia por dependência de outros por questões físicas, financeiras ou emocionais. A perda do papel social – no momento da aposentadoria, da emancipação dos filhos ou da desvinculação de demais membros da família ou de grupos sociais – faz com que as pessoas não se sintam mais úteis à sociedade. A diminuição do salário ou a perda do poder aquisitivo, em contraste com o aumento do tempo livre, pode levar ao isolamento, à depressão, agravada por preconceitos oriundos do desnível cultural entre jovens e velhos, muito reforçados pela mídia, como na produção de padrões estéticos, e mesmo na oferta de produtos e serviços. Para auxiliar na saúde, devemos estar atentos para melhorar a flexibilidade e a força através de exercícios físicos regulares e manter atividades sociais que contribuam para o bem-estar psicoemocional.

Esta parcela da população tem recebido especial atenção nas políticas públicas relacionadas à assistência social e ao lazer, visto que há uma tendência de envelhecimento da população mundial, com melhor qualidade de vida, graças às novas descobertas da Medicina e da tecnologia.



Conheça a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e fornece outras providências através do *site*:

[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/p8842\\_pn\\_idoso.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/p8842_pn_idoso.pdf)



Assim, concluímos que para a melhoria na qualidade de vida das pessoas em geral é preciso buscar a felicidade e manter-se ativo em todas as idades. E o lazer proporciona-nos estas oportunidades.

Carvalho (1997) nos lembra que, além de características relacionadas à idade física e cognitiva, há influência de fatores genéticos e a realidade social também faz parte da construção do caráter. A carência nutricional ou determinismos de classe podem ser fatores de mudanças no desenvolvimento infantil, fazendo com que determinadas manifestações, consideradas normais para uma faixa etária específica, não ocorram ou ocorram de forma ou em tempo diferenciados em alguns indivíduos.

Devemos observar que as fases de desenvolvimento cognitivo, aqui superficialmente tratadas, são incorporadas pelas pessoas, prevalecendo umas sobre as outras. Uma pessoa adulta que não tenha tido uma experiência satisfatória em um dos estágios de desenvolvimento cognitivo da infância poderá desenvolver suas habilidades, entre outras técnicas específicas, através dos jogos adequados a esta ou àquela função. Através de determinados jogos e brincadeiras, é possível também identificar o nível de desenvolvimento cognitivo de uma pessoa e favorecer a sua evolução, razão pela qual a recreação desenvolve-se hoje nas escolas como espaço formal para a educação por meio de atividades lúdicas.

Para Vygotsky, compreender essas fases é muito importante, principalmente na infância e adolescência. É papel do professor ajudar o aluno na passagem de uma fase a outra. Sua teoria sobre a “zona de desenvolvimento proximal” trata do estágio intermediário entre *não saber* e *saber*. Nesta fase, as tarefas podem ser realizadas com o apoio de pessoas mais experientes, como pais, professores e colegas.



Saiba mais sobre a *teoria da zona de desenvolvimento proximal*, de Vygotsky, em:

[http://www.psicopedagogiasal.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52:o-jogo-para-vygotsky&catid=11:artigos&Itemid=41](http://www.psicopedagogiasal.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52:o-jogo-para-vygotsky&catid=11:artigos&Itemid=41)

Essas são apenas algumas indicações, pois, como bem nos lembra Paulo Freire, é preciso parar de instituir receitas; afinal, a “educação é um conjunto de procedimentos que deve ensinar pessoas a se descobrirem, a fazer as coisas do seu jeito único, ou seja, que produz autonomia” (PIMENTEL, 2003, p. 25).

Devemos observar que o desenvolvimento humano não é entendido como um processo linear e podem ocorrer avanços e retrocessos, dependendo do tipo de interação social. Contudo, as teorias cognicistas, apresentadas por Piaget e Vygotsky, entre outros, contribuíram para uma série de ações profissionais sobre os jogos, brinquedos e o lazer, tais como:

- Classificação dos brinquedos conforme a faixa etária e sua indicação nas embalagens.
- Implantação de equipes especializadas no atendimento das necessidades das crianças e adolescentes em espaços apropriados em hotéis, *resorts*, parques, *shopping centers* e eventos.
- Respeito ao modo de pensar da criança, que não é um “adulto em miniatura”, mas um adulto em formação, o que ajudou a mudar a forma de tratar as crianças nas escolas, hospitais, meios de hospedagem, programas de TV, entre outros.

- Ensino através de brincadeiras, adotadas especialmente na pré-escola, onde, em geral, aplicam-se as abordagens *piagetianas*, proporcionando ambientes e situações lúdicas apropriadas ao desenvolvimento infantil.
- Programas de educação física compatíveis com cada fase de desenvolvimento.



## Atividade \_\_\_\_\_

### Atende ao Objetivo 1

1. Diferencie brincadeira, jogo e recreação, considerando seus conceitos e funções para o lazer.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

*Brincadeira, jogo e recreação correspondem a tipos de atividades que podem ser realizadas no tempo de lazer e para atender às suas funções principais, que, segundo Dumazedier, correspondem ao descanso, ao divertimento e ao desenvolvimento pessoal e social. Os três tipos de atividade utilizam-se da ludicidade e do prazer como ingredientes para o seu desenvolvimento. A recreação reflete um programa de atividades planejadas que incluem jogos e brincadeiras para alcançar fins educativos específicos e geralmente são monitoradas por especialistas. Os jogos são “brincadeiras competitivas” que atribuem prêmios ou status de ganhador em suas práticas, através do cumprimento de regras preestabelecidas. As brincadeiras são mais flexíveis quanto a regras, visam a estimular a criatividade e a interação dos indivíduos com o mundo.*

## As múltiplas inteligências e os jogos

Para Antunes (2000), a inteligência é a capacidade de resolver problemas e segue a linha do jogo como estratégia para desenvolver outros conhecimentos. Conforme a capacidade da pessoa para resolver desafios de determinada natureza, percebermos os tipos de inteligência mais trabalhados por ela. Pimentel (2003) apresenta um *quadro das múltiplas inteligências*, baseado nos estudos de Gardner e colaboradores, com nove formas de inteligência e sua importância, além de propor jogos favoráveis para o seu desenvolvimento:

**Quadro 11.2:** Quadro das múltiplas inteligências

INTELIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA	JOGOS FAVORÁVEIS
Interpessoal	Convívio social; liderança	Noite dos Autógrafos; gincanas
Intrapessoal	Autocontrole; interiorização	Dinâmicas de grupo; <i>games</i>
Musical	Decodificar sons; ritmos	“Qual é a música?”; videoquê
Pictórica	Compreender signos; imagens	Desenhar; quebra-cabeças
Espacial	Localizar-se; guiar pessoas	Corrida de orientação; caça ao tesouro
Naturalista	Interação com o meio ambiente natural	Subir em árvores; imitar animais
Cinestésica-corporal	Maximização do movimento	“Queimada”; estátua; mímica
Verbal ou linguística	Comunicação oral, escrita	Contar histórias; “forca”
Lógico-matemática	Raciocínio dedutivo; calcular	Baralho; resta um; xadrez

Fonte: Pimentel (2003, p. 26).

Muitas desigualdades na apreensão dessas inteligências passam por determinações sociais que se expressam nos jogos e brincadeiras. Vejamos, por exemplo, meninos que brincam mais na rua, explorando os espaços abertos, se comparados às meninas que permanecem mais dentro de casa, brincando com as amigas. Observem que, geralmente, as meninas são mais sociáveis e trabalham melhor com os conflitos (inteligência interpessoal) do que os meninos, que se locomovem e se localizam mais facilmente (inteligência espacial).

Como buscamos no jogo a alegria e o prazer, todo este aprendizado desenvolve-se sem o sacrifício que muitas vezes atribuímos ao aprendizado formal, àquele cujos métodos ainda se baseiam na memorização e obrigatoriedade.

Entendemos que os jogos e as brincadeiras são processos dinâmicos de criação e recriação do brincar, buscar atividades que dão prazer, e que, portanto, temos a possibilidade de operar tanto na cultura das crianças quanto na dos adultos.

Acreditamos que haja uma evolução da experiência adquirida nos jogos para as relações sociais e o meio ambiente como exercício da consciência política, através da participação em grupos. Assim, supomos que a negação do brincar implicaria na formação de um adulto potencialmente apolítico ou político da neutralidade, acrítico, não criativo, menos participativo culturalmente e que será mais facilmente manipulado pela sociedade do que a criança que brinca, que exerce o seu convívio de forma participativa, observando regras, aprendendo a ganhar e a perder; a cair e levantar; a rir, a cantar, a ajudar, a se interessar por diferentes assuntos e compartilhá-los com os amigos. Assim como, e também por isso, é grande a preocupação dos educadores com os valores culturais que norteiam a formulação de jogos e brincadeiras – seus objetivos, conteúdo, realização e condução – que, quando inadequados, tendem a gerar frustrações, discriminação, marginalidade, violência, destruição. Quantas pessoas são vítimas de “brincadeiras de mau gosto”?

Os brinquedos, as brincadeiras, os jogos revelam-se extremamente importantes no processo de amadurecimento dos sentidos e de compreensão do mundo e da sociedade em que vivemos.

Como educadores, podemos encontrar uma série de propostas que utilizam o jogo no processo de educação formal ou informal, e destacamos aqui algumas propostas de recreação mais significativas e seus respectivos autores, citados por Pimentel (2003, p. 28).

### **Na educação formal (dentro das escolas)**

- Aulas abertas – modelo inspirado em Paulo Freire: Reiner Hildebrandt, Amauri Oliveira.
- Clubes de lazer na escola – August Listello.
- Educação crítico-superadora – Lino Castellani Filho, Celi Taffarel, Valter Bracht.
- Aptidão física – Escola Russa, Manoel Tubino, Antonio Carlos Gomes.
- Educação Física crítico-emancipadora – Elenor Kunz.
- Construtivismo na Educação Física – João Batista Freire.
- Abordagem desenvolvimentista – Go Tani, Kokobun.

### **Na educação informal (que não se resume à escola, como ocorre em clubes, ruas, hotéis, em casa)**

- Jogos cooperativos – Fabio Brotto, Terry Orlick, Guilherme Brown.
- Ação comunitária – Renato Requixa, Nelson Marcellino, Liz Cintra Rolim.
- Esporte para todos – Lamartine da Costa, Yara Custer.
- Movimentos sociais e lazer – Fernando Mascarenhas, Mauricio Roberto da Silva.

- Recreação dos jogos – Lucia Lenzi, Ricardo Catunda, Giuliano Pimentel.
- Terapias – Dinâmicas de grupo, psicodrama, abordagens corporais alternativas.



## Atividade

## Atende ao Objetivo 2

2. Reveja a contribuição das teorias cognicistas para as ações profissionais sobre os jogos, brinquedos e lazer. Reflita como os estudos sobre os jogos e as brincadeiras na sociedade contemporânea podem contribuir para o processo de desenvolvimento do conhecimento humano e de que forma podemos aplicá-los.

[illegible]

### **Resposta Comentada**

*As teorias cognicistas traçam características gerais do desenvolvimento humano, que, sabemos, não ocorre de modo linear e homogêneo em todos os indivíduos, visto que se associam a outros fatores, como sociais, ambientais, econômicos e históricos. Temos a impressão de que as crianças de hoje são mais “aceleradas” do que há vinte anos e, de fato, elas estão expostas a mais estímulos visuais, auditivos e sensoriais do que naquela época. A estrutura familiar também mudou na última geração. As mães trabalham e passam mais tempo fora de casa. As crianças, que costumavam ingressar na escola para o jardim de infância aos cinco anos, hoje têm acesso a creches desde os seis meses de idade, experimentando um convívio diferenciado*

*da família, que influencia em sua formação como indivíduo e ser social. Há um acesso imediato das crianças a recursos midiáticos e tecnológicos, como a TV, jogos eletrônicos e computadores, que seus pais, avós e educadores não tiveram. E como, conforme a teoria de Piaget, há diferença no processo de assimilação e de acomodação de conhecimento, nós nos deparamos muitas vezes com conflitos de gerações. As atividades lúdicas, manifestas através de jogos e brincadeiras, entre outras formas de lazer, podem promover a integração destes grupos sociais de características diversas.*

## **Brincadeira de adulto, coisa de gente grande**

No mundo adulto, globalizado e extremamente competitivo, os jogos estão por toda parte. Genericamente, mesmo durante as atividades de lazer, os adultos têm objetivos direta ou indiretamente ligados às ideias de rendimento e produção. Enquanto a criança se interessa no jogo pela atividade em si, sem se preocupar com a sua finalidade ou objetivo, os adultos buscam sempre algo *mais importante* que justifique a sua realização no jogo.

Para os adultos, a interpretação do brincar pode estar relacionada à conquista de algo inacessível no passado. Implica uma redenção ou símbolo de *status* no presente ou como um divertimento que o distancia do real e do cotidiano, representando uma evasão capaz de gerar satisfação e prazer.

Entretanto, e até por isso, muitas empresas utilizam jogos e dinâmicas para avaliar seus funcionários e seu comportamento sob uma determinada situação ou problema, ou a sua relação com os colegas de trabalho. Os *incentive groups* ou *programas de incentivo* são programações especialmente elaboradas para profissionais de uma determinada empresa que se utilizam geralmente do ambiente de um hotel de lazer para promover reuniões de trabalho intercaladas com atividades lúdicas que alimentem a socialização, a competitividade e a produtividade da equipe.



Os guias turísticos também se apropriam das atividades lúdicas para cumprirem o seu papel de integrar o grupo na programação da viagem, através de dinâmicas de quebra-gelo, de canções, versos, jogos e brincadeiras que descontraem e conduzem os viajantes à atenção constante ao guia e suas orientações.

Os setores de recursos humanos das empresas se utilizam de informações obtidas em *sites* de relacionamento onde os usuários revelam suas relações sociais e atividades preferenciais de lazer e entretenimento, contribuindo para a formação do perfil dos candidatos adequados às oportunidades de emprego, assim como avalia seus funcionários. Durante os processos de seleção, psicólogos podem conduzir um jogo ou uma atividade que possibilite verificar as habilidades de cada candidato para liderança de grupos, cumprimento de tarefas, relacionamento interpessoal, trabalho sob pressão, compromisso com resultados, entre vários outros aspectos, conforme as características do cargo pretendido.



Que tal experimentarmos algumas dessas dinâmicas? Reúna os amigos ou colegas de trabalho e divirta-se!

Dinâmica da “Qualidade”

Cada um anota em um pequeno pedaço de papel a qualidade que acha importante em uma pessoa. Em seguida, todos colocam os papéis no chão, virados para baixo, no centro da roda. Ao sinal, todos devem pegar um papel e, em ordem, devem apontar rapidamente a pessoa que tem esta qualidade, justificando.

Veja outras dinâmicas e brincadeiras em grupo em:

<http://www.cdof.com.br/recrea7.htm#3>

Também observamos na TV a profusão de jogos que despertam a atenção e o interesse pelo comportamento das pessoas, tais como *Big Brother Brasil*, *A Fazenda*, *No Limite*, além da interação já estabelecida entre as emissoras e o seu telespec-

tador, através de jogos diversos, como “Qual é a música?“, entre tantos. A observação do comportamento do consumidor e a busca pela satisfação de suas expectativas na indústria do entretenimento se constituem em informação amplamente divulgada em veículos de comunicação de massa, promovendo uma série de novos produtos, serviços, modas e manias lançadas no mercado globalizado, alimentando *a sociedade do espetáculo*, sobre a qual já tratamos na aula anterior. Você lembra?



*A sociedade do espetáculo*, do pensador situacionista pós-marxista francês Guy Debord (1931-1994), foi uma obra escrita em 1967. Veja o artigo de José Aloise Bahia, publicado no Observatório da Imprensa em 25 de janeiro de 2005, para compreendermos o pensamento de Debord. Através do *link*: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=313SPE003>

A questão é complexa e sua dinâmica segue assistida pelas ciências sociais, ao mesmo tempo em que ocorrem os fenômenos sociais decorrentes deste novo momento da história. Observa-se a evolução dos instrumentos de comunicação-educação e, simultaneamente, a deturpação dos conteúdos que dão função a estes instrumentos que tantas vezes minimizam os valores humanos. São priorizados o consumo, a estética, a fantasia, e nós nos acostumamos a achar graça do ridículo, do absurdo, do irreal, enquanto transformamos em fardo todas as responsabilidades de nosso cotidiano. À parte qualquer radicalismo, nós, como educadores, temos os instrumentos em nossas mãos e certamente poderemos fazer bom uso deles quanto mais estivermos conscientes de seu alcance.

Contudo, ainda há muita polêmica em torno dos jogos, especialmente os de azar. A falta de compreensão sobre os jogos e seus efeitos na sociedade se reflete na ausência de legislação es-

pecífica e favorece a exploração ilegal. Uma polêmica bem atual refere-se à legalização ou não dos bingos no Brasil.



## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Com base na leitura deste artigo e na sua experiência, elabore a sua opinião sobre a legalização e a influência dos jogos de azar na sociedade brasileira.

#### Jogo: a indústria do século XXI

A falta de uma legislação clara em relação ao jogo no Brasil tem ocasionado uma série de problemas, entre outros, exploração ilegal de jogos, corrupção e constrangimento a apostadores, que nos chegam, diariamente, através dos veículos de comunicação. (...) de acordo com o Deutsche Bank Securities, movimenta no mundo, por ano, em apostas, cerca de US\$ 200 bilhões e no Brasil – segundo a revista eletrônica BNL Data – R\$ 16 bilhões. Está mais do que na hora de convocar um amplo debate sobre a possibilidade de regulamentação desta atividade.

Se a legislação permitisse que os Estados, através de suas Loterias Estaduais, controlassem as atividades lotéricas, certamente bingos, jogo do bicho e cassinos não seriam caso de Polícia. Precisamos retirar a indústria do jogo desse cenário policial e colocá-la no lugar correto, o de indústria de entretenimento fonte geradora de inserção social e de empregos, o que acontece nos sete países mais ricos do mundo – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá – onde o jogo é liberado e regulamentado pelo Estado. Saliento ainda, que dos 108 países membros da Organização Mundial de Turismo, apenas Brasil e Cuba não têm os jogos regulamentados.

(...) nos últimos seis anos sem a regulamentação para o funcionamento dos bingos, a Loterj deixou de repassar para a área social do Estado do Rio de Janeiro, mais de R\$ 40 milhões. O prejuízo social, causado pela falta de interesse político em tratar o assunto de forma transparente, é incalculável.

(...) a indústria dos jogos gera no país em torno de 320 mil empregos diretos e indiretos, em grande parte ocupados por jovens e mulheres. Só a atividade bingo gerava cerca de 150 mil empregos diretos e se levarmos em conta a clássica fórmula onde cada emprego direto beneficia uma média quatro dependentes, teríamos 600 mil pessoas vivendo do setor de bingo. Poucas são as atividades no Brasil que geram números como esses. No Rio, mais de 6 mil trabalhadores perderam seus empregos. (...)

(...) Sabemos que 2 a 3% dos apostadores têm uma relação doentia com o jogo, não podemos fechar os olhos para esse tipo de problema. Mas, este não é privilégio da atividade de bingo, segundo site da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), 20% da população do país é dependente de nicotina e 10 a 13% de álcool. Seria o caso então de propormos o fechamento de fábricas de cigarro e bebidas alcoólicas?

(...)

Outro ponto muito atacado é a relação do jogo com o crime organizado, principalmente com a lavagem de dinheiro. Mais uma vez podemos afirmar nos países com jogo legalizado, inúmeros mecanismos são utilizados para controlar a atividade e combater essa prática. (...)

O Congresso Nacional tem hoje 14 projetos de lei que tratam do assunto. Já passou da hora dos parlamentares transformá-los em um só projeto a ser votado em caráter de urgência, criando uma regulamentação séria e acabando com a clandestinidade. (...)

Com isso, a sociedade vai poder exercer o seu livre-arbítrio e escolher a forma de diversão que lhe melhor convier. O Brasil não pode dar as costas para esse importante viés da indústria de entretenimento, que é indústria do século XXI.

Sérgio Ricardo de Almeida – presidente da Loterj (texto publicado em 2008).

Fonte: <http://www.able.org.br/noti.php?ArtID=62>

---

---

---

---

[illegible]

### **Resposta Comentada**

*Assim como há nos indivíduos um processo composto de fases para o amadurecimento cognitivo, verificamos na sociedade processos de autoconhecimento e de regulação influenciados por diversos fatores. O atraso na regulamentação dos jogos de azar no Brasil tem favorecido a corrupção e a manutenção da ideia primitiva dos jogos como vícios. Alimentam-se a lógica popular de que “o fruto proibido é mais gostoso,” deturpando o potencial econômico dos jogos de “azar” ou “sorte,” proporcionados nos bingos como componente da oferta de entretenimento. Os jogadores viciados buscam outras alternativas de manter seu vício, com ou sem autorização do Estado, isto é fato, como ocorre com outros vícios presentes em nossa sociedade, relacionados ao tráfico de drogas, de armas, de crianças e mesmo aqueles supostamente regulamentados, como alcoolismo e tabagismo. Sem a regulamentação, o país perde o controle desta atividade, marginaliza jogadores e profissionais do setor e deixa de arrecadar impostos que poderiam se reverter em benefícios sociais.*

## Resumo

Jogos e brincadeiras fazem parte da vida das pessoas, especialmente na infância, quando estamos abertos para as percepções do mundo. Embora pareçam “a mesma coisa”, jogos e brincadeiras cumprem diferentes papéis ao longo de nossas vidas e da história das sociedades. São componentes da cultura e muito revelam sobre as crenças, os hábitos e os valores sociais.

Especialmente em nossos primeiros núcleos de convivência social – a família e a escola –, as brincadeiras adquirem uma função também educativa, além do divertimento, visando a estimular o desenvolvimento de múltiplas inteligências apontadas por Gardner. Várias são as teorias do desenvolvimento cognitivo e aquelas que analisam os jogos como meios de aprendizagem social, de preparação para a vida adulta e que contribuem para uma série de ações profissionais em relação ao lazer.

Para Vygotsky, compreender estas fases é muito importante e é papel do professor ajudar o aluno na passagem de uma fase a outra. Ao atingirmos a idade adulta, brincadeiras e jogos adquirem, ao contrário do que ocorre na infância, a característica de “escapismo”, de fuga da realidade, e são influenciados por *status* social, pelo sentido de produtividade ou modismo. Entretanto, o exercício das múltiplas inteligências permanecerá necessário durante toda a vida e é importante que busquemos atividades lúdicas que promovam esta evolução, constantemente. Outros fatores, sem dúvida, influenciam nesta evolução que faz parte da construção do caráter, tais como as realidades sociais, a carência nutricional ou determinismos de classe, fazendo com que algumas manifestações consideradas normais para uma determinada faixa etária não ocorram ou ocorram de forma ou em tempo diferenciados.

Assim, no contexto da globalização contemporânea, se intensifica a indústria do entretenimento. As novas tecnologias de comunicação e interatividade em massa favorecem o acesso a diferentes ambientes de jogos, brincadeiras, programas e relações sociais em torno de objetivos diversos. Nesta “indústria” é preciso estar atento à responsabilidade no processo de comunicar-educar e observar sintomas sociais que já eram apontados por Guy Debord

em sua obra *A sociedade do espetáculo*, desde 1967, particularmente indicando a tendência à alienação e à substituição da vida real pela fantasia induzida pela produção na mídia de massa. Paralelamente, jogos e atividades lúdicas fazem cada vez mais parte de procedimentos de setores de recursos humanos nas empresas, tanto com o objetivo de conhecer e melhor selecionar e posicionar seus funcionários quanto para obter melhores resultados em treinamentos e no relacionamento entre a equipe e seu compromisso com a empresa. Consequentemente, o mercado propõe serviços e produtos que atendam a esta demanda. No turismo, encontramos agências especializadas em *incentive groups*, que se utilizam particularmente de hotéis de lazer nos quais já se dispõe de infraestrutura e de profissionais para a realização de diferentes atividades. Guias de turismo que utilizam as atividades lúdicas para o melhor entrosamento dos grupos que conduz. Também encontramos destinos turísticos configurados para alimentar a fantasia, como a Disney, ou incentivar os jogos, como Las Vegas. É crescente a concorrência das cidades para sediar megaeventos esportivos ou relacionados ao *show business*, já que identificam nestes eventos a grande oportunidade para investimentos em infraestrutura e na captação de demanda, especialmente nos períodos de baixa temporada, assim como a possibilidade de obter destaque e reposicionamento no competitivo cenário internacional. Os jogos, particularmente os de azar, comuns em cassinos e bingos, ainda geram muita polêmica pela falta de legislação específica – especialmente no Brasil. O risco do vício, a corrupção, a pirataria e os diferentes tipos de violência decorrentes deste tipo de jogo exigem da sociedade e das autoridades um maior empenho no entendimento e na regulamentação dos jogos. A indústria do entretenimento, de modo geral, pode ser repensada para que os benefícios destas atividades não se concentrem apenas nas mãos de seus produtores – grandes centralizadores do capital desta que é a segunda maior indústria em arrecadação no mundo –, mas alcancem em sua distribuição a maior parte da população, de forma saudável e produtiva.

## **Informação sobre a próxima aula**

Passaremos para o estudo das funções do lazer e sua manifestação no espaço através de equipamentos específicos.



# 12

## Lazer e cidade: funções, espaços e equipamentos

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Apresentar o lazer entre as funções da cidade moderna, os espaços e os equipamentos necessários para a prática do lazer mediante o planejamento urbano.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 distinguir a relação entre as funções das cidades modernas e os equipamentos para a produção do lazer com foco no planejamento urbano;
- 2 reconhecer as atribuições do poder público, da iniciativa privada e da sociedade organizada na produção do lazer;
- 3 identificar as oportunidades de intervenção dos profissionais de lazer nos espaços públicos das cidades.

## Introdução

Ao iniciarmos a disciplina, sentimos necessidade de apresentar as funções e os tipos de lazer com a finalidade de despertar para a amplitude do tema e nos desvincularmos do entendimento genérico de que lazer *é só diversão*. Passamos por várias reflexões teóricas sobre a contribuição social do lazer e seu desenvolvimento. Neste momento, vamos buscar a visão do planejamento urbano e a interface entre as funções do lazer e a sua produção em espaços e equipamentos adequados à sua prática, por meio da participação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade organizada.

Verificamos que os estudos do lazer no mundo ocidental nascem e ganham impulso na sociedade moderna, com o processo de industrialização e o consequente desenvolvimento das cidades, sendo o lazer um fenômeno contemporâneo ao urbanismo.

## As cidades modernas e as funções do lazer para o planejamento urbano

Já vimos que, a partir da expansão da Revolução Industrial, durante o século XIX, houve o crescimento das cidades devido à concentração humana em torno das fábricas. Este fato proporcionou condições para o início de pesquisas sistemáticas sobre a organização, a ocupação e o desenvolvimento do espaço urbano. O urbanismo nasceu destas pesquisas, por volta de 1910, na França, e etimologicamente quer dizer ciência do planejamento das cidades.

Bardet (1990) vem ampliar o entendimento sobre o urbanismo, considerando que:

O urbanismo é antes de tudo uma ciência que se dedica ao conhecimento das coisas, que estuda metodicamente os fatos, que pesquisa as causas primeiras e depois, após rigoroso trabalho de análise, tenta em sínteses sucessivas determinar, quando não leis, ao menos princípios diretores. Sobre essa base pode erigir uma arte aplicada que

passee à ação, a criação de novas sínteses, materializando através de um jogo entre vazios e cheios, os volumes em que se abrigam os grupos sociais; mas a aplicação dessa arte após análise científica necessita de uma dupla escolha: de componentes urbanos para cuidar, modificar, criar, e das aplicações possíveis – implicando essa dupla escolha determinação dos valores humanos; ela é, por essência, uma Filosofia (BARDET, 1990, p. 27).

Paralelamente à evolução das cidades e à convivência em sociedade, veio a preocupação com a melhoria das condições de vida das populações urbanas que ocupavam o *território*. A concentração de serviços ao redor das indústrias desenvolveu novas centralidades urbanas. Com isto, houve a aglomeração de residências, dificuldades de transporte e de comunicação, insuficiência de infraestrutura para o fornecimento de serviços básicos de água, energia, esgoto, favorecendo a proliferação de males que marcaram as cidades europeias no século XIX. Ainda hoje podemos verificar ocorrências e consequências resultantes deste tipo de organização humana em cidades do mundo inteiro. Diante deste contexto, verificamos o desenvolvimento de teorias de planejamento para a organização das cidades, o que marcou definitivamente a visão do estudo sistemático a respeito do espaço urbano.

A discussão destas teorias consolidou o Ciam, Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado regularmente no período compreendido entre os anos de 1928 a 1956, que tinha como objetivo difundir princípios universais para o que se convencionou chamar de urbanismo moderno em âmbito internacional, impulsionados pela emergente necessidade de reconstrução das cidades no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Do Ciam, nasce a Carta de Atenas, escrita por Le Corbusier, em 1933, como um tratado revolucionário. A cidade é considerada como um organismo a ser planejado de modo funcional e centralizado, onde as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas. A Carta de Atenas atri-

### **Território**

Num sentido mais restrito, o território é um nome *político* para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Podemos dizer, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 19).

buiu à municipalidade a gestão do solo urbano, considerado um bem público, que deveria atender às necessidades funcionais de habitação, trabalho, circulação e lazer de seus habitantes.



Compreenda o contexto e os princípios da Carta de Atenas, acessando o seu conteúdo completo no *link*:

[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Atenas\\_1933.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf)

Assim, foi estabelecida a responsabilidade aos gestores públicos de organizar as cidades mediante legislação pertinente ao atendimento da população envolvida. Responsabilidade processada por meio de decisões políticas relacionadas ao território físico de sua competência, que se manifestam no planejamento urbano.

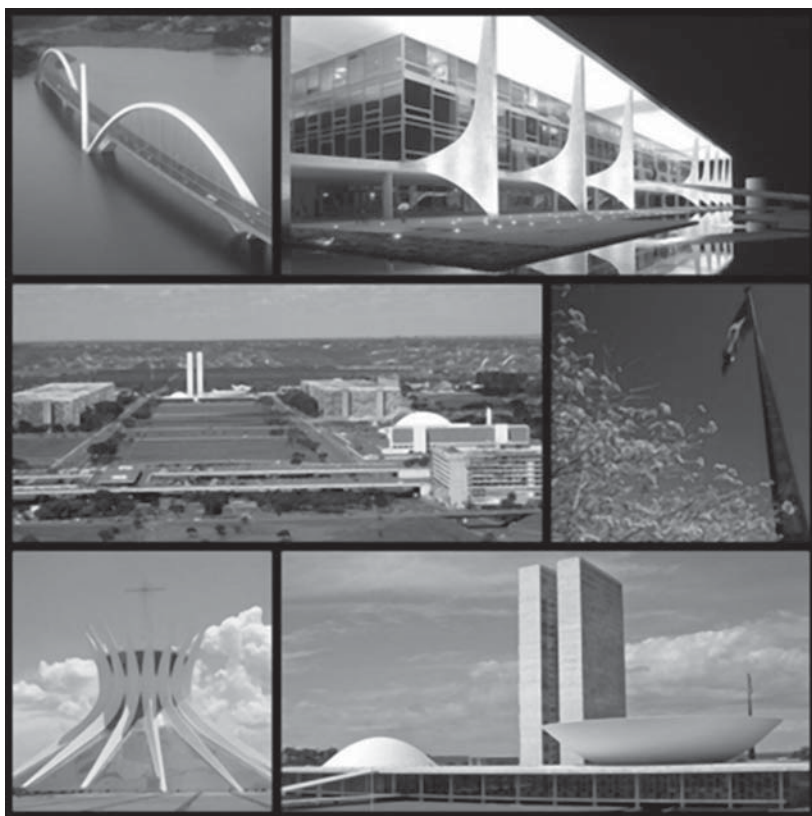
Brasília, nossa capital federal fundada em 1960, é o produto mais consistente do planejamento urbano fundamentado na Carta de Atenas. O Plano Piloto, criado por Lucio Costa, sob forte influência de Le Corbusier, apresenta a preocupação na adequação do plano ao relevo, aproveitando o Lago Paranoá, bem como a aplicação dos princípios do **zoneamento**.

### Zoneamento

É a divisão do território do município em zonas e setores de acordo com a sua função, estabelecendo critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade (LIMA, 2000, p. 119).

Assim, a partir da determinação das áreas verdes e paisagens naturais a serem preservadas, a cidade seria dividida em zonas para a habitação, zonas de comércio e serviços, zonas industriais etc. Há a difusão do conceito das “células de habitar” difundidas por Le Corbusier, ou seja, dos apartamentos, favorecendo a concentração de moradias em prédios verticais, construídos sobre colunas (*pilotis*) com o objetivo de facilitar a circulação tanto de pessoas como de ar. Os espaços para circulação na cidade são constituídos também de amplas vias, dada a popularização do automóvel.

Para melhor percepção sobre o conceito de cidade moderna, vamos comparar as edificações simbólicas de Brasília, idealizadas por Oscar Niemeyer, e ícones da arquitetura que compõem o urbanismo moderno, a partir de suas dimensões, formas e situação no espaço do território, com as cidades coloniais, tendo como exemplo Ouro Preto.



**Figura 12.1:** Visão da capital do Brasil, Brasília, a partir dos símbolos criados por Niemeyer.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bras%C3%ADlia.jpg>

Agora, vamos comparar a moderna Brasília ao traçado das cidades coloniais, tendo como exemplo nossa Ouro Preto, em Minas Gerais, declarada Cidade Imperial em 1823.



**Figura 12.2:** Vista parcial de Ouro Preto (MG), a primeira cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, pela Unesco, no ano de 1980.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro\\_Preto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_Preto)

Então, deu para perceber a revolução provocada pelo urbanismo moderno?



Para melhor compreendermos as propostas e críticas ao urbanismo moderno de grande influência em nossas cidades, vale a pena uma visita ao *site*:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso\\_Internacional\\_da\\_Arquitetura\\_Moderna](http://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Internacional_da_Arquitetura_Moderna)



**Figura 12.3:** Expansão da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, que reflete a falta de planejamento urbano.

Fonte: [http://wapedia.mobi/pt/Ficheiro:Es2006\\_faveladarocinha.JPG](http://wapedia.mobi/pt/Ficheiro:Es2006_faveladarocinha.JPG)

É importante compreender que o planejamento urbano deve visar à ordenação do espaço físico e à provisão dos elementos relativos às necessidades humanas, de modo que possa garantir um meio ambiente que proporcione uma qualidade de vida indispensável a seus habitantes atuais e futuros (MOTA, 1999, p. 100).

Contudo, observamos que os investimentos acabam se concentrando nas áreas nobres das cidades e de interesse dos agentes públicos e privados integrados ao planejamento urbano. *Ignoram* as necessidades dos habitantes e permitem a ocupação desordenada até que entrem em pauta as *necessidades* destes agentes para que sejam acionados novos processos de intervenção.

Lopes (1998) ressalta que:

Para cumprir sua função, para garantir a qualidade de vida de seus habitantes, as cidades precisam tomar consciência de si mesmas, observar-se como seres vivos e tratar de coordenar esforços para alcançar objetivos comuns a todos os seus habitantes e agentes econômicos e sociais. Precisam dotar-se de objetivos alcançáveis, a partir das vontades e intenções de seus agentes (LOPES; 1998, p. 14).

Além do mais, os gestores das cidades utilizam o planejamento para implantar a infraestrutura necessária, otimizar os serviços, melhorar a paisagem urbana e tornar a cidade empreendedora e competitiva internacionalmente. Feito produto atraente para novos investimentos e para o consumo não só de seus habitantes, mas atraindo também novos visitantes: os turistas.

De acordo com Silveira (2004, p. 1),

O turismo vem assumindo uma posição de destaque no contexto do atual processo de internacionalização da economia designado de globalização, sendo considerado um setor estratégico para países e regiões buscarem o seu desenvolvimento econômico, e uma atividade que apresenta grande potencial de expansão em escala mundial.

Neste momento, vale a pena ressaltar a visão de Souza (1996) sobre o conceito de desenvolvimento, quando aplicado a um país ou região. Segundo o autor:

O desenvolvimento pode possuir característica econômica no modelo modernização tecnológica + crescimento do PIB ou ainda possuir característica social, na qual reformas estruturais serão saudadas com o objetivo de redistribuir a renda e garantir a satisfação das necessidades básicas da maioria da população (SOUZA, 1996, p. 67).

Atualmente percebemos que as cidades que tiveram a sua evolução baseada nos modelos de planejamento que favoreciam o “desenvolvimento econômico” hoje encontram-se com problemas oriundos do crescimento populacional desordenado. Como decorrência desse modelo, são percebidas nestas cidades áreas inexistentes ou inadequadas para a habitação, lazer ou trabalho, provocando agressões ao meio ambiente natural pela ausência de infraestrutura, bem como grandes espaços vazios relacionados à redução da atividade industrial que acabam por servir à informalidade e marginalidade, comprometendo a segurança e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Percebe-se, portanto, a árdua tarefa dos gestores municipais em conciliar o desenvolvimento econômico capitalista com o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Será possível? Acreditamos que sim e que as atividades de lazer e turismo têm muito a contribuir com este processo. Mas como?

Quando aliamos a organização dos setores produtivos ao desenvolvimento social, descobrimos novas oportunidades de serviços. O turismo pode utilizar a infraestrutura e os recursos naturais existentes na cidade para atrair um público diversificado e, com ele, investimentos para novas frentes de trabalho, por meio de atividades que estimulem o consumo de bens e serviços por parte dos turistas.

Para tanto, a produção no espaço toma por base princípios de funcionalidade que refletem a paisagem da cidade e o modo



de vida de seus habitantes. Milton Santos (1996) propõe ainda que a análise do espaço considere os aspectos de forma, estrutura, processo e função.

- Forma – é o espaço visível de uma coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetivos, um padrão.
- Estrutura – implica a inter-relação de todas as partes do todo ou modo organizado ou construção.
- Processo – ação que se realiza continuamente, visando a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.
- Função – é uma tarefa ou atividade da forma, pessoa, instituição ou coisa.

A organização do espaço urbano depende, então, da análise destes conceitos, observando a inter-relação entre o homem e seu hábitat, e sua interferência contínua no desenvolvimento deste meio.

A planificação do território para o lazer e o turismo tem se destacado nas cidades, pois estas funções transformam, organizam e otimizam os espaços antes não utilizados ou subutilizados. O turismo apropria-se destes espaços mediante a valorização dos patrimônios naturais, culturais e históricos, e a comunidade local tende a apoiar estas iniciativas. Proporciona a valorização de sua história, costumes e tradições, além dos benefícios econômicos oriundos das novas oportunidades de trabalho e da projeção da cidade pelo *marketing* turístico.



Encontramos na Argentina, em Puerto Madero, um exemplo de revolução urbanística voltada para o turismo. A área do porto, abandonado e decadente até a década de 1990, passou por uma reurbanização para se transformar no principal complexo gastronômico, turístico, comercial e residencial de Buenos Aires, a partir de uma parceria firmada entre o governo nacional e o da capital. Se tiver interesse e curiosidade pelo assunto, visite o *link*:

[http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2008/mat/2008/07/31/em\\_dez\\_anos\\_puerto\\_madero\\_passou\\_de\\_area\\_de\\_mendigos\\_polo\\_de\\_turismo-547518325.asp](http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2008/mat/2008/07/31/em_dez_anos_puerto_madero_passou_de_area_de_mendigos_polo_de_turismo-547518325.asp)



## Atividade

### Atende ao Objetivo 1

1. Como os equipamentos de lazer podem contribuir para que as cidades modernas cumpram as suas funções sociais e se estabeleçam no competitivo cenário dos destinos turísticos?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

*Nesta aula, desenvolvemos as ideias centrais que relacionam as funções da cidade e a importância do lazer e seus respectivos espaços e equipamentos. A Carta de Atenas, de 1933, define como funções sociais das cidades modernas a habitação, o trabalho, a circulação e o lazer. Estando a produção do lazer mais associada à iniciativa privada, percebemos que muitos espaços públicos são tratados como mercadorias, sendo privatizados e elitizados. A busca por consumidores que paguem pelo uso desses espaços e equipamentos, especialmente turistas, impede o seu proveito pela maior parte da população. Contudo as cidades diferenciam-se e tornam-se atrativas para o turismo por atributos de sua natureza geográfica e também humana. Os espaços planejados para o turismo não devem excluir o direito ao cidadão de usufruí-lo e, sim, promover um convívio que proporcione benefícios para a cidade, seus habitantes e visitantes. Nesta perspectiva, o turismo tende a resgatar valores patrimoniais e atribuir novos usos a espaços antes degradados, de forma a atender às necessidades presentes e futuras da cidade em consonância com o mercado global.*

Diante da necessidade de estabelecer critérios para as formas de ocupação e uso do território, a Constituição brasileira de 1988 veio contribuir com dispositivos legais para o planejamento

regional, como a regionalização do orçamento da união, vinculado à elaboração de planos regionais a serem, inclusive, apropriados pelo poder legislativo e compatíveis com planos plurianuais.

Torna-se, assim, impositivo que os municípios – especialmente aqueles com mais de vinte mil habitantes – elaborem seus planos de ordenamento territorial de núcleos urbanos; apresentem, portanto, objetivos de como ordenar o desenvolvimento urbano, as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, sendo o Plano Diretor definido constitucionalmente como instrumento básico da política urbana.

Assim, as cidades têm autonomia para explorar suas características próprias, observadas as suas potencialidades e as leis pertinentes de proteção ao meio ambiente urbano. A administração municipal dispõe de instrumentos legais para que cada comunidade possa fortalecer atividades produtivas que se assemelhem com suas peculiaridades e tradição, necessidades, e o seu modo de viver. Para tanto, instituiu-se o Estatuto da Cidade, “lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, Estados e especialmente pelos Municípios” (Estatuto da Cidade, guia para implementação pelos municípios e cidadãos, 2. ed. Brasília: Instituto Pólis, 2002, p. 29: [www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado\\_materiais/estatuto\\_cidade\\_2002.pdf](http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado_materiais/estatuto_cidade_2002.pdf)).

Deste modo, entende-se que o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento e as unidades de conservação ambiental contribuem para que as cidades possam delimitar áreas para comércio, indústria, residências, além de espaços públicos e privados para o lazer da população, bem como a produção de espaços destinados ao atendimento aos turistas.

Outra importante observação sobre a Constituição de 1988 é a inclusão do lazer no Título II, Capítulo II, Artigo 6, como um dos direitos sociais. O termo aparece em outros momentos do texto constitucional, mas quanto à formulação de ações, consta no Título VIII, Capítulo III, Seção II, Do Desporto, no Artigo 217, nº 3

e no último parágrafo do item IV – “O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social”. Sobre esta associação do lazer ao desporto no texto constitucional, observamos outros desdobramentos, como a vinculação do lazer às secretarias estaduais e municipais de esportes e seus respectivos orçamentos dedicados à criação de espaços e equipamentos desta natureza. O profissional que atua no lazer obtém o reconhecimento de sua profissão nos cursos de licenciatura em Educação Física, tema que detalharemos ao tratarmos das políticas públicas e do perfil dos profissionais de lazer.

## **Os espaços e os equipamentos de lazer**

Os conceitos de espaço e de equipamentos muitas vezes são utilizados como sinônimos. Contudo, para sua aplicação no planejamento urbano, identificamos uma clara distinção ressaltada por Marcellino (2008, p. 134). Para o autor,

O espaço é entendido como o suporte para os equipamentos; e os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade. Assim conclui-se que é possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço.

Dessa forma, podemos perceber que as ruas, as praias e as praças são espaços abertos utilizados para o lazer, pois são de uso comum, nos quais encontramos equipamentos. São quadras de esportes, aparelhos de ginástica e brinquedos infantis acessíveis a todos gratuitamente. Identificamos também a existência de espaços fechados como *shopping centers* ou parques de diversão com equipamentos. Com sua gestão pela iniciativa privada, cinemas, teatros, museus e casas de *show*, embora sejam de uso coletivo, têm sua utilização determinada pela capacidade e disposição de consumo da população, mediante o pagamento de ingressos ou a aquisição de serviços ou produtos.

Encontramos também equipamentos de lazer sob a gestão pública, como os teatros ou parques municipais, com acesso que também prevê o pagamento de ingressos em função de sua manutenção. Portanto, ser público nem sempre significa ser aberto quando nos referimos a equipamentos de lazer. Quanto ao espaço público, define-se como sendo “espaços abertos, de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade” (LEITÃO, 2002, p. 18).



Os parques de diversão pública surgiram em meados do século XVI na Europa. Eram denominados *jardins dos prazeres*, pois tinham grandes alamedas arborizadas e enfeitadas com plantas e flores variadas. Dispunham de espaços para jogos, locais para ouvir música e algumas atrações como carrosséis, balanços e outros brinquedos para crianças e para adultos. O Parque de Bakken, inaugurado em 1583, é considerado o mais antigo parque de diversões do mundo e está localizado a dez quilômetros ao norte da cidade de Copenhague, Dinamarca. Ainda em funcionamento, está entre os dez parques mais visitados de toda a Europa.

(Fonte: TRIGO, Luiz Gonzada Godoi. *Entretenimento: uma crítica aberta*. São Paulo: Ed. Senac, 2003.)



Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bakken\\_entry.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bakken_entry.jpg)

Considerando que a sociedade em sua maioria vive hoje em centros urbanos, estes buscam se transformar e se adaptar para atender às necessidades de uma população crescente, que reside, trabalha, circula e possui necessidades de lazer e descanso.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em 2000, 81% da população brasileira já viviam em centros urbanos. O processo de urbanização das cidades brasileiras, desde 1940, ocorreu com a substituição do modelo econômico agrário-comercial exportador para o industrial, seguindo os parâmetros da produção capitalista de outros países. Identificamos este processo como um dos maiores responsáveis pelo quadro histórico de exclusão social, marginalização e violência que vivenciamos hoje nas cidades.

Nesse sentido, os gestores urbanos encontram desafios tanto na busca de soluções para o lazer urbano de sua população quanto para produzir novos espaços que possam atender também o público visitante.

As classes sociais média e alta atribuem à cidade mais a função de circulação, já que podem usufruir do lazer em seus espaços privatizados ou mesmo em outras cidades. Porém, para as classes mais pobres e mais numerosas, a cidade continua exercendo a função de lazer, de moradia, de trabalho e de circulação. Dentre estas funções, o lazer desperta menos atenção do poder público, até porque a maioria dos investimentos em equipamentos de lazer é feito pela iniciativa privada. É atribuído valor de mercadoria ao espaço que seria destinado ao lazer público, tornando este acessível somente àqueles que podem pagar pelo seu uso.

Segundo Pellegrin (1996, p. 32), há uma tendência, mesmo nas políticas públicas, à privatização dos espaços e equipamentos de lazer comuns à cidade, como as áreas verdes, por exemplo, Marcellino (1995, p. 62) ressalta que:

Nessa perspectiva, é muito importante a consideração das nossas cidades como patrimônios coletivos, ou seja, que se assuma a defesa do que modernamente vem sendo chamado de patrimônio ambiental urbano.

Assim, torna-se necessário preservar este patrimônio, que inclui, dessa maneira, equipamentos de lazer de forma a democratizá-los ao invés de elitizá-los. Importante estabelecer meios de qualificar os equipamentos e os atrativos naturais e/ou culturais da cidade, oferecendo serviços adequados que garantam a sua conservação mediante o acesso à população e aos visitantes através de parcerias público-privadas. Afinal, os espaços e os equipamentos de lazer de uma cidade só serão interessantes ao turista se estiverem em boas condições e forem também interessantes para a população local.

Portanto, entendemos o lazer e o turismo como linhas de ação estratégicas para o desenvolvimento das cidades. Compete à gestão pública adotar uma postura ética e responsável para instituir políticas de proteção, legislação e controle para o bom desempenho dos agentes público-privados envolvidos com a oferta destes espaços/equipamentos que atendam aos anseios da população residente, bem como exerçam atratividade para a demanda turística.

A emergência da questão ecológica e do reordenamento territorial encontra no turismo a possibilidade para o desenvolvimento sustentável. Devemos considerar os efeitos benéficos que a atividade produz sobre o território, com o estímulo à implantação de novas infraestruturas, atraindo o capital estrangeiro, fomentando novas atividades produtivas, gerando empregos e incrementando a renda da população residente e, conseqüentemente, o produto interno bruto. Tais benefícios devem proporcionar o bem-estar da população e intensificar a sua relação de pertencimento à cidade, sendo o tempo de lazer privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem social e cultural (SILVEIRA, 2002, p. 3).

O planejamento de espaços públicos para o lazer deve ser concebido a partir de definições precisas sobre o tema para que sejam observadas as expectativas de sua população. A participação comunitária é fundamental neste processo para a identificação do valor do ambiente e da cultura, de modo a estimular um comportamento voltado à preservação e à revitalização adequadas ao bem público.

Compreendida a diferenciação entre espaço e equipamento de lazer e a sua relevância para as cidades, vamos buscar agora identificá-los e classificá-los. Para tanto, vamos relembrar as funções do lazer para tentar visualizar os espaços e os equipamentos que proporcionam a realização destas funções.

Dumazedier (2000, p. 32-33) divide as funções do lazer em três categorias, como segue:

- Função de descanso – Liberar-se da fadiga. Neste sentido, o lazer é um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho.
- Função de divertimento, recreação e entretenimento – A função precedente liga-se à fadiga e esta, diretamente ao tédio. Encontrar um meio de suportar as disciplinas e as coerções necessárias à vida social pode ser um fator de equilíbrio. Daí a busca de uma vida de contemplação, de compensação e de fuga por meio do divertimento e evasão para um mundo diferente do enfrentado todos os dias. A ruptura poderá levar, ainda, a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes) ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance).
- Função de desenvolvimento – Estimula o desenvolvimento da personalidade, que depende dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana. Permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica. Oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais. Possibilita o desenvolvimento livre de atitudes. A função de desenvolvimento pode ainda criar novas formas de aprendizagem voluntária e contribui para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras.

São várias as possibilidades, não é mesmo? Imagine tentar atender diferentes grupos sociais. Mas, a partir dessas funções



definidas por Dumazedier, o gestor público poderá planejar e inserir, em um espaço público, modalidades de lazer adequadas ao local e aos diversos interesses do público.

De acordo com a função principal, podemos associar os espaços de lazer com a classificação apresentada por Stucchi (1997):

- espaços dos interesses sociais: em que os sujeitos se propõem a estar juntos face a face e relacionar-se, antes de tudo que possa acontecer decorrente do encontro;
- espaços dos interesses físicos: em que a proposta é feita em função de atividades corporais e de que os exercícios do corpo prevaleçam;
- espaços dos interesses intelectuais: têm como primeira instância o desenvolvimento do domínio cognitivo na atividade, não considerando o elemento criativo e sim o concreto, o racional, o lógico;
- espaços dos interesses artísticos: em que o produzido/exibido gera encantamento;
- espaços dos interesses turísticos: têm como finalidade mudança de paisagem, ritmo (saída do cotidiano), observação e sensação de outros estilos de vida, e também o turismo social, que se caracteriza por uma dimensão menor (STUCCHI, 1997).

Larizatti (2005, p. 47) apresenta ainda as seguintes considerações sobre espaços privados e espaços públicos de lazer:

Espaços privados:

- visam ao lucro;
- apresentam menos burocracia para a organização de atividades e eventos;
- geralmente possuem mais capital para as atividades programadas;
- o uso do espaço tem uma continuidade com o planejamento de metas a serem atingidas;
- o mercado é quem estabelece as metas. Os objetivos de uso e os eventos são medidos pela eficiência alcançada.

Espaços públicos:

- são, em geral, para toda a população e visam principalmente a objetivos sociais e não a lucros;
- existe muita burocracia para o uso destes espaços para eventos;
- os eventos podem não ter continuidade, uma vez que dependem de “vontade política”;
- os eventos são medidos pelo impacto político que podem causar na população.

Para o bom uso desses espaços, Requixa (1980) destaca a necessidade de integração, em uma política de lazer, de equipamentos privados e públicos de um lado e de outro, de equipamentos específicos e não específicos.

Por equipamentos não específicos entendemos aqueles que, em sua origem e função principal, não foram construídos para a prática de atividades de lazer. Mas que, com o tempo e a mudança de hábitos da população, adquiriram esta função total ou parcialmente. Por exemplo:

- a casa, o lar, que teria a finalidade maior de moradia, está cada vez mais equipada com as tecnologias de audiovisual e comunicação que atendem às funções de lazer e entretenimento, como TVs, DVDs, videokês, computadores, jogos eletrônicos entre outros, e proporcionam momentos de diversão e de socialização antes usufruídos fora de casa;
- a escola, da mesma forma, tem sido um espaço para treinos e competições esportivas, festas sociais, cívicas, folclóricas, cursos e exposições artísticas, além de promoverem a convivência das famílias dos alunos por meio de diferentes programas;
- os bares e botequins, tradicionalmente espaços para o serviço de bebidas e aperitivos, oferecem diferentes atrações, como música ao vivo, karaokê, *stand up comedy*, exposições artísticas, ou promovem eventos temáticos para a degustação de vinhos, charutos e demais variações;
- também podemos citar as megalojas e livrarias que, além da finalidade maior de vender livros e demais artigos, mantêm

espaços para leitura, lanches e acesso a internet, e ainda oferecem palestras e até apresentações musicais e artísticas.

Enfim, apesar de não ter a finalidade principal de uso para o lazer, esses equipamentos oferecem programações ou recursos que atendem às funções do lazer. É importante lembrar que esta definição corresponde à cultura e aos hábitos da sociedade, que podem atribuir diferentes usos e valores a estes equipamentos, tão diversos quanto o potencial criativo das pessoas.

Os equipamentos específicos de lazer são construídos com esta finalidade e podem ser classificados de acordo com o tamanho, o tipo de programação, a sua localização, e a sua função ou os tipos de vivência e atendimentos oferecidos ao público. Entre estes, temos como exemplo os cinemas, teatros, museus, bibliotecas, centros culturais, clubes e ginásios esportivos, as quadras das escolas de samba, parques de diversões, entre outros.

Stucchi (1997) apresenta a seguinte classificação para os equipamentos específicos de lazer, considerando basicamente a dimensão do espaço físico e a finalidade da programação.

#### Equipamentos especializados

- Conceito: equipamentos destinados a atender uma programação especializada ou uma faixa de interesse cultural específico.
- Programação: voltada para um segmento dos interesses socioculturais da clientela e estruturada sobre uma modalidade específica de animação.
- Localização: em áreas urbanas, de grande concentração populacional.
- Público: delimitado pelo interesse, pela localização e capacidade de acomodação.
- Composição: geralmente de uma quantidade limitada de instalações para atividades.
- Exemplos de equipamentos especializados: teatros, auditórios, cinemas, academias de ginástica, centros esportivos voltados para um interesse específico (natação, futebol, tênis, voleibol), bibliotecas, parques aquáticos, campos de golfe e/ou de minigolfe.

## Equipamentos polivalentes

### 1. Equipamentos polivalentes médios

- **Conceito:** equipamentos destinados a receber uma programação diversificada ou para atender variados interesses socioculturais. Com dimensões e capacidades para atender até 2.500 pessoas/dia, nas atividades permanentes, e até 5.000 pessoas simultaneamente, em eventos especiais ou de fins de semana.
- **Programação:** atividades permanentes, temporárias e eventuais diversificadas, segundo públicos e interesses culturais.
- **Localização:** de preferência em áreas urbanas, próximas ao centro da cidade, em regiões comerciais ou então em regiões de grande concentração populacional.
- **Atendimento:** durante os dias da semana, período integral. E com ênfase nos finais de semana.
- **Público:** de toda uma cidade, ou de uma região importante de uma grande cidade.
- **Composição:** várias instalações para atividades, diversificadas por interesses socioculturais, por públicos e por conteúdos, de dimensões e capacidades entre média e grande, conforme o caso.
- **Exemplos:** centros culturais, em geral, quando associam instalações diversificadas – teatro, áreas de exposição, bibliotecas. Centros poliesportivos em geral, parques urbanos, centros culturais e esportivos.

### 2. Equipamentos polivalentes grandes

- **Conceito:** equipamentos destinados a atendimentos de massa, em uma programação diversificada, abrangendo variados interesses socioculturais com instalações de grandes dimensões e grande capacidade.
- **Programação:** permanente, temporária e de eventos, amplamente diversificada, segundo público, interesse sociocultural e conteúdo.
- **Localização:** em uma região importante de um estado ou de uma grande cidade, pode também se localizar em regiões da periferia das cidades, devido às dimensões de terreno necessário.

- Atendimento: preferentemente nos fins de semana. Durante a semana, principalmente nos grandes eventos.
- Público: de toda uma cidade, ou de uma região do estado.
- Composição: várias instalações de grande capacidade, complementada por algumas instalações menores, diversificadas por interesses socioculturais, conteúdos e públicos.

### 3. Equipamentos de turismo

- Conceito: equipamentos destinados à programação turística em geral, associando hospedagem e atividades recreativas.
- Programação: além das programações tipicamente de hotelaria – recepção, hospedagem e alimentação – programações diversificadas de lazer e recreação.
- Localização: preferencialmente em áreas de interesse turístico, pelas características geográficas-naturais e/ou histórico-culturais.
- Atendimento: em temporadas de férias, em períodos determinados, em feriados e nos fins de semana ou nos períodos de pacote turístico programado.
- Público: genericamente o mais amplo, do estado, do país e do exterior.
- Composição: instalações para hospedagem, para alimentação (restaurantes, lanchonetes), e instalações para atividades de lazer, de preferência diversificadas.
- Exemplos: hotéis de lazer, *resorts*, colônia de férias, grandes parques em escala regional, estadual e nacional, quando têm unidades de hospedagem, *camping*, acampamentos, pousadas em locais retirados (praias, montanhas, reservas ecológicas), pousadas em cidades turísticas etc.



## Atividade

### Atende ao Objetivo 2

2. No processo de planejamento urbano para implementação dos espaços e equipamentos de lazer, identifique quais atribuições competem ao poder público, à iniciativa privada e à comunidade local respectivamente.

[illegible]

### ***Resposta Comentada***

*Observamos na aula que o processo de planejamento urbano “nasce” na Constituição Federal de 1988 e é atribuído ao município a responsabilidade pela definição de uso do solo como bem público. Assim, cabe aos gestores públicos a elaboração de planos diretores e de zoneamento das cidades, determinando os espaços adequados para o atendimento das funções sociais de habitação, trabalho, circulação e lazer. A iniciativa privada é patrocinadora e principal beneficiada e, por isso, responsável pelo investimento nos equipamentos de lazer, que devem estar de acordo com as políticas públicas que visam atender às necessidades da população como um todo e não apenas das classes dominantes e/ou com poder aquisitivo para manter a lucratividade e os interesses da indústria do entretenimento. A comunidade local, diretamente atingida pela apropriação dos espaços públicos como mercadoria pela iniciativa privada, beneficiando-se do regime e de um processo democrático, deve organizar-se e posicionar-se a respeito de suas necessidades, participando das assembleias relacionadas ao planejamento urbano, opinando sobre a oferta de equipa-*

*mentos e de serviços de lazer adequados às suas expectativas, bem como associar-se nas políticas que tratam do patrimônio ambiental urbano e com vistas ao bem comum.*

## **Gestão dos equipamentos de lazer**

Para Marcellino (2008), se os equipamentos específicos de lazer são necessários, a utilização de equipamentos não específicos ou subutilizados é mais premente ainda. Diante desta constatação de “novos usos” e adaptações de recursos para o lazer, destaca-se a importante atuação dos animadores culturais e dos profissionais de planejamento que deverão observar as aspirações e incentivar a própria participação da população no processo de implementação destes equipamentos.

As funções profissionais vão, portanto, muito além da simples organização de algumas atividades para o público. Um equipamento de lazer, quaisquer que sejam as suas características tipológicas, de dimensões, de capacidade e de composição de suas instalações, deve ser estruturado de acordo com os seus processos de gestão e conter em seu quadro de pessoal equipes preparadas para exercer minimamente as atribuições de:

- administração – abarca a administração geral do equipamento de lazer, que inclui procedimentos, planejamento de ações, gestão de uso do espaço, controle financeiro, programas de *marketing*, contratos diversos, recursos humanos etc.;
- programação e animação – envolve planejamento, realização e avaliação de todas as atividades do equipamento. A programação pode incluir atividades permanentes, atividades temporárias e eventos contratados ou aluguel de espaços;
- manutenção – compreende todos os sistemas destinados a manter em condições ótimas de funcionamento todas as instalações do equipamento, tais como quadras, piscinas, auditórios, salas etc., também envolvendo as instalações de apoio às atividades como vestiários, depósitos, sanitários, assim como os recursos de iluminação, som, vídeo etc.

Assim, é fácil constatar que há necessidade de profissionais das mais diferentes formações e áreas de atuação para viabilizar a implementação de equipamentos de lazer, bem como são variadas as dimensões e possibilidades de atividades a serem oferecidas. Também é imprescindível que estes profissionais estejam em constante atualização e motivados pela busca de alternativas cada vez mais criativas e adequadas ao contexto no qual desempenham as suas atividades.

E o profissional de turismo? Onde atua neste setor? Dedicaremos uma aula exclusiva a este assunto, o perfil profissional para o lazer. Contudo abriremos um parêntese para ressaltar a abrangência da formação em Turismo que, conciliada com outras habilidades pessoais e competências adquiridas no mundo do trabalho e em cursos de especialização, insere o turismólogo nos campos do planejamento e da gestão pública ou privada dos espaços e equipamentos de lazer. Um aspecto diferencial para a sua atuação é sem dúvida a dedicação à pesquisa, que proporcionará novos dados para alimentar ações inovadoras e empreendedoras com vistas à otimização dos espaços urbanos para a prática do lazer e do turismo.

Questões interessantes surgem nesta relação entre lazer e cidade. Como se organizam e se distribuem os espaços e equipamentos de lazer na cidade? Como ocorre a dinâmica de construção de espaços públicos de lazer? Qual a direção das políticas públicas quanto ao acesso a equipamentos e bens da cidade?

Recente publicação, organizada pelos professores Victor Andrade de Melo e Fábio de Faria Peres, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada *Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades* (Rio de Janeiro: Apicuri, 2009), vem propor não só estas questões como uma metodologia para buscarmos as suas respostas, considerando a hipótese de que a ausência de equipamentos é um dos principais obstáculos para as vivências diversificadas do lazer. E se a cultura pode ser considerada um elemento de desenvolvimento social, ela deverá estar acessível à maioria da população.



De modo geral, a pesquisa considerou equipamentos específicos, sendo eles cinemas, teatros, museus, centros culturais e bibliotecas. Identificou a localização destes equipamentos e cruzou estes dados com a variação demográfica de cada região. Obteve, assim, o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural (Idac), visando saber se os habitantes residentes nas diferentes regiões possuem as mesmas oportunidades de acesso aos equipamentos culturais. Ao dividir o número de equipamentos pelo número de moradores, matematicamente chega-se ao que os pesquisadores chamaram de Idac-Absoluto, que varia de 0 a 1, sendo zero a inexistência de equipamentos de lazer para a população e 1 o resultado utópico de que haveria um equipamento para cada habitante. Para verificar a variação da oferta de equipamentos culturais entre as diversas regiões foi estabelecido o Idac-Relativo. Este indicador é obtido ao se dividir o Idac-Absoluto de uma determinada região pelo Idac-Absoluto da região referência (aquela que apresenta melhor Idac-Absoluto) e em seguida multiplicar o resultado por 100.

O desenvolvimento desta metodologia é uma grande contribuição para que os municípios apliquem a pesquisa, mapeiem a oferta de equipamentos específicos de lazer e desenvolvam planos e políticas públicas direcionadas para a implementação de novos equipamentos em áreas em que há ausência ou oferta deficiente de alternativas de lazer. Uma observação importante dos pesquisadores é que de modo algum o Idac expressa se uma região é mais ou menos desenvolvida culturalmente do que outra. A análise que se faz é sobre a quantidade de oferta destes equipamentos, a desigualdade de sua distribuição no espaço urbano, o que supõe a desigualdade de acesso da população a estes equipamentos em relação à sua área de residência.

Tomando por base os resultados obtidos na cidade do Rio de Janeiro, cujos contrastes e justaposição de meios, estilos e visões de mundo se assemelham aos de muitas metrópoles contemporâneas, os dados obtidos apontam uma considerável diferença na disposição espacial dos equipamentos. Com seis

milhões de habitantes distribuídos em 160 bairros, a cidade está dividida em 33 Regiões Administrativas (RA), por sua vez distribuídas em cinco Áreas de Planejamento (AP), segundo informações obtidas no IBGE (2007) e Armazém de Dados/IPP (2008). Foi verificada nessa cidade a seguinte disposição do total de equipamentos de lazer:

- 39% estão localizados na AP2, correspondentes às RAs da Zona Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Santa Teresa e Paquetá;
- 30,8% estão localizados na AP1, correspondentes às RAs de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Vila Isabel e Tijuca;
- 13% estão localizados na AP3, correspondentes às RAs de Ramos, Penha, Vigário Geral, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta, Pavuna, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré;
- 11,2 % estão localizados na AP4, correspondentes às RAs de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Cidade de Deus;
- 6% estão localizados na AP5, correspondentes às RAs de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Realengo e Guaratiba.

A partir destes dados quantitativos, é possível iniciar a interpretação e a análise qualitativa, considerando aspectos históricos do desenvolvimento da cidade, os usos e as funções de seus espaços comparados ao lazer, os tipos de equipamentos e sua concentração e/ou inexistência em cada região, os fluxos e movimentos socioculturais, suas especializações ou diversificações em relação à existência de equipamentos de cada região e outras considerações pertinentes para elaborar os planos de ação.



Assista à apresentação do professor Fábio Peres sobre a pesquisa no Rio de Janeiro a respeito de desigualdades socioespaciais e animação cultural, por meio do *link*:  
[www.grupoanima.org/wp-content/uploads/dessocesp.pps](http://www.grupoanima.org/wp-content/uploads/dessocesp.pps)

A compreensão das funções sociais da cidade moderna – moradia, trabalho, circulação e lazer – atribui a este último o valor de espaço para convivência social, que estreita as relações de pertencimento do cidadão à sua cidade. O reconhecimento deste pertencimento permite que se estabeleçam laços de afeto e de responsabilidade com o bem público, com o patrimônio ambiental urbano.

Este conceito de patrimônio ambiental urbano extrapola o conceito clássico de patrimônio histórico e artístico, restrito ao

conjunto de bem móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico (Decreto-Lei nº 25, artigo I, que cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apud MARCELLINO, 2008).

O patrimônio ambiental urbano inclui os elementos representativos para a cidade, nem tanto por sua excepcionalidade ou monumentalidade – que geralmente tem significados restritos a grupos mais intelectualizados – mas principalmente compreende como patrimônio espaços, equipamentos e elementos que caracterizam as cidades pelo seu valor natural, histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo, mesmo em sua abrangência local ou regional. Compõem a identidade local ou o que Eduardo Yazigi bem definiu como “a alma do lugar” (YAZIGI, 2001). Este aspecto diferencia as cidades e é esta diversidade que gera a atratividade tanto para os habitantes quanto para a demanda turística.

Portanto, estimular a implementação de espaços e equipamentos específicos e possíveis de proporcionar aos habitantes a manifestação de suas tradições ou hábitos de lazer é um passo para promover a cultura, compreendida à luz de Miranda (2003, p. 31), “não como algo a ser distribuído, mas algo a ser vivido e a ser criado conjuntamente”. Também desperta o potencial para o desenvolvimento da atividade turística que, quando bem pla-

nejada, entre outros benefícios, atrai a entrada de capital estrangeiro e a distribuição de renda por mais de cinquenta setores da economia das cidades receptoras. Entretanto, tais decisões sobre o uso do solo urbano demandam escolhas políticas, pesquisas e análises técnicas. Perpassam pelos interesses de investimento da iniciativa privada e, fundamentalmente, devem contar com a participação comunitária que, embora não menos importante, é frequentemente menos atuante no processo de planejamento urbano e turístico das suas cidades.



## Atividade final

### Atende ao Objetivo 3

Como se organizam e se distribuem os espaços e equipamentos de lazer na sua cidade? Pesquise em *sítes* ou guia de serviços de sua cidade a oferta de espaços e equipamentos específicos de lazer, considerando a sua concentração em seu bairro ou área de residência. Quantifique por tipo de espaço/equipamento e elabore o seu parecer sobre a distribuição adequada ou não desta oferta e suas justificativas. Buscamos, a exemplo da pesquisa realizada por Melo, Peres (2009), uma reflexão sobre a oferta dos equipamentos de lazer em bairros residenciais das nossas cidades. Conte quantos equipamentos existem por tipo. Exemplo: a quantidade de cinemas, *shoppings*, praças, clubes etc.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper appears to be a standard notebook page or a sheet of stationery.

---

**Resposta Comentada**

*Estabelecemos aqui um ensaio de pesquisa que, temos ciência, não atingirá a sua plenitude em função do tempo e dos recursos de que dispomos neste momento. Identifique e analise esta oferta considerando as questões mais relevantes e possíveis de serem observadas por você, morador e consumidor (ou não?) destes equipamentos, tais como:*

- *a oferta é suficiente e adequada ao perfil dos moradores; atende mais a jovens e crianças, sendo insuficiente para adultos e idosos?*
- *prevalece a oferta de espaços/equipamentos públicos ou privados?*
- *estes equipamentos/espaços encontram-se bem conservados e de fácil acesso à comunidade local e aos visitantes?*
- *quais os aspectos que atraem a população quanto ao uso destes espaços para o lazer? Seria a oportunidade de convivência? A prática de esportes? A programação de animação cultural que é oferecida? Qual programação? A paisagem natural? A proximidade de centros comerciais ou de trabalho? O seu valor histórico, afetivo, simbólico para os moradores?*
- *que espaços/equipamentos você considera necessários que existam ou que venham a existir para a prática do lazer extradoméstico em seu bairro?*

*A partir de suas pesquisas e observações, estas e outras questões poderão surgir e ser interpretadas. O exercício tem como principal finalidade fazer com que cada um olhe para o seu ambiente, para o seu pedaço da cidade, contribuindo para a atribuição de valores ao “seu” patrimônio ambiental urbano. Em seguida, o olhar deve ser direcionado para a geração de propostas, que poderão ampliar esta relação de pertencimento e de afeto pelo estímulo à prática e a novos hábitos de lazer em sua comunidade. E, sobretudo, exercitar um olhar mais observador sobre a cidade e as habilidades de pesquisa inerentes à formação do turismólogo para futura atuação nas áreas de planejamento de destinos turísticos.*

## Resumo

Nesta aula, buscamos refletir sobre a cidade como um bem público, cujo planejamento do território está vinculado a leis e instrumentos federais que atribuem ao município a definição quanto aos usos do solo, por meio do planejamento urbano. Este planejamento segue princípios da função social da cidade, identificada desde a Carta de Atenas de 1933, elaborada no Ciam, Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que atribuiu como funções da cidade a moradia, o trabalho, a circulação e o lazer e orientou vários ensaios para a construção das cidades modernas em diferentes partes do mundo.

Dessas funções, o lazer vem ocupando menor importância nas políticas públicas e está mais orientado pelos interesses da iniciativa privada, cuja produção para a oferta de lazer e entretenimento, na maioria das vezes, restringe a participação a grupos sociais que dispõem de condições para pagar por seus serviços. Há maior oferta de equipamentos de lazer de gestão privada. Estes também encontram-se concentrados em determinadas regiões das cidades, enquanto a maioria da população ocupa as periferias e carece de investimentos em espaços, equipamentos e animação cultural que atendam ao seu direito e às suas expectativas de usufruir do lazer em suas diferentes alternativas.

Na Constituição de 1988, há uma tendência à interpretação do lazer como prática esportiva, quando sabemos que a abrangência das possibilidades de lazer perpassa pelas diferentes manifestações e produções culturais. Assim, verificamos com frequência a inauguração de parques ou praças públicas, mas não há uma preocupação em oferecer programas que estimulem o uso deste espaço como patrimônio ambiental urbano, produzido por e para a comunidade. Desta forma, não há formação de vínculos entre os cidadãos e o patrimônio público, dando chance para que estes espaços sejam ocupados para usos inadequados pela marginalidade e seus equipamentos depredados por vandalismo.

A contribuição que os estudos e as políticas públicas de lazer podem oferecer às cidades e a seus habitantes está baseada especialmente na produção conjunta desta identidade cultural, sendo um contraponto das propostas colocadas no “mercado” que, além de beneficiar a qualidade de vida de seus habitantes, é potencial para o desenvolvimento da atividade turística e seus desdobramentos.

## Informação sobre a próxima aula

Nossa próxima aula tem como tema lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário, visando justamente enfatizar a fundamental conscientização e participação dos habitantes de uma cidade sobre o planejamento urbano. Particularmente, no que se refere à construção do patrimônio ambiental urbano e à produção de espaços, equipamentos e programas de lazer.

## Leituras recomendadas

CARTA de Atenas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Atenas\\_1933.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2010.

EM DEZ anos, Puerto Madero passou de área de mendigos a pólo de turismo. O Globo: Eleições 2008. Disponível em: <[http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2008/mat/2008/07/31/em\\_dez\\_anos\\_puerto\\_madero\\_passou\\_de\\_area\\_de\\_mendigos\\_polo\\_de\\_turismo-547518325.asp](http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2008/mat/2008/07/31/em_dez_anos_puerto_madero_passou_de_area_de_mendigos_polo_de_turismo-547518325.asp)>. Acesso em: 22 out. 2010.

ESTATUTO da Cidade, guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Instituto Polis 2002. p. 29. <[www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado\\_materiais/estatuto\\_cidade\\_2002.pdf](http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado_materiais/estatuto_cidade_2002.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção Estudos do lazer).

MELO, Victor Andrade de; Peres, Fabio de Faria. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas, Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, set./dez. 2005.

YAZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.



# 13

## Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Discutir as possibilidades de aperfeiçoamento nas relações entre o meio ambiente e a comunidade por meio do lazer e da animação cultural.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

avaliar as possibilidades de intervenção do lazer em função

- 1 da ordem social e do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento sustentável;

reconhecer a ação comunitária como uma alternativa op-

- 2 eracional dentro de políticas de ação social no campo do lazer;

identificar o potencial educacional dos programas e dos

- 3 profissionais de lazer para estimular a auto-organização das comunidades e reintegrar cidade e cidadão.

## Introdução

Nós vimos que os primeiros estudos sistematizados sobre as práticas de lazer surgiram no final do século XIX, na França e nos Estados Unidos. Neste, começa a se constituir um campo de estudo denominado “Sociologia do Lazer”, que se consolidou a partir das abordagens teóricas da Sociologia do Trabalho. Adotam mais o termo *recreação* em detrimento de *lazer*, preservando a ideia de conhecimento e controle social do “tempo livre” dos trabalhadores.

Na França, um dos países em que a organização e a participação popular são muito significativas, o lazer surge como princípio para o desenvolvimento e a integração social. Historicamente, as grandes associações populares surgem ali, também no final do século XIX, por meio da Declaração de Condorcet em 1789. Condorcet era matemático e filósofo, importante iluminista, para quem era impossível falar em democracia política sem associá-la à democracia do conhecimento, obtido de forma livre das influências religiosas impostas pelo Estado como ideal para a formação do cidadão.

Na década de 1960, várias associações foram inspiradas pelos ideais do Movimento de Educação Popular. Defendiam o lazer como elemento potencial para o desenvolvimento pleno do cidadão, um princípio que veio compor a pedagogia da Escola Nova e a difusão do conceito de animação sociocultural, na década de 1970, e em diferentes setores: educação, saúde, comércio. No início, a animação poderia ser uma possibilidade de “cultura para todos” e comparada a uma “escola paralela”, visto que a escola não tinha (nem tem) condições de garantir a promoção social para a maior parte da população (BESNARD, 1980 apud SILVA, 2008).

Como o objetivo do Movimento de Educação Popular era a “educação das massas”, a animação desenvolveu-se na perspectiva de proporcionar e garantir o acesso democrático aos bens culturais e de promover a educação política dos cidadãos fora do ambiente da escola formal, especialmente traumatizada, naquele momento pós-guerra, pela ambivalência dos valores republicanos e dos ideais fascistas.

Rompe-se a ideia de uma sociedade constituída por indivíduos que se comunicam e se relacionam entre si, para buscar entender a apropriação que esses indivíduos fazem dos diferentes objetos sociais, os quais em última análise serão responsáveis por desencadear os diferentes procedimentos de consumo de bens culturais (SILVA, 2008).

Assim, a animação sociocultural na França se propôs à transformação da organização social vigente, permitindo a valorização do capital cultural e social existente na comunidade, estimulando a tomada de iniciativa e a busca da autonomia (GILLET, 1995 apud SILVA, 2008).

No Brasil, vimos que as preocupações com o lazer surgem também no final do século XIX, porém presentes no discurso de médicos e sanitaristas relacionados às reformas da organização urbano-industrial. Os primeiros estudos sistematizados dos anos 1920 e 1930 buscavam difundir valores morais e higienistas na defesa de lazers saudáveis. A influência das experiências de outros países é um fator a ser considerado, visto que nestes, o processo urbano-industrial já se consolidava, enquanto no Brasil ainda estava estruturando-se. Verificamos que o francês Joffre Dumazedier foi o grande influenciador do debate sobre o lazer no Brasil, contribuindo com a sistematização do conhecimento no Centro de Estudos de Lazer do Serviço Social do Comércio (Sesc), instituição pioneira neste campo. O Sesc pretendia assumir um papel complementar e integrado ao Estado, combatendo o ócio – que era considerado um perigo social – e inculcando no tempo livre dos trabalhadores os valores necessários ao aumento de produtividade e ao cultivo de uma sociedade organizada, superando conflitos mediante o espírito comunitário que se pretendia criar (SILVA, 2008, p. 100).

Portanto, o lazer no Brasil constituiu-se aos poucos como um instrumento disciplinador e organizador da sociedade, voltado à educação social, por meio de formas de controle dos usos diversificados do tempo livre, que passaram a ser substituídos por formas de lazer institucionalizadas.

Comparativamente, observamos que na França o lazer foi difundido pela organização política e social conduzida pelas associa-

ções e sindicatos. Tinha como princípios a busca da integração social e a participação cultural ativa da população. Já no Brasil, o lazer como campo de ação e pesquisa é fortemente incutido na população por uma instituição regida pelo patronato do comércio, preservando ideais e interesses em consonância com a ordem vigente (SILVA, 2008, p. 101).

Eis o paradoxo em que se encerra o lazer e a animação sociocultural: ao mesmo tempo em que se apresenta como possibilidade de questionamento e superação da ordem estabelecida, faz-se como instrumento de manutenção e propagação da ordem dominante. Que lazer nós queremos ter/fazer?

## **Meio ambiente e ação comunitária para e pelo lazer**

### **Ampliando o conceito de meio ambiente**

De modo geral, quando falamos em meio ambiente, associamos o termo direta e quase exclusivamente aos recursos naturais – ao ar, às matas, aos rios, aos lagos, aos mares e suas riquezas vegetal e animal – fundamentais para sobrevivência do e no planeta. Há inclusive alguns autores que consideram o termo redundante, uma vez que “meio” e “ambiente” podem ter o mesmo significado, caracterizando um pleonismo, algo como “sair para fora”. Entretanto, podemos interpretá-lo com a associação do “meio” referindo-se ao lugar onde se vive e o “ambiente” aos elementos que envolvem os seres e as coisas existentes neste meio, ou seja, neste lugar. Importante é inserir neste conceito o homem, as suas relações e produções no espaço, no qual estabelece vínculos necessários à sua sobrevivência.

Assim se insere o termo *desenvolvimento sustentável*, definido em 1987 pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, compreendido como aquele que alcança as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. A harmonia entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica é o desenvolvimento sustentável.

Portanto, é relativamente recente a preocupação com os efeitos nocivos causados ao ecossistema pelo processo de industrialização e urbanização para a estruturação das cidades, cujos interesses imediatistas têm ocasionado problemas muito sérios que comprometem a qualidade de vida das populações. Diante disso, surge o conceito de *desenvolvimento urbano sustentável* – ou cidades sustentáveis, que esbarra em alguns conflitos teóricos.

Dentre os conflitos teóricos, estão questões como:

- Enquanto o discurso ambiental é de preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento urbano demanda cada vez mais espaço e apropriação destes recursos.
- Diante do conflito no discurso ambiental e urbano, as formulações teóricas e propostas de intervenção têm se traduzido em distanciamento entre análise social/urbana crítica e planejamento urbano. Tal distinção aparece mais claramente na literatura internacional do que na brasileira, quase configurando áreas de atuação profissional distintas.



Como a noção de sustentabilidade muitas vezes se confunde exclusivamente com a preservação do meio ambiente, os discursos do desenvolvimento sustentável, em sua versão urbana, contêm certo pragmatismo tendendo para a utopia. Isso porque o modelo de desenvolvimento das cidades no século XX foi predominantemente urbano-industrial, atendendo aos interesses da centralização e acumulação de capital e tendo o meio ambiente como recurso natural para a indústria de transformação, com reflexos na degradação ambiental e urbana que hoje verificamos. Entretanto, o desenvolvimento urbano deve significar um incremento de qualidade de vida nas cidades, e a proteção do meio ambiente tem que ser entendida como parte integrante deste processo, não deve ser considerada isoladamente. Da mesma forma, não interessa mais só a transformação dos recursos naturais e construídos sem controle e sem compromisso com o futuro. A busca pelo desenvolvimento urbano sustentável deve ser intensificada, conciliando necessidades básicas, modernidade, preservação do meio ambiente, competitividade, oportunidades sociais e respeito ao patrimônio histórico.

E esta contradição entre os termos *urbano e ambiental* está amplamente difundido na mídia, nas políticas públicas, nas formulações teóricas sobre sociedade e natureza, entre outros. Uma hipótese difícil de aceitar por considerar que o espaço urbano constitui a materialização espacial das relações sociais, além de elemento transformador destas mesmas relações. Falar em desenvolvimento urbano sustentável é tratar da busca pela justiça socioambiental bem como da criação e/ou manutenção das condições materiais/ambientais que deem suporte e expressem tal justiça.

Assim, os entendimentos do ecossistema das cidades condicionados às necessidades sociais e ambientais, envoltas às questões da sustentabilidade, estruturam-se no meio urbano por meio do planejamento. Determinam, assim, que as práticas de desenvolvimento permeiem a organização do espaço urbano em respeito à sociedade e ao meio natural em que a mesma está inserida.

Na medida em que as perdas dos recursos naturais do planeta Terra tornaram-se cientificamente mensuráveis, a partir de fotos de satélites, evidenciando mudanças climáticas e agravamento das catástrofes naturais, a questão do meio ambiente passou a fazer parte das agendas internacionais, alertando os governantes sobre a sua responsabilidade de salvaguardar o conjunto de influências que interagem e afetam o desenvolvimento dos seres vivos.

Até meados da década de 1970, o Brasil não possuía uma estratégia nacional para propor a criação de Unidades de Conservação. As áreas até então criadas não contavam com o arcabouço metodológico para a proteção de ecossistemas. Havia a necessidade de elencar os objetivos nacionais de preservação e estabelecer um sistema com a finalidade de organizar, proteger e gerenciar as áreas protegidas. O primeiro passo importante foi a primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil e o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto nº 84.017, de 1979, que introduzia a necessidade de elaboração de planos de manejo para todos os Parques Nacionais).

O conceito de Unidade de Conservação refere-se ao espaço e aos seus recursos naturais e tem como finalidade a conservação de tais ambientes, cujos limites devem ser definidos para uma proteção eficaz. Todas as unidades de conservação devem possuir zona de amortecimento e, se for necessário, corredores ecológicos, excetuando-se a Área de Proteção Ambiental e a Reserva Particular do Patrimônio. As unidades de conservação devem dispor de um ***plano de manejo***, que deverá abranger a área da unidade de conservação em sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, além da integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.



## Atividade

### Atende ao Objetivo1

1. Na introdução desta aula, identificamos diferentes funções do lazer em sua aplicação no Brasil, nos Estados Unidos e na França. Elabore as suas considerações sobre como o lazer pode contribuir de modo operacional para as políticas de ação social associadas ao reconhecimento do patrimônio natural e cultural.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper appears to be a standard notebook page or a sheet of stationery.

### ***Plano de manejo***

É um plano dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.

O plano de manejo estabelece, desta forma, diretrizes básicas para o manejo da Unidade, visando a aprimorar os conhecimentos e ações adequados à unidade, à otimização de recursos financeiros e humanos e também integrar os diferentes agentes sociais relacionados à unidade de conservação.

---

### **Resposta Comentada**

*Ao observarmos os diferentes enfoques atribuídos ao lazer nos países citados, atentamos para a sua abrangência e para as possibilidades de contribuição que os programas de lazer podem trazer às políticas públicas de ação social. O objetivo da questão é refletir sobre a aplicação do lazer para a ordem social, para a educação popular, visando à produtividade no trabalho, integrando-as à valorização do patrimônio natural e cultural da cidade.*

Somente com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi estabelecido, no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, SNUC, que define os critérios e normas para criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, que podem ser divididas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Conservação Integral têm o objetivo principal de preservar a natureza e, portanto, somente é permitido o uso indireto dos recursos naturais. As Unidades de Conservação Integral podem ter as seguintes categorias :

- Estação Ecológica – o principal objetivo é a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Nesta unidade, é proibida a visitação pública, a não ser que o plano de manejo da unidade ou o regulamento específico permita a visitação com objetivo educacional. Exemplos: Paraíso (1987), abrangendo os municípios de Teresópolis, Guapimirim e Cachoeira de Macacu; Tamoios (1990), localizada no município de Angra dos Reis.
- Reserva Biológica – o principal objetivo é a preservação da biota (conjunto de seres vivos de um ecossistema), sem a interferência humana direta ou modificações ambientais, com exceção das medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Nesta unidade, é proibida a visitação pública, a



não ser que seja permitida por regulamento específico. Exemplo: Poço das Antas (1974); Reserva Biológica Arqueológica de Guaratiba (1974); Tinguá (1989).

- Parque Nacional – o principal objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica. Possibilita a pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico. É permitida a visitação pública, mas sujeita a normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade. Exemplo: Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939); Parque Nacional da Tijuca (1961); Parque Estadual da Ilha Grande (1971);
- Refúgio de Vida Silvestre – tem como objetivo principal proteger ambientes naturais onde estão asseguradas condições para existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. A visitação pública e a pesquisa estão sujeitas às condições e restrições previstas no plano de manejo da unidade. A pesquisa científica depende de autorização do órgão responsável pela administração da unidade.

As Unidades de Uso Sustentável buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

As Unidades de Uso Sustentável podem ser classificadas como:

- Área de Proteção Ambiental (APA) – é constituída por uma área em geral extensa, pública ou privada, com certo grau de ocupação humana, que possua atributos **bióticos, abióticos**, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população. O principal objetivo é proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. No município do Rio de Janeiro, encontramos várias áreas denominadas de proteção ambiental como, por exemplo, o bairro de Santa Teresa. No estado do Rio de Janeiro, há outros exemplos: Petrópolis (1982), Cairuçu (1983) e Guapimirim (1984).

### **Biótico e abiótico**

Cada tipo de paisagem está submetido a fatores bióticos e abióticos.

Os fatores bióticos referem-se aos efeitos das atividades dos seres vivos no ecossistema, enquanto que os fatores abióticos correspondem a outros fenômenos naturais tais como temperatura, salinidade, pressão atmosférica, tipo de solo, clima etc.

- **Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie)** – é constituída por uma área pública ou privada de pequena extensão (até 500 hectares) com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais excepcionais ou que abrigam exemplares raros da biota regional. O principal objetivo é manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso sustentável dessas áreas, para a conservação da natureza. Exemplo: Floresta Cicuta (1983); Ilhas Cagarras (1989).
- **Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT)** – são trechos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico e que assim forem instituídos na forma da legislação em vigor.
- **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)** – é uma área privada que pode ser instituída voluntariamente, cujo principal objetivo é conservar a diversidade biológica. A pesquisa científica e a visitação pública com objetivos turísticos, recreativos ou educacionais serão permitidas conforme estiver disposto no Regulamento da Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- **Reserva Extrativista** – é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência está relacionada ao extrativismo, junto com a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte. Os principais objetivos são proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A visitação pública é permitida de acordo com o disposto no plano de manejo. A pesquisa científica é incentivada de acordo com as condições e restrições estabelecidas pelo órgão administrador da unidade. Exemplo: Marinha de Arraial do Cabo (1997).

- Floresta Nacional – é uma área com cobertura vegetal de espécies predominantemente nativas. O principal objetivo é o uso sustentável de florestas nativas. Nesta área é permitida a permanência de populações tradicionais, assim como a visitação pública, mas de acordo com as normas estabelecidas pelo plano de manejo. Exemplo: Mario Xavier (1986).
- Reserva da Fauna – é uma área natural com animais de espécies nativas relevantes para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos da fauna. A visitação pública só é permitida se compatível com o manejo da unidade.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável – é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Estas populações também desempenham papel importante na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Os seus principais objetivos são preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários às melhorias da qualidade de vida e à exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, assim como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. A visitação pública é permitida, se compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo, onde também deverão estar definidas as zonas de proteção integral, uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos. Também é permitida a pesquisa científica voltada para a conservação da natureza, melhor relação das populações residentes com o meio em que vivem e a educação ambiental.



Leia mais sobre as Unidades de Conservação no Brasil no *link*:  
<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html>

E por que tratamos das Unidades de Conservação nos estudos do lazer?

Como observamos na aula anterior, o lazer é uma das funções da cidade. Seus espaços devem estar previstos no planejamento urbano, conforme o Estatuto da Cidade, sendo o zoneamento um dos instrumentos para a gestão urbana. Este zoneamento tem como princípio a definição das unidades de conservação e de demais setores que compõem a cidade como patrimônio coletivo, constituindo-se assim o patrimônio ambiental urbano.

As unidades de conservação de uso sustentável, em sua maioria, admitem a visitação pública. Mas, em muitas destas, ainda há carência de infraestrutura adequada para admitir, além da visitação pública organizada, também a prática de esportes e a realização de programas de desenvolvimento cultural e de educação ambiental, por exemplo. O uso destes espaços deve ser motivado pelos e para os habitantes da cidade. Quando isso não ocorre de forma adequada, verificamos a ocupação ilegal destes espaços com o desmatamento, a favelização, a marginalidade ou mesmo a desapropriação deste bem público, favorecendo aos interesses do mercado imobiliário ou empresarial para outros usos.

Outros fatores que inibem a fruição das oportunidades de lazer nos parques públicos estão relacionados à falta de manutenção e de animação cultural. Dos investimentos direcionados às áreas de recreação e lazer, a maioria, cerca de 80%, acaba sendo destinada para a construção de recursos físicos – quadras, campos, ginásios – sobrando pouco, portanto, para a manutenção dos equipamentos já existentes e, menos ainda, para a animação cultural (BRAMANTE, 1992).

**Você sabe qual é o parque nacional mais antigo do Brasil?**

É o Parque Nacional de Itatiaia, localizado na Serra da Mantiqueira, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Foi fundado em 14 de junho de 1937, pelo então presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Federal nº 1.713. O parque ocupa uma área de 30.000 hectares e nele está o Pico das Agulhas Negras, o ponto culminante do Estado do Rio de Janeiro e a quinta montanha mais alta do Brasil. O nome Itatiaia é de origem tupi e significa “penhasco cheio de pontas”. O parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) e divide-se em dois ambientes: a sede do Parque (parte baixa), onde está o Centro de Visitantes, a biblioteca e um museu com informações básicas sobre a fauna e a flora da região; e o planalto (parte alta) já em direção a Itamonte. Serviços de visitação ao parque, ao museu e guia pelas trilhas e escaladas são pagos à parte. Informações pelo *site*: <http://www.parquenacionaldoitatiaia.com.br/itatiaia/>



**Figura 13.1:** Vista do Parque Nacional de Itatiaia ou do “penhasco cheio de pontas”

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque\\_Nacional\\_do\\_Itatiaia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_do_Itatiaia)

Uma política pública de lazer deverá disponibilizar os espaços patrimoniais e naturais em condições adequadas de fruição para a população e, conseqüentemente, para os turistas. Os turistas, por sua vez, só se sentirão atraídos pelas práticas de

lazer disponíveis nos espaços naturais de uma cidade, se estes espaços e hábitos de lazer forem adequados à comunidade local. Para tanto, o poder público local poderá manter parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais, sendo a participação comunitária fundamental na preservação deste patrimônio ambiental urbano.

Segundo Moesch (2003, p. 25), esta valorização pelo uso, pela identidade, pela contemplação evidenciará a relação da comunidade com o espaço ou equipamento e, conseqüentemente, a preocupação do usuário pela preservação deste espaço/equipamento será diferenciada, atingindo a melhora no potencial da cidade como espaço turístico (MARCELINO; BARBOSA; MARIANO, 2007).

Mas que uso adequado seria esse?

Já vimos o quanto o espaço urbano pode ser cruel ao privilegiar os interesses das classes dominantes e da iniciativa privada em todos os sentidos, especialmente em relação ao lazer. Em decorrência disso, o entendimento de bem público e coletivo fica comprometido, relegando a maior parte da população aos espaços que “sobram”. Verificamos, então, uma “cidade partida”, como bem analisou o professor Victor Andrade de Melo em seu artigo “Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário”, tomando por base a sua experiência na cidade do Rio de Janeiro e a inspiração na música de Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Laufer:

O Rio é uma cidade de cidades misturadas. O Rio é uma cidade de cidades camufladas. Governos misturados, camuflados, paralelos, sorrateiros, ocultando comandos. (...) Rio 40 graus, cidade maravilha purgatório da beleza e do caos (ABREU, 2010).



Leia o artigo “Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário” na íntegra no *site*:

<http://grupoanima.org/lazer-meio-ambiente-e-envolvimento-comunitario/>

Verificamos que essa dissociação entre o cidadão e a cidade gera impactos diretos no meio ambiente urbano.

Por que não jogar lixo no chão de uma cidade a qual não se reconhece como sua? Por que se preocupar com árvores, quando se necessita habitar? Por que se preocupar com o esgoto quando mal se tem condições de comer? Como pensar em saúde se ela é negada para a maior parte da população? E como pensar em “educação para a ecologia” quando a rede pública de escolas está destruída pelo descaso histórico dos responsáveis por sua manutenção? (MELO, 1999).

O Rio de Janeiro cabe bem neste exemplo paradoxal de uma cidade que tem um enorme complexo de áreas verdes, que compõem uma das paisagens mais belas do mundo – e amplamente exploradas pelo e para o Turismo –, convivendo com enormes complexos de habitações sem a mínima infraestrutura para a sobrevivência. O patrimônio ambiental urbano deteriora-se tanto pela falta de cuidado deste *cidadão sem cidade*, quanto – e talvez principalmente – pelo descaso governamental para com as políticas públicas e as ações descontínuas, relacionadas ao planejamento urbano com foco na qualidade de vida de seus habitantes.

Melo destaca o exemplo da Floresta da Tijuca, a maior floresta urbana do mundo, ícone da “cidade maravilhosa” e o seu processo de favelização.



Verificamos no fatídico mês de abril de 2010 as consequências mais graves dessas ocupações irregulares e do descuido das autoridades e dos cidadãos em relação à cidade: a perda de vidas humanas decorrentes de enchentes, favorecidas por bueiros e canais pluviais entupidos e do deslizamento nas encostas dos morros em virtude das fortes chuvas registradas na cidade.

<http://g1.globo.com/Noticias/0,,GF81194-5606,00-VEJA+IMAGENS+DAS+CHUVAS+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>

Veja no site: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/04/parque-nacional-da-tijuca-vai-ser-o-primeiro-ter-plano-de-contingencia.html>, as ações de contingência emergenciais tomadas no Parque Nacional da Tijuca, após a catástrofe.

Diante de planejamentos urbanos que privilegiam elites e os interesses da iniciativa privada em detrimento dos bens públicos de livre acesso às classes populares, a definição de espaços públicos de lazer pode contribuir, de maneira significativa, para uma vivência mais humana da cidade como local de sociabilidade e de experiência sobre patrimônio ambiental urbano, que é coletivo.

Longe da pretensão de apresentar o lazer como uma solução para todos estes problemas, tratamos aqui de trazer uma reflexão sobre como a ação comunitária poderá utilizar-se de recursos do lazer para estimular as relações de pertencimento dos cidadãos às suas cidades, reconhecendo-se, assim, como integrante deste que denominamos patrimônio ambiental urbano.

Ao mesmo tempo em que construímos nossas casas, nosso trabalho e nossas práticas de lazer, esses também nos constroem, numa relação constante, tensa e paradoxal. No entanto, a ideia de povo e nação depende exatamente de um aprofundamento dessas relações, que são constituídas na medida em que o “espaço” adquire significados e significações. Nesse sentido, deixamos de lado a ideia de “espaço” e buscamos o entendimento dos “lugares” que se delineiam, particulares em seus significados, revelando e realizando o mundo em seus tempos históricos, tornando-o campo de múltiplas experiências (SILVA, 2008).

Moesch (2003, p. 25), observa que:

Democratizar o acesso ao potencial histórico-cultural da cidade faz com que o cidadão se desloque de seu espaço para a realização de atividades culturais, apreciando e valorizando esse patrimônio, e desencadeando, dessa forma, um processo de sensibilização na comunidade local. Essa medida pode possibilitar um maior aprendizado sobre a própria história da cidade, bem como despertar o seu afeto, fazendo com que o cidadão proteja o seu patrimônio e queira compartilhar com os visitantes essa aura, esse olhar não rotineiro.



Marcellino (2004-2005) ressalta que o lazer pode contribuir na promoção da *educação patrimonial* como veículo de educação com possibilidades abertas pelo seu duplo processo educativo (educação pelo e para o lazer). Segundo a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, *educação patrimonial* é um processo que busca envolver a comunidade na questão do patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que o constituem. Realizam dessa forma uma “alfabetização cultural”, capacitando-a a ler e compreender o mundo ao qual ela está inserida e os processos culturais humanos (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Os lugares são, pois, o mundo que eles reproduzem de modos específicos, individuais e diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações de uma totalidade-mundo, da qual são formas particulares... a informação mundializada permite a visão, mesmo em flashes, de ocorrências distantes. O conhecimento de outros lugares, mesmo superficial e incompleto, aguça a curiosidade (SANTOS, 2000, apud SILVA, 2008, p. 112-116).

Melo (1999) defende a reintegração do cidadão à cidade, tendo como argumento central a clareza de que qualquer tentativa em trabalhar as questões ecológicas e do meio ambiente de forma restrita e com ações paliativas de maquiagem na cidade tendem ao insucesso. Reformas urbanas realizadas às pressas, sem a consulta e a mobilização das comunidades afetadas e não associadas a projetos sérios de educação não modificam os costumes dos cidadãos nem minimizam as injustiças sociais. É preciso que as comunidades sintam-se integradas a este processo para contribuir efetivamente na preservação do patrimônio ambiental urbano.

E como o lazer e os animadores culturais podem contribuir neste processo de integração do cidadão à cidade?

Uma cidade partida apresenta grande desigualdade na distribuição dos equipamentos e oportunidades de lazer. E a questão vai além da distribuição geográfica dos bens culturais tradicionais de uma cidade – museus, teatros, cinemas, centros culturais, bibliotecas. É uma questão qualitativa complicada de se avaliar. Isto porque verificamos que nas comunidades situadas nas áreas menos favorecidas da cidade há o uso frequente de equipamentos não específicos de lazer e oportunidades emergenciais próprias. No caso do Rio de Janeiro, podemos citar as escolas de samba como local de diferentes eventos sociais e culturais, a produção dos bailes *funk* e toda uma gama de artigos e comportamentos a ele relacionados, a improvisação de espaços esportivos, a difusão da modalidade *basquete de rua*, a organização de campeonatos de pipa.



Irene Tong

**Figura 13.2:** Basquete de rua. Esporte popular no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:VeniceBeachStreetballers.jpg>

Portanto, a atuação do animador cultural em comunidades de baixa renda e que estão distantes socialmente do acesso aos bens culturais tradicionais da cidade é justamente de estímulo e de mediação. Estes profissionais podem restabelecer o elo de ligação destes cidadãos com a cidade que não conhecem, conduzindo-os

para os diferentes espaços públicos e programações gratuitas da cidade, bem como elaborando projetos patrocinados que visem a esta inclusão social na agenda cultural promovida pela iniciativa privada. Do mesmo modo, podemos observar o interesse da classe média e alta por determinadas manifestações culturais e do cotidiano destas comunidades, o que, por sua vez, gera oportunidade de investimentos para a adequação dos espaços e serviços destas comunidades para receberem um público externo a ela.

Neste sentido, Melo (1999) considera que *os problemas do meio ambiente urbano têm uma dupla dimensão: pobreza e ignorância, sendo aquela também fruto dessa*. A partir do momento que trabalhamos para reduzir significativamente a ignorância, tende-se, portanto, a reduzir e talvez até a superar a situação de pobreza.

Claro que esta responsabilidade não cabe exclusivamente às comunidades e aos animadores culturais. Os poderes públicos devem estabelecer políticas ambientais, urbanas e culturais claras, articuladas com intervenções que visem a superar as desigualdades e as injustiças sociais. Para tanto, as comunidades também devem estar organizadas em suas associações de moradores e conscientes de seu poder no processo democrático, não só para a eleição de seus representantes políticos, mas, sobretudo, para discutir, apresentar e cobrar dos poderes constituídos as propostas que considerem adequadas ao seu desenvolvimento integrado à cidade.

Por sua vez, se os animadores culturais, por meio das atividades de lazer, não podem acreditar que por si só serão capazes de promover uma mudança na estrutura social, por outro lado, não podem ser negligentes em relação ao seu potencial e ao papel mediador que desempenham. Como vimos na introdução desta aula, os estudos do lazer nos levam a refletir que tais práticas não são promovidas de forma desinteressada ou desvinculadas de sua contribuição para mudar uma situação real observada, seja esta conduzida pelos interesses dos movimentos sociais, dos interesses públicos derivados dos políticos ou dos interesses privados que atendem a minorias.

Então, vamos perguntar mais uma vez: que lazer nós queremos ter/fazer?

### **Ação comunitária e políticas de lazer – canais de participação**

Para Requixa (1973), a ação comunitária é entendida como:

Um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise ao encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo.

Marcellino (2008, p. 17) destaca que a ação comunitária constitui-se em uma alternativa operacional dentro das políticas de ação social de modo geral, mas em especial no campo do lazer, quando a organização formula a política de ação revestida de características próprias e não reduzidas à chamada “indústria cultural”. Para tanto, é necessário conhecer a realidade, as necessidades, os interesses e as aspirações de sua clientela. Estimular a sua efetiva participação no planejamento, organização, realização e avaliação das ações, bem como na integração com órgãos e instituições locais que representem apoio político ou de recursos que viabilizem e ampliem tais ações.

É fundamental para esta alternativa operacional destacar o valor de contribuição do lazer para o desenvolvimento pessoal e social, mais do que seus valores relacionados ao descanso e ao divertimento, caracterizando-se como ação socioeducativa.

Como se trata de uma iniciativa comunitária, minimiza-se também a participação de especialistas ou de instituições externos à comunidade e a sua tendência a atuar como censores, à valorização de suas próprias preferências e mesmo à reprodução de “pacotes de lazer” desconexos aos interesses locais.

Neste processo de intervenção, há necessidade de elaboração de um plano geral de ação, que podemos compor e analisar em três fases que se integram:

### **Primeira fase: sensibilização**

É o momento de levantamento e identificação das necessidades e das possibilidades de intervenção, a partir das quais serão definidos os objetivos e a seleção dos instrumentos de intervenção. Nesta etapa são estabelecidos os programas, projetos e/ou ações e as relações entre as atividades a serem propostas e os impactos positivos esperados, bem como os impactos negativos potencialmente decorrentes destas. Neste momento, é muito importante a participação de técnicos, estimulando e coordenando as manifestações da comunidade, para que possam elaborar o planejamento, sua organização e execução de acordo com a análise da situação. É também a fase para a identificação dos atores sociais e os papéis a serem desempenhados por eles distintamente.

### **Segunda fase: avaliação dos resultados da ação**

Ocorrida num chamado período de carência, considerando dois grupos de resultados, ou seja: (a) respostas ligadas aos objetivos da ação, previstos no projeto e, geralmente, necessitando de acompanhamento técnico para continuidade do processo e (b) resultados reflexos, que são independentes de acompanhamento, pois são assumidos pelas pessoas e grupos, ou não estavam previstos no planejamento da ação.

### **Terceira fase: continuidade da ação**

Retomada dos resultados dependentes de acompanhamento num período de sedimentação que requer acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo. Busca o alcance do estágio de autonomia, em que o acompanhamento se fará a título de reciclagem.

É preciso estar atento às necessidades das comunidades atendidas de forma peculiar neste processo, e não por meio de “pacotes” de programações que “transmitem conhecimentos”, muitas vezes não considerando a experiência e o conhecimento prévio do público ao qual se destina. E aqui está o desafio de se organizar o saber popular em programas de ação governamental, preservando os objetivos da comunidade envolvida associados aos das entidades promotoras e parceiros dos programas de lazer.

Essas parcerias internas e externas são necessárias para a execução dos programas de lazer e na relação destes com demais setores. Tais parcerias visam a otimizar recursos como infraestrutura em espaços e equipamentos, material e mesmo recursos humanos e financeiros que, na medida do possível, devem ser captados entre as empresas e entidades próximas, de modo a intensificar as relações de parceria para ações futuras e permanentes de assistência ao público atendido.

Os programas de lazer com função de educação popular encontram base na proposta de Paulo Freire de educação para a autonomia. Nesta proposta, os sujeitos conhecem suas realidades, criam espaços para a manifestação de saberes populares e relacionam o lazer com as suas condições de vida, refletindo e atuando sobre ações concretas. A competência técnica e científica orienta as ações, acompanhando o planejamento, a execução e a avaliação dos programas, mas sempre com o cuidado de não manipular a livre manifestação popular.

Uma ação socioeducativa para a autonomia funda-se em experiências estéticas, éticas, críticas e criativas. Respeita os saberes dos educandos; rejeita qualquer forma de discriminação; reconhece a identidade cultural dos educandos e a necessidade da superação dos nossos condicionamentos; corporifica as palavras pelo exemplo; busca a apreensão da realidade com convicção de que a mudança é possível.

Curiosa, é comprometida como forma de intervenção no mundo, exercita a liberdade, a tomada consciente de decisões, o saber escutar; o diálogo, o querer bem aos educandos e a alegria (FREIRE, 1998).

Silvio Bava (2002) ressalta que o objetivo principal destes programas de lazer em ações comunitárias não deve ser apenas o de atender a necessidades materiais do público-alvo, mas especialmente o de fortalecer a capacidade dos cidadãos de governarem a si mesmos nos diversos aspectos da vida coletiva.

Nunca é demais lembrar que é pela associação livre de vontades que o poder se cria. Desenvolver a capacidade da população de exercer a cidadania, isto é, a capacidade de saber escolher, efetivar escolhas e se beneficiar delas, é a mola central desse processo (BAVA, 2002, p. 87).



## Atividade

---

### Atende ao Objetivo 2

2. Descreva algumas possibilidades do lazer como programa para a integração dos cidadãos ao meio ambiente e ao estabelecimento da ordem social. Dentre vários exemplos, podemos referenciar as iniciativas do Grupo Cultural AfroReggae com as Oficinas Culturais do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, Degase:

O projeto foi implementado em julho de 2008 e é realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação nas unidades do Departamento Geral de Medidas Sócio-Educativas, no Rio de Janeiro. O objetivo é capacitar menores em conflito com a lei e agentes de disciplina em oficinas de percussão, teatro e grafite.

A ação bilateral é direcionada aos jovens, para incentivar o contato com manifestações culturais, fortalecer a autoestima e a valorização social, além de transformá-los em futuros multiplicadores da arte e da cidadania dentro e fora das unidades, e aos agentes de disciplina, para diminuir o abismo que os separa e para maior compreensão da filosofia do AfroReggae.

A iniciativa acontece dentro de três unidades: Escola João Luiz Alves (masculino), Educandário Santos Dumont (feminino) e Centro de Capacitação Profissional, que atua com jovens em liberdade assistida. Cerca de 120 menores participam das oficinas.

O trabalho é muito mais do que levar cultura, é também uma ação de direitos humanos e sociais que não podem ser negados – explica Betho Pacheco, coordenador de Projetos Especiais do AfroReggae e das Oficinas Culturais do Degase.

Fonte: <http://www.afroreggae.org.br/atuacao-gcar/projetos-especiais/oficinas-culturais-do-degase/>

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

### ***Resposta Comentada***

*O objetivo desta atividade é a pesquisa e identificação de programas que atuam com o lazer como instrumento de aproximação dos objetivos de entidades e do público para o estabelecimento de uma ordem social. Seja ela a inclusão de jovens, de anciãos, de portadores de necessidades especiais ou de valorização do patrimônio natural, cultural e social. Diante do exemplo do grupo AfroReggae nas oficinas culturais no Degase, identificamos o esforço em levar aos jovens, retidos por infrações legais e à marginalidade, atividades de lazer que proporcionam o relaxamento das tensões vividas, com ins-*



*trumentos pertinentes à sua faixa etária e ao seu convívio. Assim, ao mesmo tempo, levam a arte e a elevação da autoestima, visando a estabelecer uma relação de pertencimento e de participação responsável destes jovens na sociedade e na sua cidade.*

## **Políticas públicas de recreação/lazer e desenvolvimento local: construção a partir da educação popular**

Com a abertura democrática ocorrida no início da década de 1980 e com a ampliação dos direitos sociais no Brasil, as ideias de descentralização da gestão, municipalização e participação popular na formulação e controle das políticas públicas tiveram como marco histórico a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foi incluído o lazer como um dos direitos sociais de toda a população.

A partir daí, surgem novas experiências de ação coletiva por parte de movimentos sociais e governos para a construção de políticas públicas de lazer, buscando superar os obstáculos ao acesso dos diferentes grupos sociais às oportunidades culturais de lazer. O lazer também foi reconhecido como um dos fatores de desenvolvimento local sustentável, ampliando a concepção de lazer como tempo, espaço, oportunidade de práticas culturais lúdicas a serem oferecidas para livre escolha dos indivíduos (PINTO, 2008).

Assim, o lazer entra em pauta nas agendas das políticas que tratam das desigualdades sociais. Kliksberg (2000) ressalta que tais desigualdades não se referem somente às carências materiais oriundas da pobreza socioeconômica que conduzem à fome, ao desemprego, ao desabrigo, à falta de acesso a bens, serviços e projetos, inclusive ao lazer. A pobreza manifesta-se também no campo da cultura e, como nos lembra Pedro Demo (1996), a falta de consciência política e dos direitos e deveres sociais também são fatores agravantes das desigualdades sociais. Para ele, a redução destas desigualdades supõe a participação dos cidadãos em políticas que sejam,

Primeiro preventivas, indo às raízes do problema, evitando que (desigualdades) se processem; segundo redistributivas de renda e poder, o que implica atingir concentrações de privilégios, acumulação de poder, centralizações administrativas. Em terceiro lugar, equalizadoras de oportunidades, partindo-se do pressuposto de que as oportunidades foram apropriadas pelo grupo dominante. Uma face desse desafio é a universalização (dos direitos sociais): todos devem ter acesso às oportunidades de modo incondicional, com a mesma qualidade. Em quarto lugar (promotora de) política social que deve ser, sempre que possível, emancipatória, unindo autonomia econômica (voltada à auto-sustentação) com autonomia política (alicerçada por práticas participativas conscientemente vividas) (DEMO, 1996, p. 21-23).

Para tanto, as políticas sociais devem associar o princípio da equidade ao da universalidade como critério para a garantia dos direitos sociais. Reconhecer que as pessoas e os grupos sociais são diferentes entre si em vários aspectos (físicos, culturais, sociais, educacionais, econômicos etc.) e que também têm condições diferentes de acesso ao que está disponível em seu meio (PINTO, 2008).

Neste sentido, a experiência de Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, como Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer no Ministério do Esporte, Governo Federal do Brasil, em 2008, revelou que:

Os gestores com os quais dialogamos apontam para a importância de três estratégias de educação popular para autonomia dos sujeitos no lazer, que podem ser desenvolvidas em diferentes espaços educativos (escolas, clubes, comunidades, projetos sociais, praças, ruas e outros), tendo como estratégia articuladora a categoria diálogo, ou seja:

1. sociabilidade lúdica a partir de demandas específicas e do universo de referências das populações atendidas;
2. participação cidadã;
3. formação e ação integrada de gestores, agentes e lideranças comunitárias (PINTO, 2008).



Leia o texto “Políticas públicas de recreação/lazer e desenvolvimento local: construção a partir da educação popular”, que relata na íntegra a experiência de Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto.

<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/LMagalhaes.html>

Assim, as políticas devem viabilizar o acesso ao lazer para os diversos segmentos sociais, com especial atenção àqueles historicamente excluídos, como indígenas, populações do campo ou ribeirinhas, portadores de necessidades especiais, crianças, jovens, adultos, idosos que vivam em situação de risco ou de vulnerabilidade social. Reconhecer suas diferenças e necessidades, e integrando-os nas políticas mais abrangentes, para que estas se manifestem em ações locais de democratização do lazer.

A participação comunitária nas políticas públicas poderá manifestar-se de diferentes formas:

Pinto (2008) aponta, em sua pesquisa, duas estratégias mais citadas entre os seus entrevistados: o *orçamento participativo*, ocasião em que os estados e os municípios direcionam a política das relações econômicas diante das prioridades; e a criação de *conselhos*, órgãos colegiados encarregados de formular, acompanhar e fiscalizar as políticas públicas setoriais. São considerados indispensáveis para a descentralização e democratização das políticas públicas, por ser oportunidade de decisões mais coerentes e realistas quanto aos problemas, necessidades, construção de alternativas e transparência administrativa (PINTO, 2008).

Mas Pinto (2008) indica outra estratégia possível: a formação e a ação integrada de gestores, agentes e lideranças comunitárias, partindo do pressuposto de que todos – gestores, agentes e lideranças comunitárias – são educadores sociais, ensinam e aprendem continuamente em ações compartilhadas, procurando superar os sentidos assistencialistas e paternalistas que ainda persistem no âmbito das políticas públicas. Trata-se de um esforço de

mobilização, organização e capacitação da classe popular para a autonomia dos cidadãos, por meio da prática do esporte e do lazer com interface para a prática educativa e a prática política.

Nos dizeres de Paulo Freire (1991, p. 25),

Programa de ação popular (...) é uma forma de conhecimento pela via do corpo. E o intelectual pode se enriquecer ao aprender com essa forma de conhecimento. Vê a intimidade que existe entre (por exemplo) um favelado e os limites de sua alegria. E essas pessoas vão transando com os limites de sua existência e vão aprendendo e vão resistindo e vão realizando um saber corporal. É a água que não chega na casa, é o quarto que tá faltando em pedaço, é o corpo que aprende em suas faltas. Eis aí uma forma de conhecimento direto.

Contudo, Pinto (2008) destaca que, para alcançarmos a eficiência nesta estratégia, é necessário:

- que elevemos o nível da participação cultural de formas conformistas a patamares mais críticos e criativos, considerando os sujeitos historicamente situados e cultivando o jogo ético que a experiência lúdica inspira;
- que essa experiência cultive também, do ponto de vista estético, a beleza dos movimentos conjuntos e das habilidades que se articulam criativamente em cada gesto e prática cultural que se faz;
- ficarmos atentos para os mecanismos políticos e sociais que possam não só sustentar essas propostas como dificultá-las, influenciando-as de modo inverso;
- o investimento na desburocratização e na realização de intervenções mais ágeis, cooperativas, criativas e descentralizadas, desenvolvendo programas que têm em vista reflexos socioculturais mais amplos e contínuos, diretamente articulados com as demandas dos cidadãos e grupos comunitários.

Portanto, é importante que cada cidadão tenha consciência e sinta-se participante em sua cidade. Esta mudança de postura amplia as possibilidades de defesa legítima pelos espaços e equipamentos de lazer da cidade, inclusive áreas de conservação ambiental de uso sustentável, para a prática de um tipo de lazer que venha ao encontro das funções de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social apontados por Dumazedier. Os educadores e turismólogos devem contribuir para esta conscientização promovendo esta integração cidade-cidadão e estimulando a consolidação de grupos de pesquisa, de trabalho, de comissões e conselhos em âmbito municipal ou local que atuem conforme as diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável. Devem utilizar suas habilidades e competências para identificar o potencial das comunidades e investir em seu aprimoramento mediante, inclusive, a formação de educadores sociais.



## Atividade Final

### Atende ao Objetivo 3

Quais as estratégias apontadas por Pinto (2008) para a participação comunitária nas políticas públicas, visando a estimular a auto-organização das comunidades e reintegrar cidade e cidadão? E qual o papel dos educadores e turismólogos nestes programas de lazer?

[illegible]

---

---

---

---

---

---

### **Resposta Comentada**

*A autora cita como estratégias a presença da comunidade junto ao orçamento participativo – que possibilita acompanhar o investimento público nos diferentes setores. Destaca a criação de conselhos relacionados aos temas considerados prioritários e, especialmente, a formação de educadores sociais. Os educadores e turismólogos devem estar preparados técnica e metodologicamente para avaliar as demandas das comunidades, pois convivem com seus indivíduos, e devem promover a organização de conselhos e de comissões que reflitam sobre as necessidades e as potencialidades do lazer para a conscientização dos cidadãos, incentivando a participação na formulação de políticas públicas e nas ações de cidadania.*

### **Resumo**

Demos início a esta aula restabelecendo as diferentes iniciativas de estudos e práticas do lazer na França, Estados Unidos e Brasil, visando a compreender a sua repercussão nas atuais ações comunitárias e políticas públicas.

Nos Estados Unidos, a sociologia do lazer consolida-se a partir das abordagens teóricas da sociologia do trabalho, preservando a ideia de conhecimento e controle social do tempo livre dos trabalhadores, objetivando melhor produtividade.

Na França, a animação sociocultural se transforma em movimento por meio de associações populares e se propôs à transformação da organização social vigente, permitindo a valorização do capital cultural e social existente na comunidade, estimulando a tomada de iniciativa e a busca da autonomia.

O lazer no Brasil constituiu-se, aos poucos, como um instrumento disciplinador e organizador da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, mediante formas de controle dos usos diversificados do tempo livre, que passaram a ser substituídos por formas de lazer institucionalizadas. Observamos que o lazer, ao mesmo

tempo em que se apresenta como possibilidade de questionamento e superação da ordem estabelecida, faz-se como instrumento de manutenção e propagação da ordem dominante.

Uma nova ordem mundial adotou como meta o desenvolvimento sustentável, termo definido em 1987 pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento. A harmonia entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica é o desenvolvimento sustentável. O lazer é uma das funções da cidade, a serviço de seus habitantes que promove o desenvolvimento; seus espaços devem estar previstos no planejamento urbano de que trata o Estatuto da Cidade, por meio do zoneamento, um dos instrumentos para a gestão urbana.

O conhecimento sobre as unidades de conservação de uso sustentável torna-se importante como espaço urbano a ser estudado e aplicado em programas de lazer.

Uma política pública de lazer, em busca de seu desenvolvimento sustentável, deverá disponibilizar os espaços patrimoniais e naturais em condições adequadas de fruição para a população e, conseqüentemente, para os turistas.

A dissociação entre o cidadão e a cidade gera impactos diretos no meio ambiente urbano e o lazer oferece possibilidades abertas pelo seu duplo processo educativo e pode contribuir na educação patrimonial.

A atuação do animador cultural em comunidades de baixa renda e que estão distantes socialmente do acesso aos bens culturais tradicionais da cidade é justamente de estímulo e de mediação.

A participação comunitária nas políticas públicas poderá manifestar-se através do orçamento participativo e por meio da criação de conselhos e órgãos colegiados encarregados de formular, acompanhar e fiscalizar as políticas públicas setoriais. Outra possibilidade é a formação e a ação integrada de gestores, agentes e lideranças comunitárias como educadores sociais, mediante ações compartilhadas, procurando superar os sentidos assistencialistas e paternalistas que ainda persistem no âmbito das políticas públicas.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, abordaremos as relações entre lazer, educação e animação cultural.



# 14

## Lazer, educação e animação cultural

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Apresentar a aplicação do lazer para o desenvolvimento pessoal e social como recurso na educação e na animação cultural.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

reconhecer o estilo de vida urbano contemporâneo e as  
**1** perspectivas de desenvolvimento pessoal e social no campo do lazer;

avaliar as possibilidades da educação para o lazer e pelo  
**2** lazer nas escolas;

reconhecer os potenciais educacionais dos programas de lazer, tendo a animação cultural como mediadora do conhecimento.  
**3**

## Introdução

A cultura vivida, em certos aspectos, é o modo como uma sociedade ou um indivíduo se comportam e é no estudo desse processo que se poderá reencontrar os modelos, a representação e os valores que formam as camadas do campo cultural (DUMAZEDIER, 2000, p. 143).

Vimos que as preocupações com o lazer no Brasil surgem no final do século XIX, no discurso de médicos e sanitaristas, relacionadas às reformas da organização urbano-industrial e que os primeiros estudos sistematizados dos anos 1920 e 1930 buscavam difundir valores morais e higienistas na defesa de lazers saudáveis.

Verificamos que o francês Joffre Dumazedier foi o grande influenciador do debate sobre o lazer no Brasil, difundindo a teoria de funcionalidade do lazer (3Ds) para o descanso, a diversão e o desenvolvimento pessoal e social. Dumazedier contribuiu com a sistematização do conhecimento através do Centro de Estudos de Lazer do Serviço Social do Comércio (Sesc), instituição criada em 1946 e pioneira neste campo, que pretendia assumir um papel complementar e integrado ao Estado. Combatia o ócio – que era considerado um perigo social – e incutia no tempo livre dos trabalhadores os valores necessários ao aumento de produtividade e ao cultivo de uma sociedade organizada, superando conflitos através do espírito comunitário que se pretendia criar (SILVA, 2008, p. 100).

Portanto, o lazer no Brasil se constituiu aos poucos como um instrumento disciplinador e organizador da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, mediante formas de controle dos usos diversificados do tempo livre, que passaram a ser substituídos por formas de lazer institucionalizadas, “preservando ideais e interesses em consonância com a ordem vigente” (SILVA, 2008, p. 101).

Constatamos, então, o paradoxo em que se encerram o lazer e a animação sociocultural: ao mesmo tempo em que se apresentam

como possibilidade de questionamento e superação da ordem estabelecida, se fazem instrumento de manutenção e propagação da ordem dominante.

E mais uma vez nos perguntamos: Que lazer nós queremos ter-fazer?

“A busca de um estilo de vida é pois inseparável de uma tomada de consciência dos problemas da vida social, isto é, dos condicionamentos a serem dominados” (DUMAZEDIER, 2000, p. 264).

## **Lazer, cidade e estilo de vida**

Vamos utilizar como base para esta seção um trecho do artigo de Regina Bonalume, “Estilo de vida e prazer no atual processo de urbanização”, que servirá para trabalharmos o conteúdo desta aula.

Sabemos que o lazer não se concretiza de maneira igual em todas as camadas da sociedade. São diversos fatores que impedem ou retardam o desenvolvimento quantitativo e qualitativo igualitário das oportunidades: desde a constatação da inexistência ou insuficiência de espaços e equipamentos coletivos de esporte, lazer e cultura, quanto a falta de tempo, de recursos e, até mesmo, a falta de uma atitude pró-ativa dos indivíduos para com o lazer, influenciados, em grande parte, pelo estilo de vida, pelas relações estabelecidas no local em que residem ou convivem ou pelo tipo de trabalho que exercem.

Apesar de não serem muito rigorosos os limites entre as classes, nem por isso deixam de existir; isso acontece em todos os aspectos da vida cotidiana como habitação, alimentação, vestuário e modos de praticar o lazer (...) a classe não implica, unicamente, uma diferença quantitativa no valor dos salários e rendas, mas também uma diferença qualitativa quanto ao modo pelo qual se faz o uso e se procede à distribuição das rendas (LEFEBVRE, apud DUMAZEDIER, 2000, p. 84).

Podemos considerar também que mesmo que as opções de lazer sejam acessíveis e gratuitas, se não estiverem incluídas na cultura da população envolvida, não despertarão interesse e terão dificuldades de aceitação por parte do público ao serem implementadas. Isso porque, nos dias de hoje, a cultura e as necessidades da população foram substituídas pelos interesses e as necessidades de mercado, ou seja, passou-se a criar e universalizar necessidades, culturas e interesses.

“Tudo acontece como se a maioria pensasse que o homem deveria ser reduzido aos seus instintos e ao dinheiro que possui no bolso” (DUMAZEDIER, 2000, p. 89).

A divulgação massiva pelos meios de comunicação do estilo de lazer sofisticado e americanizado das classes média e alta o transforma em modelo dominante, a ser perseguido e imitado por diferentes escalas sociais, submetendo a experiência e a cultura local a possibilidades cada vez menos determinantes na identidade das cidades e de seus cidadãos. Porém,

O cotidiano das nossas cidades é, assim, um universo próprio ao lugar, independentemente das ferrenhas e constantes tentativas de homogeneizar o espaço e suas lógicas. O resultado é que temos práticas distintas de produzir cidades segundo condições físicas, culturais, econômicas e sociais, o que torna difícil generalizar o processo, mesmo se estamos todos sob a ótica do capitalismo global. Nesse sentido, é na capacidade de criar e reproduzir vínculos sociais que devemos procurar entender a lógica de nossa formação urbana naquilo que ela tem de particular (NUNES, 2006, p. 9).

Os indivíduos recebem uma excessiva carga de estímulos extremos nas grandes cidades: a percepção e a sensibilidade ficam suscetíveis aos vários sinais visuais, sonoros e à informação veloz por todos os lados. Segundo Simmel (1979), essa carga excessiva de estímulos tende a desenvolver bases psicológicas que permitem discriminações maiores do que em habitantes de ambientes rurais.



**Figura 14.1:** Imagens da Times Square na região central de Manhattan, Nova York, nos Estados Unidos. Repare no excesso de informações e estímulos provocados pelos letreiros, iluminação e movimentação urbana.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Times\\_Square](http://pt.wikipedia.org/wiki/Times_Square)

Estas bases fazem surgir o que o autor chama de *atitude blasée*, considerada como característica do homem metropolitano, inclusive na infância, se comparado aos moradores de ambientes mais tranquilos. Os objetos e situações são percebidos em tom uniforme, plano e fosco, sem preferências, meio indiferente. O dinheiro é o denominador comum de todos os valores na constituição de uma mente calculista. A forma de vida prima pela exatidão, minuciosidade e impessoalidade, aliada a uma subjetividade pessoal que produz nos indivíduos uma postura de reserva, de proteção ao excesso de estímulos e de desconfiança que passa a fazer parte de suas relações. Esta postura é resultado de fatores psicológicos de defesa do organismo que podem avançar à aversão, estranheza ou repulsão e mesmo ao ódio, sendo necessário lutar contra esses sentimentos para estabelecer contatos. Com isso, a tendência é que os encontros interpessoais sejam escassos, breves e superficiais e, apesar da proximidade física e da estreiteza de espaços, a distância mental é sofrível.

Em nome da sofisticação, racionalidade, reserva, indiferença, ar *blasé*, liberdade e especialização – características do indivíduo urbano, segundo Simmel – acompanhamos a perda da moral, do senso de autoexpressão, constituindo o estado de *anomia* ou vazio social (Durkheim), que serve para explicar as várias formas de desorganização da sociedade tecnológica.

### Blasée

Que se mostra entediado com relação a coisas pelas quais outras pessoas demonstram interesse. Indiferente, apático.

### Anomia

Este termo foi cunhado por Émile Durkheim (França, 1858-1917) em seu livro *O suicídio* e refere-se a um estado de falta de objetivos e de perda da identidade provocado pelas transformações no mundo social moderno.

A partir do Capitalismo e da tomada da Razão, como forma de explicar o mundo, há um rompimento com os valores tradicionais e com a concepção religiosa. Isto ocasiona uma espécie de vazio de significado no cotidiano de muitos indivíduos que participam inconscientemente dos processos coletivos ou mesmo desenvolvem patologias que levam a um comportamento suicida.

Os primeiros anos da década de 80 marcaram o reconhecimento do lazer como força econômica. As exigências do modo de vida capitalista influenciaram na propagação do lazer como tempo – espaço necessário para o consumo das várias formas de entretenimento produzidas e difundidas pela indústria cultural. Com diferentes formas de consumo urbano, ampliaram-se a produção de bens, a oferta de serviços, a geração de empregos com demandas específicas ligadas ao lazer (PINTO, 2002, p. 27).

A indústria do lazer avança tão freneticamente que mesmo quem tem condições financeiras e interesse não dá conta de conhecer e experimentar tantas opções de oferta em forma e conteúdo de lazer.

O capitalismo provocou a disseminação do lazer veiculado pela indústria cultural, tratando os indivíduos como potenciais consumidores de mercadorias lúdico-culturais, e o acesso diferenciado a esses bens aumentou as desigualdades quanto à democratização da produção cultural disponível para a vivência do lazer (PINTO, 2002, p. 27).

Porém, a postura ativa para o desenvolvimento pessoal e social de que trata Dumazedier (2000, p. 258), como sendo “um conjunto de disposições físicas e mentais suscetíveis de assegurar o desabrochar ‘optimum’ da personalidade, dentro de uma participação ‘optima’ na vida cultural e social”, é cada vez mais rara na maior parte das opções de lazer moderno. Neste processo, contribuem a mecanização do lazer, que teve início na modernidade e ganhou ênfase na pós-modernidade, concretizada na televisão, no automóvel, no computador, nos jogos eletrônicos, e a individualização e a busca por conforto, que produzem um corpo humano cada vez mais passivo.

“Que apagou a imagem do homem ativo, substituindo-a pela imagem do consumidor como razão de felicidade (?)” (DUMAZEDIER, 2000, p. 258).

Em uma sociedade de muitos contrastes tais como: esplendor e miséria, riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos, a tendência, segundo Wirth (1979), é a tentativa de aproximação entre os semelhantes, dando funções especializadas às diferentes partes da cidade.

O modelo de organização espacial separa física e simbolicamente as classes sociais nas grandes cidades brasileiras. Segundo Ribeiro (2004), muito mais do que separar espacialmente, dificulta a sociabilidade, reforça a fragmentação das identidades coletivas e sociais, favorece o isolamento social, contribui com a destituição do bairro e da família, inferioriza determinados segmentos sociais e transforma a segregação e a discriminação em hábito.



Um artigo interessante a respeito desta segregação espacial foi elaborado em 2003 pelo então doutorando em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ, arquiteto e bacharel em direito, Luiz Alberto Souza, sob o título: “Condomínios residenciais e loteamentos fechados”. Está disponível em [http://www.vivercidades.org.br/publique\\_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=512&sid=21&tpl=printerview](http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=512&sid=21&tpl=printerview)

A variedade de tipos de personalidade é tamanha que gera uma estratificação social muito maior que a encontrada em grupos menores e mais integrados. Favorece o que Wirth (1979) denomina *despersonalização*. Além disso, as mudanças muito rápidas, em diversos aspectos da vida urbana (substituição de membros de um grupo, mudança de endereço, de emprego, alterações de renda etc.) dificultam muito o surgimento de novas relações assim como de amizades íntimas e duradouras. Isso reforça os conceitos de “cidade partida”, segmentada em “tribos urbanas”, que sustentam a “sociedade do espetáculo”, conforme já descrevemos nas aulas anteriores.

Contudo, Ribeiro (2004) destaca que as metrópoles competitivas no mundo contemporâneo são as que garantem seus sistemas de proteção social, considerando que:

As metrópoles continuam sendo o território da concentração do poder econômico e político, mas, na competição entre as grandes cidades, as vencedoras têm sido as que conseguem ser mais do que uma plataforma de atração dos capitais voláteis, predadores e oportunistas das vantagens oferecidas por governos locais imbuídos da ideologia da guerra fiscal, isto é, são territórios nos quais se estabelecem articulações duradouras entre a sociedade e a economia. É necessário, para tanto, que as metrópoles contenham os elementos requeridos pela nova economia de aglomeração da fase pós-fordista, entre os quais se destacam os relacionados aos meios sociais germinadores da inovação, da confiança e da cooperação (RIBEIRO, 2004).



A expressão pós-fordista é utilizada para designar um novo modelo de gestão produtiva contrário ao fordismo, que é centrado na produção em massa. Mas também refere-se ao período de mudanças do capitalismo, que foi acompanhado pela ascensão de novas configurações da organização industrial e da vida social e política. Estas transformações foram originadas a partir da crise estrutural do fordismo e desencadeada no início dos anos 1970 (KUMAR, 1997); (HARVEY, 2008).

Temos a convicção de que as políticas de ocupação e uso do solo devem democratizar oportunidades, resgatar a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorar a circulação das pessoas. Uma cidade ambientalmente equilibrada tem como objetivo o planejamento integrado e o uso do espaço urbano e rural com visão de futuro, contemplando as atividades humanas e os elementos naturais de reprodução da vida em sociedade e não a mera reprodução do capital.



O governo não pode ficar refém da política globalizante, que coloca no ínfimo papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do mundo globalizado. É necessário romper com os modelos existentes de ocupação espacial das áreas urbanas e rural, enfrentando as dificuldades e resistências inerentes ao processo, para que as pessoas possam ser inseridas em um espaço harmônico. As políticas de ocupação do solo devem democratizar oportunidades, resgatar a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorar a circulação de pessoas, favorecer o convívio, a integração, o encontro (MARCELLINO, 2008, p. 142).

Para tanto, pode-se afirmar que, embora as funções de descanso e divertimento também possam operar a dimensão educativa do lazer, é na perspectiva da aquisição de valores que orientem para uma cidadania emancipada e participativa que a educação pelo e para o lazer melhor se evidencia (PIRES, 2008).

## **Desenvolvimento pessoal e social pelo e para o lazer**

A qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende em grande escala da capacidade de se relacionar com o outro (o diferente), o entorno e o planeta de maneira respeitosa e responsável, promovendo o legítimo direito de oportunidades para usufruir dos bens naturais e culturais que todas as comunidades humanas têm disponibilidade ao longo de nossa história (DISKIN, 2000, p. 37 apud MARCELLINO, 2008, p. 140).

Reconhecendo a importância da decisão dos poderes públicos para a oferta diversificada e qualificada de possibilidades de vivências de lazer, tornamo-nos capazes de nos mobilizar de forma coletiva para reivindicar espaços e equipamentos públicos de boa qualidade, assistidos por pessoal qualificado, por meio da participação popular na definição de políticas de lazer esportivo e artístico-culturais inclusivas, entre outras ações consonantes ao sistema democrático.

As buscas individuais para o atendimento a estas questões acabam, normalmente, resultando na “compra” de soluções por parte de quem pode pagar pelo lazer desejado ou de consumo dirigido, LEFEBVRE, 1991. Resta aos demais contentar-se com as ofertas da indústria cultural e de entretenimento.

Cabe a nós, então, uma reflexão sobre as relações entre a perspectiva do desenvolvimento pessoal e social e os conteúdos intelectuais do lazer mediante a presença das novas tecnologias de informação e de comunicação. A aparente banalização da informação/comunicação não acontece, porém, desvinculada das diferenças socioeconômicas, que determinam oportunidades assimétricas ao seu acesso, apropriação e fruição. Se situarmos o lazer no âmbito da cultura, vivenciado no tempo livre/liberado, conforme indica Marcellino com base em Gramsci (MARCELLINO, 1987), o desenvolvimento pessoal e social aqui tratado na sua relação com o lazer pode ser compreendido como um atributo da formação cultural, dimensão ampla da vida humana.

Um grande desafio para a cultura é aliar aspectos das práticas sociais desejáveis ao conhecimento ético, estético e intelectual, tanto na dimensão do indivíduo quanto da sociedade. Segundo Zuin (2000, p. 55), é dessa tensa relação entre a dimensão objetiva e subjetiva da cultura que se origina o termo *formação*, ou seja, a subjetividade objetivada nos produtos humanos pela intervenção do agir formativo necessita tanto de um momento de distanciamento quanto de aproximação da realidade que transforma o subjetivo tanto quanto é transformada pelo exercício da atividade racional.

Assim, tomando o desenvolvimento como formação cultural e reconhecendo a sua perspectiva interdisciplinar, resta-nos relacionar a formação cultural pelo lazer com as possibilidades de intervenção. De forma bastante sintética, podemos afirmar que, embora a Educação Física trate predominantemente de uma especificidade do lazer (os interesses físico-esportivos), ela não deve limitar a este campo os objetivos e propósitos da sua ação socio-cultural. Da mesma forma, mesmo reconhecendo que os interes-

ses físico-esportivos estejam mais relacionados à função do divertimento, ela não deve excluir uma perspectiva mais voltada para o desenvolvimento de valores sociais e pessoais que possibilitem o necessário questionamento dialético da sociedade (PIRES, 2008).

Neste sentido, cabe uma referência ao esporte-espetáculo, a exemplo da magnitude atribuída à produção de competições como a Copa do Mundo de Futebol ou as Olimpíadas. Produzido e disponibilizado como um produto da indústria cultural, o esporte precisa ser apropriado de modo que possa garantir equilibradamente o gosto pela sua prática, prazer de vê-lo e ainda a capacidade de criticá-lo, numa autêntica formação cultural – ou, podemos também dizer, como desenvolvimento pessoal e social promovido pelo duplo aspecto educativo que pode ser proporcionado pelo lazer (PIRES, 2008).



## Atividade

### Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o texto a seguir e responda: quais as perspectivas de intervenção do lazer para reverter a tendência à supervalorização da estética e ao *ar blasé* dos habitantes das grandes metrópoles? E para a promoção do desenvolvimento pessoal e social para que as relações de consumo sejam mais associadas à ética do que à estética?

Sem dúvida alguma percebemos no mundo das relações sociais uma exacerbação daquilo que Georg Simmel chamou de *ar blasé*, uma indiferença ou reserva diante da vida alheia, das pessoas e das coisas, revelando um processo de socialização que dessocializa ao colocar o indivíduo num social pulverizado. Alguém que é assaltado num ponto de ônibus cheio e não é socorrido por nenhum transeunte, o desvio do olhar no elevador ou no vagão de metrô no horário de pico e até mesmo a distância que se dá numa sala de cinema, escolhendo uma poltrona que não seja contígua a de outro espectador, ou a “invisibilidade” de mendigos e pedintes com quem nos deparamos nas grandes cidades são todos exemplos concretos de como se dá, na prática, a

atitude de reserva psicológica e indiferença moral com relação ao “outro”.

No entanto, não é possível falarmos apenas de estilos de vida individualizados e “egoísmo narcísico” se os supermercados reais vendem produtos voltados para públicos reais em seções específicas da loja, cujo consumo reforça a identidade coletiva calcada em valores e memória comuns. Os judeus religiosos acham produtos alimentícios preparados de acordo com as regras alimentares apropriadas (chamada *kashrut*), a televisão anuncia um sabonete específico para negros e revistas propagam uma estética “afro” na tentativa de afirmar uma identidade historicamente marginalizada.

Há algum tempo, um anúncio na televisão exortava os telespectadores a consumirem determinada bebida refrigerante, alegando que “imagem não é nada, sede é tudo”. Esta frase resume magistralmente tudo o que foi escrito antes a respeito da “implosão de fronteiras e hierarquias sociais”, da redução dos objetos a meros significantes sem ancoragem na “realidade” e da existência de sujeitos esquizofrênicos que buscam nas prateleiras dos “supermercados culturais” a satisfação de suas expectativas geradas em fantasias e sonhos.

A estética passa a regular as relações de consumo e as relações sociais, elas mesmas mediadas por uma cultura de consumo. Esta tendência, entretanto, nem sempre se reflete na vida social da maneira como os teóricos da pós-modernidade preconizam, ou melhor, carrega consigo uma contratendência que nos traz um alento do tipo “nem tudo está perdido!”. No caso da publicidade, a proibição da veiculação de propagandas de cigarro na televisão, cujas imagens evocam uma vida saudável impregnada de esportes e bem-estar físico, é uma prova de que questões éticas, e não estéticas, tiveram um peso decisivo no processo. Há relativamente pouco tempo, os maços de cigarro têm impresso na lateral uma advertência do Ministério da Saúde a respeito dos males que o fumo causa ao organismo junto com imagens (imbuídas de uma mensagem moral, sem dúvida) que denigrem o hábito de fumar, como é o caso de um doente terminal num leito de hospital por conta de câncer no pulmão ou uma moça que expressa desagrado com o mau-hálito de seu interlocutor fu-

mante. À relação entre consumo e estética devemos incorporar a relação entre consumo e ética.

(Fonte: Texto extraído do artigo “(In) diferença por excesso? O lugar das identidades na contemporaneidade” de Marcelo Gruman – *Revista espaço Acadêmico* n° 79 – Dezembro 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/079/79gruman.htm>)

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper appears to be a standard notebook page or a sheet of stationery.

### **Resposta Comentada**

*Esta atividade nos leva a refletir sobre o lazer como instrumento de intervenção na socialização dos indivíduos frente aos desafios das cidades contemporâneas, entre eles a velocidade e a superficialidade das relações com o tempo, o espaço e o outro, o individualismo, o narcisismo e a supervalorização da estética nas relações de consumo se sobrepondo aos valores éticos e morais. Tais aspectos contribuem para reforçar conceitos que já abordamos em nossas aulas como “tribos urbanas”, “cidade partida”, “sociedade do espetáculo”. A resposta, portanto, deverá trazer à tona perspectivas da participação comunitária em políticas e programas de lazer; da democratização de espaços e equipamentos públicos e privados de lazer; da inserção do lazer para educação e da educação para o lazer; da inserção das novas tecnologias de informação e de comunicação como entretenimento e da “indústria cultural” globalizada.*

## Escola e lazer

No entender de Marcellino (1990) e outros autores relacionados com a teoria e defesa do lazer na educação, a falta de sintonia entre os valores vivenciados no lazer e os absorvidos pela escola seriam a primeira razão do abandono escolar, um problema comum aos países desenvolvidos, não desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

Segundo J. Vazquez Pereira (1979, p. 33):

Vale mais a pena atentar para os ultrapassados modelos rígidos da Escola, cada vez mais contestados. Cada vez mais há, nos estudantes, uma reivindicação de participar na definição do programa da Escola. Cada vez mais há confronto, prejudicial à Escola, entre a vida no lazer e os padrões Escolares.

Nas contínuas tentativas de adoção dos valores vivenciados no lazer com a prática educativa, normalmente tem-se confundido a orientação e a motivação com um simples deixar fazer, confundindo-se com libertinagem e caos. Para M. Mermelstein (1982:45), sabe-se que muitos são os professores que:

Confundem omissão com facilidades para a liberdade de expressão, não participando no processo de desenvolvimento de atividades, encarando-as, assim, como fins em si mesmas e não como parte de um plano de objetivos educacionais a serem atingidos.

Para que a aprendizagem possa beneficiar-se de todos os elementos característicos da prática do lazer, deve-se atentar a duas vertentes essenciais:

- 1) a espontaneidade na escolha dos temas;
- 2) o caráter lúdico como forma de abordagem.

Contudo, terá que existir um sério esforço e dedicação na busca de um ponto de equilíbrio que harmonize igualmente a disciplina e o prazer para que ambos os aspectos sejam tidos em conta e respeitados. O prazer não é sinônimo de desordem

ou indisciplina, pelo contrário, o prazer é disciplinador de comportamentos e atitudes perante a vida.

Devemos observar, conforme Stanley Parker (1978), que as temáticas e atividades de recreação e lazer foram introduzidas na escola sob uma perspectiva fortemente moralizadora e controladora de comportamentos. Vem ao encontro da visão funcionalista do lazer.

Contudo, segundo Lurdes Azevedo (1977, p. 63), o mais importante é que a escola disponha da figura do orientador educacional, que deverá ter como tarefa controlar a variação e os benefícios de atividades adequadas ao tempo livre dos jovens, bem como a prática de ações construtivas ao seu desenvolvimento:

Preocupações de levar o orientando a se auto-reconhecer e ocupar, proveitosa e inteligentemente, o seu tempo liberado, procure instalar, nos adolescentes, hábitos de prática de atividades desportivas, educativas e culturais de lazer, que não só repercutam favoravelmente no seu desenvolvimento e equilíbrio, como possam estabelecer-se firmemente e se prolongarem por toda a vida adulta (A ESCOLA..., 2010).

Para Requixa (1980, p. 72), o lazer deve ser visto sob um ponto de vista de duplo aspecto educativo, ou seja: “O lazer como veículo de educação: Educação pelo lazer. O lazer como objeto de educação: Educação para o lazer”.

Vamos analisar este duplo aspecto educativo do lazer como intervenção pedagógica com base em Melo e Alves Junior (2003, p. 53):

*Educar pelo lazer* significa aproveitar o potencial das atividades de lazer para a educação, para trabalhar valores e condutas nos discentes a partir de uma problematização, permitindo aos indivíduos a reelaboração de seus pontos de vista acerca da realidade abordada. Cabe ao professor/profissional tomar o cuidado de não impor posturas consideradas adequadas ou moralistas e estabelecer um programa de atividades que despertem para a conscientização, posicionamento e discussão, de forma lúdica e instintiva.

Entre exemplos relacionados a esta aplicação do *lazer para a educação*, observamos a obra de vários artistas que intencionalmente “incomodar” as pessoas e levá-las a refletir sobre algo associado à vida cotidiana em sociedade. Melo e Alves Junior (2003, p. 54) destaca como exemplo o movimento *hip-hop* – originário dos Estados Unidos e que admite novos significados em vários pontos do Brasil – que difundem nas letras do *rap* (sigla que significa *rhythm and poetry*, “ritmo e poesia”) mensagens críticas acerca da difícil situação social de jovens, em sua maioria, com poucas opções de lazer. Ao mesmo tempo em que constituem uma forma de diversão para a juventude de diferentes esferas sociais, conclamam os indivíduos a estarem atentos e a buscarem alternativas para uma sociedade mais justa e menos cruel. Somam-se à música outras manifestações culturais como a dança *break*, ou nas artes plásticas o grafite, assim como gírias, costumes, formas de vestir e de se relacionar.

*Educar para o lazer* é outra dimensão da maior importância no processo de intervenção pedagógica no âmbito do lazer. Admitimos que, em um ambiente cultural heterogêneo, há conflitos de poder que interferem diretamente nas possibilidades de acesso aos diferentes bens culturais, reflexos da luta de classes no estrato da cultura, uma esfera estratégica no processo de tentativa de controle e resistência (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 54). Neste sentido, o profissional de lazer teria como desafios: difundir os elementos da cultura erudita, possibilitando a todos a descoberta de novas linguagens; difundir e recuperar os elementos da cultura popular deteriorados pela “indústria cultural” e aprender a lidar criteriosamente com os elementos da cultura de massa, direcionando a intervenção pedagógica para a perspectiva crítica de forma e conteúdo (MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Cabe ressaltar que Melo e Alves Junior (2003, p. 55-60) identificam três grandes padrões da organização cultural sob a ótica da tensão, do conflito e também de circularidade e de troca, como sendo:



Cultura erudita – referindo-se às manifestações de longo alcance organizadas em escolas, grupos ou tendências que estabelecem os parâmetros normativos a serem seguidos. Nas artes plásticas, por exemplo, identificamos estilos como o barroco, o neoclassicismo, o realismo, o impressionismo, entre outros que fixam líderes ou ícones sobre personalidades com reconhecida genialidade que representam suas características. Assim, associamos o surrealismo a Salvador Dali, ou o impressionismo a Monet. Esse padrão de organização foi estruturado historicamente pelas classes abastadas da sociedade, o que atribui à cultura erudita certo prestígio e influência sobre o poder de decisão das elites dominantes. Estatisticamente a cultura erudita está representada por um grupo minoritário da população ao qual o acesso às suas manifestações são facilitadas, principalmente quando comparadas aos recursos e à abrangência da cultura de massa. De forma alguma deve ser entendido como um privilégio exclusivo de pessoas mais ricas, até porque o fato de ser rico não significa que invariavelmente o indivíduo esteja desperto para apreciação destas manifestações. A decisão sobre o tipo de cultura e de lazer a praticar cabe ao indivíduo e às suas escolhas pessoais, geralmente baseadas no prazer que suas práticas proporcionam, e sobre as quais não há compromissos com remuneração ou prática cotidiana, prevalecendo o senso de liberdade que vivencia.

Cultura de massa – refere-se à produção cultural distribuída pela grande indústria do entretenimento, consumida em larga escala pela população em geral. Sua velocidade e finalidade de ampliação de mercados inerentes à globalização opera transformações estratégicas no produto cultural original, visando a atingir públicos dirigidos, as diferentes “tribos urbanas”, segmentos específicos da população de acordo com os seus objetivos. Por exemplo, o forró tradicional, conhecido como forró pé-de-serra, de acordo com a sua inserção e aceitação no mercado, veio ganhando versões, através da mixagem ou troca dos instrumentos

originais por outros ou por recursos mais atuais, insere novas vozes, visuais e personalidades regionais ou contemporâneas, cuja linguagem se torna representativa para o público consumidor de um novo produto: o neoforró. A tradicional música sertaneja hoje tem uma versão “sertanejo universitário”, entre tantas outras versões.

Essa facilidade com que se pode produzir e distribuir mensagens e induzir comportamentos jamais foi vivenciada pela humanidade. Vivemos a experiência do intenso estímulo e consumo da indústria do entretenimento, o que torna ainda mais relevante o papel do pesquisador e do educador na observação, na condução e na produção da cultura de massa na sociedade contemporânea.

Melo e Alves Junior (2003) apresentam uma forte crítica à cultura de massa frente à sua banalização patrocinada por grupos econômicos poderosos, com exposições muitas vezes inapropriadas de “produtos culturais” com letras de músicas, estilos de danças, de roupas, de expressões agressivas e com a exacerbação do erotismo, dentre outros variados aspectos. Um *produto distorcido*, que é amplamente consumido através de programas de televisão, rádio, revistas e outros meios de comunicação e de subprodutos à venda “que, de modo geral destinam-se exclusivamente ao comportamento consumista esvaziado de capacidade crítica” (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 58), e que se tornam moda ou padrão que constrói a personalidade de um grupo ou até de uma geração, de uma nação.

Cultura popular – refere-se à transmissão de uma determinada tradição cujo poder de influência concentra-se no espaço de sua produção, como, por exemplo, nas manifestações folclóricas que resistem aos modismos e que se reelaboram constantemente na dinâmica cultural sem a *distorção* de suas tradições. Por exemplo, as manifestações locais que são produzidas sob a forma de espetáculo como o Festival Folclórico do Boi de Parintins (MELO; JUNIOR, 2003, p. 59)



**Figura 14.2:** Imagem do Festival Folclórico do Parintins, no bumbódromo (Centro Cultural e Esportivo Amazonino Mendes), um tipo de estádio com o formato de uma cabeça de boi estilizada, com capacidade para 35 mil espectadores.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Festival\\_Folcl%C3%B3rico\\_de\\_Parintins](http://pt.wikipedia.org/wiki/Festival_Folcl%C3%B3rico_de_Parintins)



A palavra folclore vem da junção de duas palavras da língua inglesa: *folk* e *lore* (“povo” e “saber”). Fácil prever que, unidas, passam a significar o saber tradicional de um povo. Folclore é o que passa pelas tradições, costumes e superstições das classes populares. Para que vire folclore é preciso que apresente as seguintes características:

- tradicionalidade: vem se transmitindo de geração a geração;
- oralidade: é transmitido pela palavra falada;
- anonimato: não tem autoria;
- funcionalidade: existe uma razão para o fato acontecer;
- aceitação coletiva: há uma identificação de todos com o fato;
- vulgaridade: acontece nas classes populares e não há apropriação pelas elites;
- espontaneidade: não pode ser oficial nem institucionalizado.

Fonte: <http://universia.com.br/preuniversitario/materia.jsp?materia=11416>

Diante desta classificação de atividades culturais, Melo e Alves Junior (2003) apontam como desafios para os profissionais de lazer:

- difundir os elementos da cultura erudita, possibilitando a todos o acesso a antigas e novas linguagens e formas de conhecimento e prazer;
- difundir e recuperar elementos da cultura popular que se encontram deteriorados pela ação da indústria cultural;
- aprender a lidar com a cultura de massa, direcionando o processo de intervenção pedagógica ao questionamento de sua forma de ação e no desenvolvimento de perspectivas críticas.

A todo esse processo de atuação denomina-se animação cultural, sendo o termo animador cultural a denominação mais apropriada ao profissional de lazer, considerando a natureza do seu conhecimento e da sua intervenção. Cabe lembrar que educar não deve ser entendido como sinônimo de *transmitir conhecimento*, de *adaptar os indivíduos à sociedade em vigor*, mas sim um educar para a vida, para produzir conhecimento através de um processo de questionamento constante dessa ordem dominante sobre os diferentes aspectos da vida (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 60) para um mundo melhor a cada dia.



## Atividade

---

### Atende ao Objetivo 2

2.

O desejo deseja desejo, e o ciclo nunca se fecha. A promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais atraentes que as necessidades efetivas, quer dizer, a satisfação nasce da expectativa do prazer que transcende a “realidade” numa espécie de “hedonismo imaginativo” ((IN)DIFERENÇA..., 2007).

No entanto, como a “realidade” jamais poderá propiciar os prazeres com que os indivíduos se deparam em seus devaneios, sonhos e fantasias, cada compra conduz à desilusão e ao anseio por produtos ou experiências mais novos e atraentes.

Existe uma dialética da novidade e da insaciabilidade no âmago do consumismo contemporâneo. O indivíduo “pós-moderno” se apresenta como um caçador de emoções e colecionador de olhares, imerso num mundo com o qual se relaciona esteticamente percebendo-o como um alimento para a sensibilidade, matriz de possíveis novas experiências. Podemos imaginar esse mundo como um *container* cheio até a boca com uma quantidade incontável de oportunidades a serem exploradas ou já perdidas ou como uma mesa de bufê com pratos deliciosos, obrigando o indivíduo-consumidor a estabelecer prioridades. O excesso de escolhas, por mais paradoxal que seja, é, para esta personagem, motivo de ansiedade, insatisfação e felicidade.

Fonte: Texto extraído do artigo “(In) diferença por excesso? O lugar das identidades na contemporaneidade”, de Marcelo Gruman – *Revista Espaço Acadêmico* n° 79 – dezembro 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/079/79gruman.htm>

Diante do contexto apresentado, analise como seria possível aplicar o duplo aspecto educativo do lazer (*o lazer para educar* e *educar para o lazer*) como intervenção pedagógica, visando a amenizar a ansiedade e a insatisfação dos indivíduos geradas na tensão entre a realidade e a expectativa de satisfação.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

### **Resposta Comentada**

*Ao afirmar que “a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais atraentes*

*que as necessidades efetivas”, o autor abre a questão para a análise que nos propomos. Há uma intenção global clara em desviar a atenção dos indivíduos de suas necessidades reais para gerar expectativas de consumo nem sempre possíveis de serem saciadas por todos e/ou cada um. Nesta busca por satisfação, o lazer em suas diferentes formas – físico, artístico, social, cultural – é um instrumento possível de ser aplicado, visando à educação dos próprios sentidos e valores dos indivíduos. Muitas vezes nos encontramos frustrados em nossas expectativas e não sabemos como podemos desviar o foco desta tensão. As práticas de lazer nos proporcionam atividades produtivas e prazerosas que nos revelarão novas possibilidades de satisfação e de formas de se relacionar com o mundo real, tratando-se da perspectiva do lazer para educar sentidos e emoções. Da mesma forma, é preciso que os profissionais estejam atentos para as oportunidades de educar para o lazer, ou seja, justamente venham a abrir este novo mundo de possibilidades aos indivíduos que são tratados pela “indústria cultural e do entretenimento” apenas como consumidores do que está pronto e na prateleira do mundo globalizado, enquanto ainda desconhecem muito das suas próprias habilidades e potencialidades para a prática dos diferentes tipos de lazer que estão ao seu alcance.*

## **Sentidos da animação cultural**

Mas quais são as práticas e qual o campo de trabalho do animador cultural?

No Brasil, as discussões sobre a animação cultural são recentes e encontramos as mais diversas denominações nos mais diferentes espaços de atuação. É comum o uso indiscriminado de denominações como recreador, professor, mediador, agente cultural, entre outras. O extenso e crescente campo de trabalho inclui diferentes perfis de empresas e profissionais liberais e informais que atuam em festas infantis, acampamentos, clubes, ruas de recreio, colônias de férias, hospitais, projetos governamentais (normalmente comunitários), museus, centros culturais e projetos em comunidades. A animação cultural se constitui hoje em umas das principais estratégias de intervenção em comunidades de baixa renda. O animador cultural pode atuar tanto diretamente com as atividades junto ao público-alvo ou como coordenador/gestor/administrador do projeto, de programas

sociais do governo do município, do estado, da federação; de ONGs; ou em projetos de extensão universitária.

Várias entidades privadas oferecem programas de animação cultural. Por exemplo, o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), que se destacam tanto como precursores quanto por manterem as preocupações teóricas e a qualidade das intervenções, e uma vasta rede de instalações em todos os estados brasileiros. Como entidades patronais, são mantidas por um imposto recolhido dos empresários do comércio e da indústria, atuantes desde a década de 1940, contribuindo e chegando até a substituir a ação dos poderes públicos em determinados locais e momentos históricos. Uma iniciativa que é exemplo para empreender muitas outras. Nas escolas, as atividades culturais foram introduzidas nos padrões de uma formação clássica (canto, teatro, dança, poesia, artes plásticas) e aos poucos adquirem formatos mais identificados com a estratégia de intervenção no âmbito não escolar e/ou no âmbito do lazer (festas, colônias de férias, viagens escolares, visitas a espaços públicos de cultura e lazer).

Nos últimos 20 anos, *lazer* e *animação cultural* têm se tornado cada vez mais temas de preocupação, investigação e iniciativas que avançam, tanto em relação à reflexão teórica, quanto ao número de experiências concretas de intervenção. Contudo são enormes os desafios a serem encarados para tornar qualitativamente superior nossa compreensão e nossa capacidade de intervenção (MELO; JUNIOR, 2003).

Neste sentido, P. Besnard (apud MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 60) propõe uma classificação que delineia três grandes perspectivas, consideradas como os paradigmas de intervenção da animação cultural:

- O Paradigma Tecnológico, relacionado diretamente com a manutenção da ordem social. Ocorre quando o animador cultural interpreta a realidade e detecta o que falta ou o que está “errado”, determinando os comportamentos que devem ser adotados de modo hierarquizado e téc-

nico. Quando ocorre uma *transmissão de conhecimento* e, nesta perspectiva não há espaço para a tomada de consciência pelo desenvolvimento das potencialidades individuais ou sociais e nem pretensão de intervir ou de superar questões de ordem social, mas sim de adequar-se a ela. Um comportamento prático pode ser observado em profissionais de lazer que atuam como recreadores em colônias de férias, hotéis-fazenda ou acampamentos e que chegam com seus programas de trabalho prontos, mantendo a programação fixa e sob rígidos horários, sem dar espaço para a discussão das atividades e para a liberdade de escolha por parte do grupo a ser atendido.

- O Paradigma Interpretativo, que analisa e entende serem necessárias reformas nesta ordem; nesse paradigma, o animador cultural interpreta o seu contexto de atuação e favorece experiências, acreditando no desenvolvimento individual como caminho para reformar a ordem social. Porém, a fragilidade de sua proposta de intervenção em ambientes de lutas simbólicas ou concretas pouco contribui para a superação da ordem social. Essa perspectiva de intervenção pode ser encontrada em museus, centros culturais e instituições patronais, como é o caso do Sesc, que montam exposições e espetáculos atraentes e importantes para o desenvolvimento cultural, até com a ajuda de guias-instrutores, mas cuja iniciativa não é suficiente por não estar inserida em um esforço de formação permanente e contínua para o seu público.
- O Paradigma Dialético, que intenta promover uma transformação completa nesta ordem, entendendo a animação como recurso para a construção de uma democracia cultural. O animador cultural identifica a realidade historicamente construída e se preocupa em fazer com que o conhecimento também seja socialmente situado, buscando despertar novas consciências e ações. Sua preocupação é organizar uma ação comunitária que eduque



os indivíduos para o entendimento e a construção de uma coletividade através de negociações, concessões e mediações que construam ações transformadoras e emancipadoras, desenvolvendo a consciência e a responsabilidade simultaneamente individuais e coletivas. Nessa perspectiva, Melo e Alves Junior (2003, p. 64) propõe algumas possibilidades de intervenção, tais como:

a) a educação estética – intervir no âmbito da cultura significa trabalhar não só com valores, mas também com percepções e sensibilidades, e existe uma permanente articulação entre ética e estética. Certas percepções e sensibilidades tanto podem se ajustar a um determinado conjunto de valores como podem contestá-lo. A categoria da estética não se resume à arte e ao belo, mas ao conhecimento sensível manifesto na natureza, na técnica, na indústria, na vida pública ou privada, onde quer que seja. Um processo de educação estética, de educação das sensibilidades, deve permitir aos indivíduos desenvolver o ato de julgar e criticar por meio de olhares mais tolerantes e multirreferenciais sobre a vida e a realidade. O animador cultural como um estimulador de novas experiências estéticas, mediador para acessar e produzir novos olhares. Como afirma Marc Jimenez (1999, p. 24 apud MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 67), “trata-se, sobretudo, de procurar a harmonia entre a sensibilidade, a paixão e a razão, de conciliar o dualismo fundamental do homem constituído de natureza e cultura”;

b) o modo de endereçamento – um conceito apreendido dos estudos do cinema e que procura discutir, de forma geral, a dinâmica das relações entre um filme e o público, basicamente visando responder à pergunta: “A quem este filme está sendo endereçado?” Um filme é endereçado para alguém imaginado, para um perfil de público que nunca é homogêneo e linear.

Aplicando o modo de endereçamento quanto às perspectivas de manutenção da ordem social ou do ponto de vista de sua superação, há grande aproveitamento na distância entre o ser imaginado e o ser real.

Supostamente, um filme induz seu público a pensar de determinada forma, fornece uma indicação subliminar de uma postura esperada, propagando uma série de valores e intenções. Logo, se o animador entender tal relação, pode estimular seu público a assistir ao filme com atenção, subvertendo a lógica original da proposta do filme. Potencializa-se assim a sua possibilidade de intervenção pedagógica (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 68).

Para Melo e Alves Junior (2003), o processo de animação cultural deve sempre dar espaço para o diálogo, para as diferentes apreensões, respeitando o indivíduo e nunca supervalorizando o coletivo e uma objetividade declarada e não alcançável. Não se trata de alcançar resultados desejados pelo animador cultural, nem desejados pelo público, mas trabalhar reelaborações constantes da troca de estímulos entre ambos e o grupo, sem pretensão de enquadramento.

- c) O papel do sujeito – a superação da ordem social se dá na medida em que há a recuperação do sujeito em indivíduos livres (não submissos), fortes e ativos, que possam se expressar e se posicionar de maneira explícita para uma construção social mais justa. Assim, cabe ao animador cultural tentar despertar e ampliar em cada indivíduo a descoberta subjetiva do prazer como princípio transformador da vida. De modo sintético, o professor Vitor Melo apresenta este quadro comparativo entre as principais características das perspectivas da animação cultural em sua aula disponibilizada no *link*: [www.lazer.eefd.ufrj.br/cursos/teoria\\_lazer\\_ufrj\\_2005\\_1.ppt](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cursos/teoria_lazer_ufrj_2005_1.ppt)

**Quadro 14.1:** Quadro comparativo com as características principais da animação cultural sob os paradigmas tecnológico, interpretativo e dialético

	<b>Tecnológico</b>	<b>Interpretativo</b>	<b>Dialético</b>
Proposta básica	Engenharia cultural	Formação cultural	Democracia cultural
Visão da realidade	Genérica Objetiva Única	Particular Subjetiva Plural	Holística Dialética Complexa
Conhecimento	Ciência	Experiência	Consciência
Processo de reflexão	Provocada Dirigida	Convite à construção	Gera e problematiza a construção
Ação	Vertical Determinada Individual Comportamental	Horizontal Orientada Relacional Criadora	Diagonal Induzida Comunitária Emancipadora
Papel do animador	Descreve e prescreve ações e soluções	Interpreta e favorece situações e experiências	Desvela, recria e gera em conjunto
Visão de mundo	Pouca interferência na ordem social	Reforma da ordem social	Superação da ordem social

Fonte: [www.lazer.eefd.ufrj.br/cursos/teoria\\_lazer\\_ufrj\\_2005\\_1.ppt](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cursos/teoria_lazer_ufrj_2005_1.ppt)

Desejamos, assim, contribuir para que a animação cultural promova a formação de pessoas educadas, informadas e críticas, que possam desenvolver novos olhares, sem que isso signifique:

- restrição ao julgamento do animador cultural sobre o que é “mais correto”;
- informação linear do que “deve ser pensado”;
- que os indivíduos “informados” não possam se “enquadrar” ou que os supostamente “não críticos” não possam perceber as diferenças.

O processo de animação cultural deve ser aberto, garantindo espaço para a escolha, a dúvida, o medo, a fantasia, o prazer, enfim, para a diferença através da mediação.

Em um mundo que apresenta a falta de alternativa como normal e os prazeres superficiais e provisórios como suficientes, é fundamental que ajudemos os indivíduos a perceber que podem obter outras formas de prazer, que podem se descobrir, e que, para tal, não devem se submeter com facilidade (MELO; ALVES JUNIOR, 2003, p. 72).



## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Observe a letra desta canção de Jorge Mautner e Nelson Jacobina. Analise sob que perspectiva da animação cultural (tecnológica, interpretativa ou dialética) esta canção se aplica:

#### **CIDADÃO, CIDADÃ**

(Jorge Mautner - Nelson Jacobina)

...

Quem, quem, quem a não ser o som

Poderia derrubar a muralha dos ódios, dos preconceitos

Das intolerâncias, das tiranias, das ditaduras hereditárias

Dos totalitarismos, das patrulhas ideológicas e do nazismo

Acho que todo cidadão ou cidadã

Deve ter possibilidades de felicidade

Do tamanho de um maracanã

E deve poder ser azul, negro ou cinza

Sorridente ou ranzinza

Verde amarelo e da cor vermelha

Deve-se somente ser, E não temer, viver

Pro que der e vier na nossa telha

Vivamos em paz, Porque tanto faz

Gostar de coelhos ou de coelhas

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### **Resposta Comentada**

*A canção nos remete a um exercício do olhar para o que há de belo nas diferenças e exalta a possibilidade de felicidade para todo cidadão independentemente de qualquer condição, reconhecendo na música (no som) o meio para transcender todos os obstáculos. A perspectiva dialética da animação cultural nos conduz a esta reflexão, que transparece nos versos a democracia cultural (E deve poder ser azul, negro ou cinza/ Sorridente ou ranzinza/ Verde amarelo e da cor vermelha/ Deve-se somente ser, E não temer, viver) e superação da ordem (Pro que der e vier na nossa telha/ Vivamos em paz, Porque tanto faz/ Gostar de coelhos ou de coelhas).*

### **Resumo**

A cidade contemporânea se apresenta como espaço de diferentes tensões e conflitos, onde se manifesta o individualismo e o *ar blasé* como reflexo do volume de estímulos aos quais todos os indivíduos estão expostos diariamente. Neste contexto, propõe-se a reflexão sobre o estilo de vida nas cidades e o duplo aspecto educativo do lazer, não sob a visão funcionalista, mas visando à sua intervenção pedagógica frente à ordem social vigente e ao seu potencial para a ressignificação do entendimento e uso do espaço público. Trata-se, portanto, de educar para as sensibilidades estéticas e éticas.

- a Educação pelo lazer – O lazer como meio;
- a Educação para o lazer – O lazer como fim (a ação da cultura de massas).

Entre os elementos dificultadores da aplicação do lazer na educação, encontramos:

- A desvalorização do lazer frente à hierarquia das necessidades humanas: onde fica o lazer e a cultura?
- A forte influência do mercado cultural e da indústria do entretenimento.

- A deficiente formação e preparação do animador cultural.

Nas escolas, o lazer é frequentemente confundido com a “hora do recreio”, sendo necessário compreender e aplicar atividades e programas que estimulem a participação, conduzindo para o desenvolvimento pessoal e social, caracterizando-se como animação cultural. Para tanto, é preciso estar atento aos desafios e às reflexões necessárias para que se realize o processo de intervenção, caso a caso e de acordo com o perfil dos grupos assistidos, considerando questões, tais como:

- a) A cidade é para quem? A cidade a serviço do capital.
- b) Como anda a relação cidade – cidadão?
- c) Como pensar a cidade como espaço de lazer?
- d) Como pensar estratégias de mediação cultural?
- e) Estamos diante de uma crise econômica ou de uma crise de valores?
- f) Como pensar uma cidade mais inclusiva e mais justa?
- g) Como criar pontes para gerar fluxo e contrafluxo da cultura, para que transpasse do centro para a periferia e da periferia para o centro?

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, estudaremos os caminhos para a elaboração das políticas públicas de lazer no Brasil.

# 15

## Políticas públicas de lazer

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Discutir o processo de inserção do lazer nas políticas públicas e as possibilidades de participação popular para a consolidação de propostas adequadas ao desenvolvimento humano, local e regional.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar o processo de elaboração das políticas públicas de lazer no Brasil;
- 2 reconhecer a participação popular na elaboração de políticas públicas e propostas adequadas ao desenvolvimento local e regional;
- 3 identificar os campos potenciais para as intervenções dos profissionais de turismo nas políticas de lazer.

## Introdução

Com o avanço da economia globalizada no século XXI, o Estado adquire importância indiscutível em muitos aspectos da vida social, não somente no aspecto político, mas também “econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas)” (CARNOY, 1990, p. 9). Contudo, a esfera econômica é determinante das ações individuais e do modo de vida contemporâneo, pois abrange toda a cadeia de atividades e instituições que servem à criação, produção e distribuição de bens e meios de consumo no contexto da economia neoliberal, embora esteja submetida às decisões e ao controle do Estado. Neste contexto, as políticas públicas devem primar pelos direitos humanos e sociais, dentre eles o lazer, através de ações conjuntas entre a população, o poder público e a iniciativa privada. Como resolver esta equação?

## O papel do Estado e das políticas públicas

### Democracia pluralista moderna

A democracia pluralista moderna pode ser definida como um

“Sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número não especificado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, ordenadas não hierarquicamente e autodeterminadas, controladas pelo Estado na seleção da liderança ou articulação de interesse, e que não exercem o monopólio da atividade representativa de suas respectivas categorias” (SCHMITTER, 1964, p. 96 apud CARNOY, 1990, p. 53).

O auge da responsabilidade do Estado para com os interesses públicos é observado tipicamente nas **democracias pluralistas modernas**, nas quais o povo:

(...) não levanta nem decide problemas, porém esses problemas, que moldam seu destino, são normalmente levantados e decididos para ele. Nessa teoria [pluralista], então, o Estado obtém um certo poder próprio – é ele que toma decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social. Ao eleitorado cabe o poder de decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para levar a cabo o processo de tomada de decisão (CARNOY, 1990, p. 51).



No Brasil, a Constituição Federal promulgada em 1988 e a atual legislação eleitoral permitem a existência de várias agremiações políticas. Temos, atualmente, vinte e sete partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral que disputam alternadamente, a cada quatro anos, as eleições para presidente da República, senadores e deputados federais; e para governadores e deputados estaduais, para prefeitos e vereadores municipais.

Mas não foi sempre assim: vários partidos foram criados ou formalizados somente após o período da ditadura no Brasil, compreendido entre os anos de 1964 a 1985, pois sob o regime militar a Lei Falcão estabelecia a existência de apenas duas legendas: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) cujos políticos eram favoráveis à permanência do sistema e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que correspondia àquela época a uma oposição “controlada”. A partir da década de 1980, a democracia veio gradativamente se restabelecendo no país e, felizmente, esse sistema bipartidário não se aplica mais ao sistema eleitoral brasileiro.



**Figura 15.1:** Congresso Nacional em Brasília: centro da política brasileira.  
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Congresso\\_do\\_Brasil.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Congresso_do_Brasil.jpg)



Para saber mais sobre este assunto, consulte a publicação *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*, de Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (orgs.), através da Fundação Editora da Unesp. A apresentação encontra-se no link <http://www.adenauer.org.br/livros/prefor/sistempolibras.pdf>. Confira os atuais partidos políticos brasileiros em <http://www.tse.gov.br/internet/partidos/index.htm>

O Estado é, portanto, o responsável pela elaboração das políticas públicas para os mais variados setores que manifestam seus interesses através das representações políticas, tendo estas o dever de atender ao bem-estar público, ou seja, de toda a população. Isto principalmente porque “diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas públicas” (MENICUCCI, 2006, p. 139).

Portanto, as políticas públicas são as estratégias de intervenção e de regulação do Estado, que objetivam alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade. São intervenções governamentais que resultam de intensa atividade e negociação política e que representam as “decisões e ações *revestidas da autoridade soberana do poder público*” (MENICUCCI, 2006, p. 142).



Para mais informações sobre os diversos conceitos de políticas públicas, consultar R. Liao, “Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 39-52, maio 2003.

## As políticas públicas de lazer no Brasil

O acesso ao lazer é uma reivindicação antiga da sociedade brasileira e ganhou densidade a partir do debate sobre a nova constituinte (1987-1988), culminando com sua contemplação na Carta Magna que, no título II, capítulo II, art. 6º, estabelece o lazer como um dos direitos sociais. Também o título VIII, Da ordem social, capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, seção III, art. 217, item III, art. 3º, diz: “O poder público incentivará o lazer como forma de promoção social.”

Nestes dois capítulos constitucionais, o lazer é citado como um tema importante para a área social e fundamental na vida dos homens. Por se tratar de um direito legal, a elaboração das suas políticas públicas deve abordar o lazer sob uma perspectiva democrática. Além de previsto na Constituição Federal, também há a Carta Internacional de Educação para o Lazer – elaborada e aprovada com a participação do Brasil no “Seminário Internacional de Educação para o Lazer”, da WLRA – World Leisure and Recreation Association – WLRA, realizado em 1993.

Temos, a seguir, o seguinte trecho extraído da Carta:

2.1 Lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual.

*2.2 Lazer é um meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal, social e econômico; é um aspecto importante de qualidade de vida. Lazer é também um produto cultural e industrial que gera empregos, bens e serviços. Fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais podem ampliar ou dificultar o lazer.*

*2.3 O lazer promove a saúde e o bem-estar geral, oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem atividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses*

*e preferências. As pessoas atingem seu pleno potencial de lazer quando estão envolvidas nas decisões que determinam as condições de seu lazer.*

*2.4 Lazer é um direito humano básico, como educação, trabalho e saúde, e ninguém deverá ser privado deste direito por discriminação de sexo, orientação sexual, idade, raça, religião, credo, saúde, deficiência física ou situação econômica.*

*2.5 O desenvolvimento do lazer é facilitado pela provisão de condições básicas de vida, tais como segurança, moradia, alimentação, renda, educação, salários, equidade e justiça social.*

*2.6 As sociedades são complexas e interrelacionadas e o lazer não pode ser separado de outras metas da vida. Para atingir um estado de bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades e interagir positivamente com o ambiente. O lazer é, portanto, visto como um recurso para melhorar a qualidade de vida.*

*2.7 Muitas sociedades em todo o mundo são caracterizadas pela insatisfação crescente, estresse, tédio, falta de atividade física, falta de criatividade e alienação na vida cotidiana das pessoas. Todas essas características podem ser aliviadas pela participação em atividades de lazer.*

*2.8 As sociedades em todo o mundo estão passando por profundas transformações sociais e econômicas, que produzem mudanças significativas no padrão e na quantidade de tempo livre disponível para o indivíduo durante o transcorrer da vida. Essas tendências terão implicações diretas para uma gama de atividades de lazer que, por sua vez, influenciarão a demanda pelo suprimento de bens e serviços de lazer.*

Fonte: [http://www.saudeemmovimentocom.br/conteudos/conteudo\\_exibe1.asp?cod\\_noticia=195](http://www.saudeemmovimentocom.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195)

O lazer já está entre o conjunto de direitos sociais previstos na Constituição Brasileira, vigente desde 1988. Contudo, os seus objetivos, as diretrizes ou regras institucionais que devem

orientar a efetivação do lazer como direito do cidadão ainda não foram definidas em nível nacional. A sua consolidação depende da ação governamental proativa, especialmente em âmbito municipal, através de políticas públicas. Porém, observa-se que tais políticas, na maioria das vezes, quando são formuladas, não são implantadas e, quando o são, geralmente não resistem aos critérios mínimos de continuidade diante da instabilidade entre governos e lideranças político-partidárias (BRAMANTE, 2004).



Crystal Leigh Shearin

**Figura 15.2:** Lazer como direito humano básico.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1294850>

Também é preciso compreender que o planejamento e as políticas públicas de lazer não devem ser engessados e/ou replicados como “fórmulas de sucesso” indiscriminadamente em qualquer lugar, para qualquer grupo social. É preciso inicialmente conhecer quais as demandas sociais e políticas dos habitantes locais, informar-se sobre o tipo de política pública adequa-

da àquela localidade e circunstância; conhecer as lideranças e partes interessadas como “atores”; respeitar as fases e os ciclos deste processo, estabelecendo metas e prazos alcançáveis.

Tudo isso amplia ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à reformulação de políticas de lazer e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos “calendários de eventos” ou “pacotes” baixados dos gabinetes técnicos. (MARCELLINO, 1996, p. 27).

Os atores sociais desse modelo de política são: políticos e burocratas (setor público, estatal); empresários (setor privado); trabalhadores (ONG, partidos políticos, sindicatos); organizações econômicas (bancos e entidades fiscais); mídia (RUA, 1998).

Os pesquisadores de temas em políticas públicas procuram dialogar com as diferentes manifestações da sociedade civil organizada e aproximar suas necessidades e expectativas às dos representantes dos vários níveis da administração pública. No Brasil, o caráter educativo das políticas públicas de lazer tem-se caracterizado pelo incentivo às práticas esportivas desde décadas posteriores a 1940, como há registros em diferentes gestões das prefeituras de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1995) e Rio Grande do Sul (STIGGER, 1998).

Diante de discussões relativas à preservação e à transformação das áreas urbanas para ampliar o acesso da população à *educação pelo lazer e para o lazer* (REQUIXA, 1980), correntes funcionalistas estimulam pensar o lazer como um eficiente instrumento educacional, que visa à inclusão e à promoção humana em consonância com o progresso socioeconômico e a consciência sobre o patrimônio urbano ambiental. Contudo, a educação para e pelo do lazer não deve servir de mero mecanismo de transmissão de valores e heranças culturais. Deve assumir especialmente o papel de instrumento para a conscientização e a preparação da sociedade para as novas relações e tendências existentes no mundo (ROCHA, 2004).

Entretanto, as políticas públicas estão diretamente relacionadas à natureza do Estado, que define e seleciona as prioridades para alocação e distribuição de renda e de recursos através dos programas e serviços públicos. De fato, no contexto neoliberal, observa-se que a função do Estado de redistribuição de renda encontra-se comprometida na medida em que os programas públicos tendem a ser utilizados como recursos de barganhas para a legitimação política dos vários grupos de interesse ou como mecanismos de intervenção na vida socioeconômica do país, subordinados à lógica da acumulação capitalista (LINHALES, 1998).



A matéria de Reinaldo Azevedo, publicada no *Estadão* online, em 10/07/2007, revela que a investigação da Operação Águas Profundas, sobre as fraudes em licitações da Petrobras, esbarrou em mais um esquema de corrupção política, envolvendo ONGs que tinham ligações com ex-governadores do Rio de Janeiro.

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/no-escandalo-petrobras-as-ongs/>

Nesta lógica, é preciso compreender e promover o lazer também como fonte geradora de ações empreendedoras em sua cadeia produtiva em apoio a processos pedagógicos e culturais, a programas que promovam a cidadania e a qualidade de vida da população e da cidade. É preciso ainda ampliar os debates sobre o lazer assumindo perspectivas econômicas concretas para a fundamentação e a legitimação das políticas públicas para o setor no contexto neoliberal.

Portanto, a implementação de uma política de lazer no Brasil dá-se através de um projeto político mais amplo e por meio de uma administração pública controlada, durante um período de tempo específico, por um partido político ou uma coalizão de partidos. A expectativa do controle de verbas para serem distribuídas, mais a necessidade de lotear as diferentes secretarias en-

tre os grupos que irão compor uma base parlamentar de apoio, leva muitas vezes a ações administrativas que sejam executadas de uma forma não coordenada e independente umas das outras, em função dos interesses de cada grupo instalado na estrutura de poder. Assim, é extremamente difícil somar as propostas do campo do lazer com as de outras áreas como saúde, habitação, educação, etc. (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

Além disso, deve existir certo consenso ao nível municipal ou da própria comunidade referente à implementação concreta de intervenções, destacando o planejamento, a formação de recursos humanos, a integração das ações dos diferentes órgãos públicos e a formação de parcerias com o setor privado e organizações não governamentais (ONGs) (BRAMANTE, 2004).

No turismo, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmonioso dessa atividade. Para Barretto (1991, p. 33):

Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso e a infraestrutura básica urbana – que também atenda a população local – e prover de uma superestrutura jurídica (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o Estado realiza – que permitem o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços – retornem na forma de benefícios para toda a sociedade (BARRETTO, 1991, p. 33).

Sendo o patrimônio natural e cultural de uma cidade as principais matérias-primas do turismo, torna-se impossível o desenvolvimento do turismo sem a participação direta ou indireta do poder público local, podendo abranger várias áreas, pois grande parte dos impactos negativos atribuídos ao turismo deve-se à falta de políticas para prevenir os problemas suscitados. O papel do poder público pode abranger inúmeras atividades relativas ao turismo. Ignarra (2001, p. 126) acredita ser dever do Estado:



(...) planejamento do fomento da atividade turística; controle de qualidade do produto; promoção institucional das destinações; financiamento dos investimentos da iniciativa privada; capacitação de recursos humanos; controle do uso e da conscientização do patrimônio turístico; captação, tratamento e distribuição da informação turística; implantação e manutenção da infraestrutura urbana básica; prestação de serviços de segurança pública; captação de investimentos privados para o setor; desenvolvimento de campanhas de conscientização turística; apoio ao desenvolvimento de atividades culturais locais, tais como o artesanato, o folclore, a gastronomia típica, etc.; implantação e manutenção de infraestrutura turística voltada para a população de baixa renda; implantação e operação de sistemas estatísticos de acompanhamento mercadológico. (IGNARRA, 2001, p. 126).

As ações citadas pelo autor não esgotam as possibilidades de envolvimento governamental no desenvolvimento da atividade turística. O planejamento estrutural para o turismo implica a existência de políticas públicas de saneamento, saúde, transporte, proteção ao consumidor, distribuição de renda, de lazer, de moradia, de meio ambiente, de acesso, entre outras, com objetivos de médio e longo prazo, em que a continuidade das mesmas é fator determinante para a realização dos objetivos associados ao turismo.



## Atividade

### Atende ao Objetivo 1

1. Identifique os atores sociais e o papel de cada um deles no processo de elaboração das políticas públicas de lazer no atual contexto neoliberal do Estado democrata:

---



---



---



---



---

---

---

---

---

---

---

### **Resposta Comentada**

*Os atores sociais desse modelo de política são os cidadãos revestidos de responsabilidades assumidas para o bem público, no papel de:*

- *políticos e burocratas atuantes setor público – estatal que formalizam as reivindicações e processos que dão origem às políticas públicas junto às instâncias legais e oficiais;*
- *empresários que compõem o setor privado e que viabilizam operacionalmente a aplicação dos programas e projetos estabelecidos nas políticas públicas;*
- *trabalhadores – (ONG, partidos políticos, sindicatos), ou seja, a sociedade organizada que dá voz às suas reivindicações;*
- *organizações econômicas (bancos e entidades fiscais) – viabilizam financeiramente os programas/projetos em parceria com a iniciativa privada e o setor público;*
- *mídia – estabelece e viabiliza os canais de comunicação adequados para a integração, implementação e continuidade das ações pautadas no princípio da democracia e transparência.*

## **A participação popular na elaboração de políticas públicas: propostas adequadas ao desenvolvimento local e regional**

Segundo o professor e sociólogo Marcellino (1996, p. 33.):

A importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada.

Como verificamos, não basta que os direitos dos cidadãos existam em documentos legais. Na realidade, é o desconheci-

mento e o desrespeito a esses direitos que assistimos no noticiário cotidiano repleto de ocorrências de violência e de impunidade sobre estes direitos em diferentes espaços da sociedade. Há ausência de ações públicas eficientes que defendam o atendimento às necessidades humanas básicas como alimentação, saúde, habitação, educação, trabalho, quanto mais ao lazer, submetido a um segundo plano frente à hierarquia das necessidades das populações e do interesse político e econômico.

Parte deste problema está no fato de as políticas de lazer ainda serem elaboradas em gabinetes, sem o envolvimento da comunidade, e na própria falta de clareza dos princípios político-pedagógicos que devem orientar as ações de lazer no Estado capitalista democrático. A situação se agrava ainda mais nos grandes centros urbanos que convivem com a densidade e a diversidade populacional, gerando o aumento dos problemas socioeconômicos e maior dificuldade para a gestão pública municipal.

Neste sentido, é preciso repensar os valores, funções e papéis sociais que a sociedade e, principalmente, o poder público vêm assumindo no lazer historicamente, para se poder alcançar práticas comprometidas com a formação da cidadania e dos sujeitos como totalidade, contrariando a perspectiva que o entende como meio de recuperar a força de trabalho, através do alívio das tensões provocadas por sua rotina, e/ou como meio de educar para os valores econômicos de racionalidade técnica e a disciplina requerida pelo sistema capitalista (ROCHA, 2004, p. 196).

Para Cruz (1999), toda e qualquer tomada de posição por uma ou outra estratégia de ação, sejam institucionais ou não, arrastam consigo um arsenal de conceitos e, muitas vezes, preconceitos, que precisam ser esclarecidos. Neste sentido, a discussão sobre políticas públicas de lazer deverá partir de alguns critérios, tais como:

- a compreensão do lazer como “cultura vivenciada no tempo disponível” (MARCELLINO, 1996) — o que implica espaços, tempo e condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir;

- a opção por um poder público que seja partícipe e fomentador da organização popular;
- uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades (CRUZ, 1999, p. 3).

A partir daí Cruz (1999), vislumbra algumas relações entre Estado e sociedade que devem ser refletidas para a elaboração das políticas públicas de lazer: referem-se ao *valor do tempo*, ao *espaço de lazer nas cidades e à cultura*.

- *Quanto ao tempo*: apesar de a Constituição Federal de 1988 (art. 7º- inciso XIII) determinar a jornada de trabalho em até 44 horas semanais, a postura do Estado tem sido a de deixar a questão da redução da jornada de trabalho por conta da “livre negociação entre patrões e empregados”. Sendo o tempo determinante para a produção, quem vende sua força de trabalho a outrem passa a ser escravo das metas de produção. Não é mais o tempo natural que direciona sua vida, mas o tempo necessário para aumentar e melhorar a produção, que por sua vez está submetida à lógica da acumulação de capital, às necessidades de mercado e à cultura do consumo. Não se trata apenas de uma questão de decisão e organização individual. Referem-se também a reflexos de ações como a venda das férias, as demissões em massa, as férias coletivas, a redução de salários, a *flexibilização consentida* de direitos trabalhistas e de direitos sociais, o que desgasta cada vez mais as relações qualidade de vida x tempo x trabalho e tornam o mercado cada vez mais precário. Soma-se a este tempo de dupla, tripla jornada de trabalho o tempo despendido entre o local de trabalho e a residência do trabalhador, passando então a sofrer influências também do planejamento espacial das cidades além dos aspectos históricos e geográficos de cada comunidade analisada.

- *Quanto ao espaço de lazer nas cidades:* ocorrem questões por demais importantes, pois como bem nos lembra Pellegrin (1996, p. 35), nem sempre a administração municipal está ciente “do risco de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço do lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária. A própria valorização da rua enquanto espaço do lazer é uma questão para o poder público”. Temos exemplos de vários espaços públicos de lazer de nosso país, como ruas, praias, praças, parques, campos de futebol que se transformam em reserva de capital ou instrumento de lucro para alguns e privilégio para poucos, em detrimento do uso público. Uma política pública de lazer deverá disponibilizar os espaços patrimoniais e naturais em condições adequadas de fruição para a população e, conseqüentemente, para os turistas, em busca de seu desenvolvimento sustentável.
- *Quanto à cultura:* o que prevalece, ainda, na maioria dos casos é que

A ausência de projetos políticos democráticos e fundamentalmente igualitários para esses setores (educação física, esporte e lazer) tem sido uma constante em sua trajetória política, facilitando, inclusive, o trânsito dos interesses que defendem o caminho da seleção, da exclusão e dos particularismos (LINHALES apud LINHALES, 1998:79). A constante e restrita associação do lazer ao campo esportivo tem favorecido o direcionamento dos recursos humanos, físicos e materiais (que são públicos), prioritariamente para a construção e manutenção de ginásios esportivos destinados ao espetáculo e ao treinamento de equipes e ao pagamento de salários aos técnicos de representações municipais; à realização de grandes eventos esportivos com a tônica na competição... em detrimento ao investimento em espaços/praias públicas de lazer (esportivas e/ou não,); à sustentação de quadros profissionais ligados ao lazer comunitário; ao apoio aos pequenos eventos locais; à formação humanística dos profissionais que atuam no âmbito do lazer, (STTIGER, 1991 apud CRUZ, 1999, p. 5).

Marcellino (2008, p. 17) destaca que a ação comunitária se constitui em uma alternativa operacional dentro das políticas de ação social de modo geral, mas em especial no campo do lazer, quando a organização formula a política de ação revestida de características próprias e não reduzidas à chamada “indústria cultural”. Para tanto, é necessário conhecer a realidade, as necessidades, os interesses e aspirações de sua clientela e estimular a sua efetiva participação no planejamento, organização, realização e avaliação das ações, bem como na integração com órgãos e instituições locais que representem apoio político ou de recursos que viabilizem e ampliem tais ações.

Nas cidades que optaram por administrações comprometidas com a maioria da população, que ampliaram os espaços de participação da cidadania, que criaram novos canais de comunicação entre a população e o poder público e onde a participação popular foi estimulada, novas relações foram estabelecidas, novas possibilidades de tratamento da cultura e do lazer foram construídas.

Cidades como Porto Alegre (RS), Diadema e São José dos Campos, essas em São Paulo, e Belo Horizonte (MG), apesar de todas as dificuldades surgidas, internas e externas às administrações, desenvolveram importantes experiências na elaboração e execução de políticas públicas de cultura, lazer e esportes. Relatos daquelas experiências podem ser encontrados em Marcellino, em 1996. No caso específico de Belo Horizonte, a experiência está registrada no livro *O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas* (1996), bem como no vídeo *A educação para e pelo lazer* (1996), ambos divulgados pela Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte (MG).



**Figura 15.3:** Prefeitura velha de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre. A cidade tornou-se exemplo na elaboração de políticas públicas voltadas para o lazer.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Prefeitura\\_velha\\_de\\_porto\\_alegre.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Prefeitura_velha_de_porto_alegre.jpg)

Não significa, ao citar essas cidades, que a solução é o modelo de resistência, nem que essas são as únicas ou que foram as melhores cidades a obter sucesso nas políticas públicas de lazer. Significa que, quando há uma compreensão dos mecanismos de dominação sociocultural-ideológica, há manifestação da vontade de mudança. E mais, quando há coragem suficiente para promover as transformações desejadas, então estão reunidos os ingredientes necessários para o estabelecimento de enfrentamento com as oligarquias locais, combatendo, por exemplo: a especulação imobiliária, a inversão de prioridades, a defesa dos recursos públicos, o tratamento desigual dos diferentes e a reduzida participação popular na discussão, elaboração, execução e fiscalização das ações e empreendimentos levados a cabo pelo Estado.

No campo cultural, representa a compreensão do processo de *mundialização da cultura* e da negação do mercado como o definidor das políticas e das ações. Significa entender o funda-



### ■ **Caracterização**

O bairro, complexo, favela ou simplesmente a Maré está localizada no Rio de Janeiro e surgiu em meados da década de 1940, quando a cidade começou a se expandir a partir das partes centrais às regiões mais distantes. A Maré possui mais de 132 mil habitantes que se defronta com vários problemas sociais graves como alto índice de desemprego, violência, venda de drogas, conflitos armados entre os traficantes, alta taxa de trabalho infantil o que implica também a alta taxa de crianças fora da escola (MELO, 2005).

### ■ **Processo**

A interação entre os moradores do complexo da Maré proporcionou a articulação das esferas municipal, estadual e Federal para a possível criação da Vila Olímpica, mas, no espaço conturbado em que o complexo se desenvolveu, a imagem da violência tornou-se explícita. Contudo, a necessária mudança no sentido de promoção social e superação da violência proporcionou o interesse pelo programa VOM. A partir daí, surgem articulações definitivas para efetivá-lo. No desenvolver das ações do projeto, realizaram-se várias parcerias importantes, como a parceria com o projeto Viva Rio, com a prefeitura municipal do Rio de Janeiro, com o Centex (Projetos e redes de excelência) e a Petrobras (MELO, 2005).

mental papel da cultura no processo de transformação da vida e das relações sociais, como processo e como produto da vida em sociedade, como criação humana e como agente da transformação da humanidade nela mesma.

Como exercício para uma primeira análise sobre os projetos de lazer, cuja estruturação será tema da próxima aula, podemos levantar aspectos sobre a **caracterização** do espaço e circunstâncias do projeto, o **processo** decorrido e os **resultados** observados com a aplicação das políticas públicas através do projeto ou programa analisado. Como exemplo, podemos tomar a análise de Melo (2004) sobre o Projeto VOM – Vila Olímpica da Maré:

Projeto VOM (Vila Olímpica da Maré)



**Figura 15.4:** Favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Favela\\_da\\_Mar%C3%A9.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Favela_da_Mar%C3%A9.JPG)





A obra *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*, proporciona ao leitor a compreensão geral dos aspectos políticos e sociais no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990-2000, com ênfase em políticas públicas de esporte. A leitura flui agradável, prazerosa, esclarecedora e enriquecedora. Vale a pena conferir algumas resenhas sobre o livro em <http://www.efdeportes.com/efd140/resenha-da-obra-esporte-e-juventude-pobre.htm> ou nas livrarias: *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Marcelo de Paula Melo. Rio de Janeiro: Autores Associados, 2004.

## Resultados

Apesar de a Maré apresentar problemas graves como violência e pobreza, as novas relações entre o Estado e a sociedade civil têm papel importante e fundamental para a construção de políticas públicas. O autor critica a descontinuidade do projeto no “período compreendido entre os esforços iniciais de sua criação, em 1995, seu desenvolvimento nesse período até a interrupção de seu funcionamento em dezembro de 2003, quando as suas atividades foram paradas por sete meses, retornando em julho de 2004” (MELO, 2005). O projeto representa uma das poucas opções de lazer e esporte para os membros da comunidade, mas não expressa a garantia da existência de programas permanentes que realmente venham a contribuir, não apenas como um modo de produção de mercadorias, mas como um projeto de sociabilidade que busca fazer-se presente, produzindo valores e princípios éticos, políticos, estéticos e morais. Novas perspectivas apresentam-se para conhecermos suas diversas estratégias de legitimação e para traçarmos novas estratégias de resistência e de representação de propostas.

A construção de outro projeto de sociedade apresenta-se repleta de grandes desafios: é preciso enfrentar o consenso em torno da predominância do capitalismo como único projeto de sociedade capaz de organizar as relações sociais de produção da existência. Melo (2005, p. 189) ressalta que esses desafios devem não apenas convencer o conjunto da população, mas tocar-lhes a consciência e o coração sobre “a necessidade histórica de recriarmos a existência humana em cima de valores em que a exploração de homem pelo homem não seja considerada algo natural ou apenas recriminável, mas sim inadmissível”.

A construção de uma sociedade civil mais justa e igualitária é um processo contínuo e intenso, e as mudanças ocorridas no âmbito do Estado demonstram a importância da participação política, social, cultural de todos nós.

Entre as formas de participação social em políticas públicas, podemos destacar a organização de:

- conferências: que discutem e avaliam planos de ação;
- conselhos de participação social: caracterizam-se pela reunião de igual número de participantes de governo, sindicatos e sociedade que se propõe ao controle sobre diversos segmentos;

- orçamento participativo: discussão coletiva sobre investimentos públicos realizada nas câmaras de vereadores municipais e abertas à participação popular;
- plenárias temáticas: promover e participar da discussão de temas específicos abertos a população, com a participação de entidades técnicas das áreas em discussão;
- congressos municipais ou constituintes: ampliam os debates e articulam setores sociais para orientar/contribuir com o planejamento do governo (BONALUME, 2008).

Pinto (2008, p. 2) aponta para outra estratégia possível: a formação e a ação integrada de gestores, agentes e lideranças comunitárias, partindo do pressuposto de que todos – gestores, agentes e lideranças comunitárias – são educadores sociais, ensinam e aprendem continuamente em ações compartilhadas, procurando superar os sentidos assistencialistas e paternalistas que ainda persistem no âmbito das políticas públicas.

Como outro exemplo de política pública de esporte e lazer, caracterizada como participação social, podemos citar o Sistema Nacional do Esporte e as Conferências Nacionais do Esporte. O Sistema agrega a participação de órgãos públicos e de representantes da população para elaboração e condução de políticas públicas para o esporte no país. A Conferência Nacional do Esporte é um evento que já realizou três edições (2004, 2006 e 2010), sempre com organização do Ministério do Esporte como poder público, possibilitando a participação social, no qual acontece a discussão sobre políticas de gerência e oferta de ações ligadas ao esporte no país. Esta Conferência aconteceu até então em três etapas: uma regional/municipal para a discussão de necessidades e demandas dos municípios, seguida da eleição de delegados para representação deste grupo em nível estadual; uma estadual, seguindo o mesmo princípio anterior à Conferência Nacional da qual participam os delegados eleitos nas fases estaduais e outros representantes da população na presença do Ministério dos Esportes, promotor das ações.

A participação social em políticas públicas de esporte e lazer e sua aplicação em nível nacional através do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e das Conferências Nacionais do Esporte podem ser consideradas avanços em termos políticos no país: fortalecem a democracia, facilitam o acesso da população e direcionam as atividades às reais necessidades e demandas das pessoas, com significativo impacto na percepção da qualidade de vida pelos sujeitos sociais.

Cabe, portanto, aos cidadãos a ocupação do espaço físico, geográfico e político que permitirá às comunidades organizarem-se para pensar e agir com clareza sobre os objetivos comuns e então intervir organizadamente nas questões relativas ao espaço da cidade. E

(...) cabe as prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca de soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população (PELLEGRIN (1996:35).

O poder público deveria ser um dos agentes provocadores dessa participação da comunidade na decisão dos rumos da cidade, visando à humanização das vias públicas e à reserva de vazios urbanos que possibilitem lugares de encontro e de vivência cultural voluntária. No entanto, deixam o caminho livre para que o mercado, através das ofertas da indústria cultural e da indústria do entretenimento decida quando, para quem, onde e quem vai ofertar o lazer.

Assim, as políticas públicas de lazer no Brasil devem ser entendidas como um espaço de denúncia; de intervenção, de estratégia para a democratização das relações Estado-Sociedade como necessidade da construção da ideia de “direito de cida-

dania” com fundamentos nas demandas sociais apresentadas pelo movimento social, sindical e político-partidário. Existe um longo caminho a ser construído, até que se chegue ao estágio de amadurecimento esperado entre as ações do poder público e as suas articulações com os setores da sociedade envolvidos com a problemática das políticas públicas de lazer (ROCHA).

Neste contexto, Marcellino nos lembra que

Longe de ser considerada simplesmente uma futilidade ou um “desfile superficial por lugares diferentes”, o turismo pode e deve ser entendido como uma atividade cultural de lazer, oportunidade de conhecimento, de enriquecimento da sensibilidade, de percepção social e experiências sugestivas (MARCELLINO, 2000, p. 74).

Em contrapartida, reportando-se sobre o assunto Krippendorf (2001, p. 13) diz que:

(...) a sociedade humana, outrora tão sedentária, pôs-se em movimento. Hoje uma mobilidade frenética tomou conta da maioria dos habitantes das nações industriais. Aproveita-se de todas as oportunidades para viajar e fugir do cotidiano com a maior frequência possível. Curtas escapadas no decorrer da semana ou no fim de semana, longas viagens nas férias (...) Assim é que, ano após ano, fim de semana após fim de semana, milhões de seres humanos se comprimem em multidões, sem necessidade alguma e sem obrigação aparente, consumindo esse período que lhes é tão precioso.

Enfim, há divergências. Mas foi pela diversidade e democracia que a atividade turística se consolidou como uma importante atividade econômica e opção de lazer marcante na sociedade atual. Seja pela busca por descontração ou por novos conhecimentos, estejam motivados por uma prática esportiva ou por uma oportunidade de contemplação de novas paisagens, sejam habitantes ou turistas, de todo modo as cidades necessitam da oferta de espaços e equipamentos de lazer e turismo para sua adequação aos novos tempos.

Uma vez que as políticas públicas de lazer no Brasil apresentam-se de maneira confusa administrativa e institucionalmente, não sendo objeto de apenas uma instância de governo, recomenda-se a delimitação de atuação de cada órgão e a criação de leis que definam suas funções e que melhorem o funcionamento dos órgãos, principalmente na gestão dos recursos financeiros e humanos. Afinal, um dos pontos básicos para que haja o desenvolvimento do lazer local é que a sociedade e os gestores públicos definam como querem trabalhar: transformando o serviço, estabelecendo novas prioridades, estimulando a participação dos usuários, descentralizando as ações de governo, favorecendo a autonomia e emancipação e a responsabilidade das comunidades para assumirem em cogestão com os órgãos públicos, o serviço de lazer em todas as suas instâncias.

Mulh er (2002, p. 20-21) aponta ainda que:

Para a formação de uma análise metodológica de desenvolvimento sustentável, é preciso que o serviço de lazer oferecido   população tenha como princípio a qualidade de vida e, para isso, os gestores deveriam reunir conhecimentos, pelo menos de alguns dos conteúdos do lazer e algumas qualidades político-administrativas, entre os quais noções de planejamento para, pelo menos, encaminhar a realização de um plano setorial de lazer, construído com a participação da população (...).

Cabe, portanto, a todo cidadão, e mais especialmente a educadores e turismólogos promover ações, articulações, projetos e processos neste sentido e ao poder público cabe "ir além das suas atribuições legais, inclusive expressas na Constituição Federal e assumir o papel de incentivador da organização popular em tomo de suas reivindicações sociais, entre elas o lazer" (CRUZ, M., 1999, p. 4).



## Atividade

---

### Atende ao Objetivo 2

2. Quais as formas de participação popular para a formulação de políticas públicas para o lazer e turismo? Pesquise e apresente um exemplo de política pública para o lazer em sua cidade ou estado:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

*Entre as formas de participação social em políticas públicas, podemos destacar a presença e atuação em conferências que discutem e avaliam planos de ação; em Conselhos de participação social como forma de controlar ações em diversos segmentos; participação na discussão coletiva sobre investimentos públicos promovida pela câmara de vereadores no âmbito municipal e denominada Orçamento Participativo; atuação em plenárias temáticas sobre temas específicos junto a entidades técnicas de cada área, bem como através de Congressos municipais ou constituintes que articulam setores sociais para planejamento do governo. Outra estratégia é a formação e a ação integrada de gestores, agentes e lideranças comunitárias como educadores sociais, ensinando e aprendendo continuamente em ações compartilhadas e procurando superar os sentidos assistencialistas e paternalistas que ainda persistem no âmbito das políticas públicas. Para apresentar o exemplo de forma simplificada, podemos seguir os aspectos de CARACTERIZAÇÃO, PROCESSO E RESULTADOS, proposto por Melo (2004) ao analisar o Projeto VOM – Vila Olímpica da Maré.*

## **As potenciais intervenções dos profissionais de turismo nas políticas de lazer**

O turismo pode e deveria estar presente na formulação de políticas públicas de lazer. Para tanto, seria necessário traduzir em ações as preocupações com o turismo e as questões relativas ao patrimônio urbano ambiental e cultural; garantir que essas ações estejam articuladas com um conjunto de atividades que visassem uma melhor condição de vida para as populações dos destinos turísticos e que este olhar faça parte do horizonte crítico e criativo das pessoas que elaboram as políticas públicas para o lazer.

Considerando que os problemas do meio ambiente urbano têm dupla dimensão: pobreza e ignorância, sendo aquela também fruto desta, a partir do momento que trabalhamos para reduzir significativamente a ignorância, tende-se, portanto, a reduzir e talvez até a superar a situação de pobreza. Neste contexto, a atuação do turismólogo, assim como a do animador cultural em comunidades de baixa renda e que estão distantes socialmente do acesso aos bens culturais tradicionais da cidade, é também de estímulo e de mediação.

Cabe ao turismólogo pesquisar para conhecer a realidade, interpretar as necessidades, os interesses e aspirações de sua clientela e estimular a sua efetiva participação no planejamento, organização, realização e avaliação das ações, bem como na integração com órgãos e instituições locais que representem apoio político ou de recursos que viabilizem e ampliem tais ações.

Atuar na implementação e gestão das informações e conhecimentos sistematizados nos processos de monitoramento e avaliação, difundidos em todos os níveis e para todos os envolvidos no processo é outro instrumento estratégico de participação e formação dos sujeitos, contribuindo para o fomento de estudos e de revisões de programas/projetos e também para a ampliação de condições de acesso e divulgação, com vistas à socialização e à visibilidade dos resultados, com a necessária transparência política financeira.

Prestar assessoria técnico-científica contínua nos programas e projetos de lazer, buscando a qualificação das ações e a formação em serviço, é outro instrumento estratégico e campo de atuação do turismólogo que viabiliza a qualidade da gestão e a formação continuada dos agentes/atores do lazer envolvidos.

A busca permanente do conhecimento é um ponto fundamental para que o gestor público de lazer não fique restrito somente à rotina dos seus afazeres cotidianos, estando aberto para aprender não só de forma individual, mas, sobretudo, em grupo. Aquele que trabalha com programas e eventos sociais deve criar um tempo para discutir com sua equipe para avaliar, planejar e replanejar as ações realizadas e por realizar.

Concluimos, assim, que a política municipal deve propiciar a cidadania, a melhoria da qualidade de vida, e enfocar os aspectos da educação. Deve também proporcionar uma “nova ordem do lazer” na sociedade, permitindo a análise do lazer numa perspectiva de bem-estar social e cultural, pensando nos diferentes segmentos da comunidade, organizados ou não, sem privilégio de classes. A eficácia de políticas consistentes depende diretamente do grau de articulação e de comprometimento entre os poderes públicos e agentes envolvidos, e espera-se que profissionais de educação e de turismo se assumam como agentes potenciais desta transformação.



## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

O Ministério do Turismo, desde sua implantação, destacou uma secretaria nacional de políticas para o turismo que se apresenta como:

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de



Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação. Esta Secretaria conta com os seguintes departamentos:

- Departamento de Estudos e Pesquisas;
- Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo;
- Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico;
- Departamento de Relações Internacionais do Turismo;
- Departamento de Promoção de Marketing Nacional.

Fonte: [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/secretaria\\_politicas/](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/secretaria_politicas/)

Considerando esta estrutura, e o estudo desta aula, identifique o papel do turismólogo para a efetivação das ações propostas em seus departamentos.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

---

### **Resposta Comentada**

*A resposta poderá ser pontual e relativa a cada ação ou departamento citado no texto. De modo geral, assumindo a missão de estímulo e mediação nas políticas públicas, o turismólogo é o profissional motivado pelos estudos sobre a oferta de espaços, produtos e serviços de lazer e turismo, bem como de pesquisas que revelem as expectativas da demanda local e potencial para o fluxo turístico. Deverá conduzir processos que atendam à satisfação não só dos turistas e dos interesses de setores público e privados já envolvidos, mas especialmente do legado às cidades e seus habitantes. Deverá ser capaz de elaborar estratégias para o planejamento, o ordenamento e a gestão do turismo, identificando lideranças e articulando os processos de participação popular para a consolidação de propostas que alcancem sua sustentabilidade e continuidade em parceria com o poder público. A estrutura do Ministério do Turismo já proporciona espaço para esta participação: o Plano Nacional de Turismo está aberto e nele encontram-se as metas de interesse público governamental, que devem ser traduzidas e interpretadas pela sociedade através da participação em Conselhos, câmaras temáticas e instâncias de governança que compõem a gestão descentralizada do turismo. Dentro do Programa de Regionalização Turística, por exemplo, as tarefas que cabem ao turismólogo partem da pesquisa sobre o inventário da oferta turística, a composição dos conselhos municipais e regionais de turismo, o alinhamento das políticas e programas das instâncias de governo federal, estadual e municipal adequadas ao processo de regionalização; a promoção das conferências do turismo e lazer em cada uma destas instâncias em parceria com a comunidade e a iniciativa privada, seguida da sistematização, análise e divulgação das informações colhidas para a elaboração de planos diretores que estabeleçam as metas comuns e os processos para alcançá-las em nível regional. Pelo visto, há muito trabalho a fazer!*

## **Resumo**

A implementação das políticas públicas está diretamente relacionada à natureza do Estado, o qual interfere na seleção das prioridades, na alocação de recursos, e na redistribuição da renda através dos programas dos serviços públicos. É necessária a articulação de vários instrumentos que permitam a transformação do processo, dentre os quais destaca-se a educação. Esta assume um importante papel na sociedade como um instrumento de conscientização e de preparação dos homens para as novas relações e tendências existentes no mundo, tornando-os sujeitos e não apenas objetos das ações públicas.

Ao longo dos anos, com o crescimento das discussões em torno das políticas públicas, obteve-se um estreitamento das relações entre políticas públicas de lazer e educação. Considerando a força da educação concebida como um processo de formação humana, e dado o seu caráter multiplicador, é que se precisa, segundo Werneck (2000), colaborar com a formação de sujeitos comprometidos com o processo de construção do saber, sujeitos que questionem a realidade, que assumam uma atitude reflexiva em face dos processos sociais e às contradições do meio, não fazendo do lazer, e conseqüentemente, das suas políticas públicas, produtos a serem consumidos, mas uma ação criativa e significativa experiência a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade.

No Brasil, temos convivido com políticas públicas que, ao invés de garantirem as conquistas sociais, têm buscado no pensamento liberal sustentação para criticar as ações desenvolvidas pelo Estado democrático. As experiências cotidianas estão se confrontando, na medida em que, de um lado, configuram-se as estruturas neoliberais representadas pelo Estado liberal mínimo e, por outro, a expansão dos direitos políticos e sociais ocorridos desde o final do século XX, pressionando os poderes públicos municipais a incorporarem em suas agendas políticas, as reivindicações da população. Num país como o nosso, com aproximadamente 175 milhões de pessoas, que apresenta grande concentração de renda e enormes desigualdades sociais, é competência do poder público implementar políticas públicas de lazer que promovam a diminuição desse vácuo social existente entre parcelas distintas da população.

É preciso que os dirigentes ampliem seus olhares sobre a importância do lazer, não só como um direito social, mas também como um mecanismo de melhoria da qualidade de vida e da cidadania da população.

O poder público deve ter sensibilidade política e observar os princípios básicos e essenciais da dimensão social para uma política pública de lazer, discutir propostas com a comunidade e implantar o lazer, não como um direito secundário, mas como algo necessário e fundamental ao ser humano, independente das condições socioculturais (religião, sexo, etnia, idade) e político-econômicas.

Assim, as discussões sobre o lazer devem contemplar as questões envolvidas com os sistemas político-sociais, com o trabalho, com a educação, com a cultura, com a política urbana. A eficácia de políticas consistentes depende diretamente do grau de articulação e comprometimento entre os poderes públicos e agentes envolvidos, e espera-se que profissionais de educação e de turismo se assumam como agentes potenciais desta transformação.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, detalharemos planos, programas e ações em lazer e a elaboração de projetos para o setor.

# 16

## Plano, programa e projetos de lazer

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Apresentar processos e procedimentos para elaboração e oferta de programas, projetos e ações de lazer.

### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

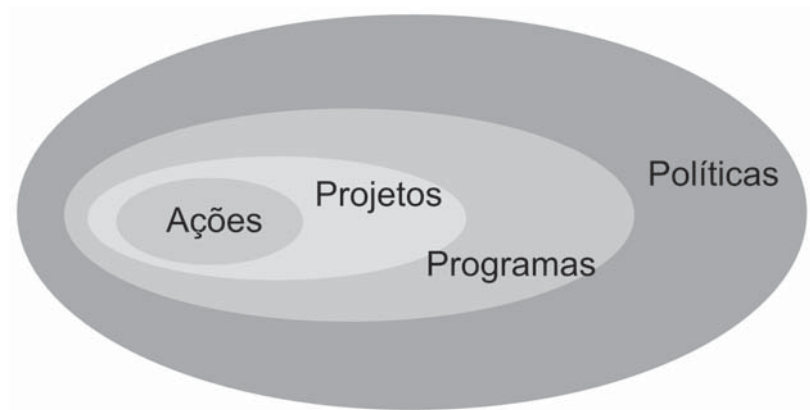
- 1 diferenciar a estrutura e a função de planos, programas, projetos e ações de lazer;
- 2 identificar o processo de criação, organização, realização e avaliação de programas, projetos e ações de lazer;
- 3 identificar as contribuições dos profissionais de turismo em programas, projetos e ações de lazer.

## Introdução

Após o entendimento do lazer quanto aos seus conceitos, suas formas de manifestação na sociedade, a evolução do seu valor e sua inserção nas políticas públicas, veremos agora como o lazer parte das políticas públicas para a ação. Das ideias iniciais até seu acesso à população, o lazer passa por fases a serem consideradas tanto no âmbito das políticas públicas e setoriais como também poderão ser aplicados em um universo empresarial ou de caráter social, como em ONGs, escolas, agremiações esportivas, clubes, associações de moradores, de profissionais e outras organizações sociais.

De modo geral, tratamos de quatro níveis de planejamento que devem estar intimamente associados:

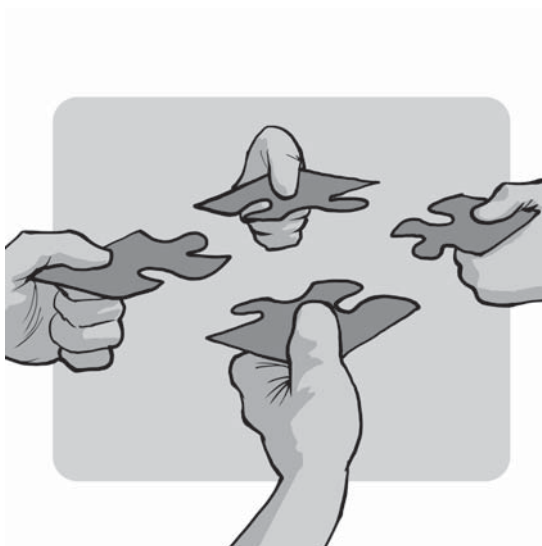
## Políticas, programas, projetos e ações em lazer



**Figura 16.1:** Dimensões do Planejamento.

Vimos que o poder público deve ter sensibilidade política e observar os princípios básicos e essenciais da dimensão social para elaborar a política pública de lazer. Deve discutir propostas

com a comunidade e implantar o lazer, não como um direito secundário, mas como algo necessário e fundamental ao ser humano, independente das condições socioculturais (religião, sexo, etnia, idade) e político-econômicas. Contudo, estas propostas devem estar alinhadas – e quando não, alinhar-se – às políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal.



Fonte: <http://br.fotolia.com/id/13877002>

Por exemplo, observando o Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) da Administração Pública Federal, podemos identificar os objetivos e metas do governo compreendidos para este período e relativos à oferta de serviços que envolvam programas de lazer. Podemos elaborá-los, visando atender à sociedade e corresponder às políticas públicas, ampliando as chances de obtenção de apoio político e financeiro.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Consti-

tuição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República. Além disso, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública.



Conheça como se elabora um plano plurianual através do PPA 2012-2015 do Governo Federal que dispõe de um manual acessível em [http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes\\_para\\_elaboracao\\_do\\_ppa\\_2012-2015.pdf](http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes_para_elaboracao_do_ppa_2012-2015.pdf).

De acordo com a nova estrutura proposta, o Plano Plurianual, 2012-2015, federal, deverá se reproduzir nos estados e municípios, e será orientado pelos seguintes princípios:

- efetividade das políticas públicas através da participação social como importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão;
- alocação dos investimentos será orientada pela dimensão territorial;
- valorização do conhecimento sobre políticas públicas na elaboração dos Programas Temáticos;
- necessidade de realizar as iniciativas definidas no Plano, com foco na execução das políticas públicas;
- união de esforços para alcançar objetivos comuns, estabelecendo parcerias com os estados, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil;
- o foco na efetividade deverá ocorrer a partir das políticas públicas, entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias;
- na dimensão tática do Plano, decorrerá o foco na eficácia, que incorpora valores e o compromisso das políticas públicas em



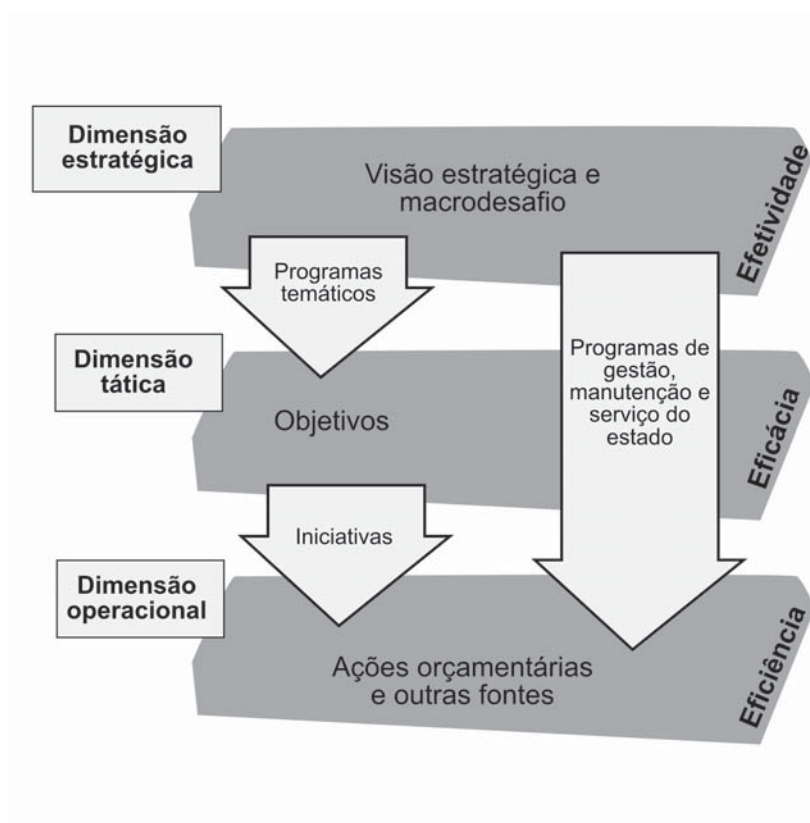
promover a entrega de bens e serviços ao público correto, de forma adequada, no tempo e no lugar apropriados;

- aperfeiçoamento das diretrizes na priorização dos investimentos para uma alocação orçamentária mais eficiente. (Fonte: PPA 2012-2015, do Governo Federal, que dispõe de um manual acessível em: [http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes\\_para\\_elaboracao\\_do\\_ppa\\_2012-2015.pdf](http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes_para_elaboracao_do_ppa_2012-2015.pdf)).

Assim, o Plano, e neste caso do PPA 2012-2015, deve declarar as escolhas do governo e da sociedade e orientar taticamente a ação do Estado, indicando os meios para a implementação das políticas públicas para a consecução dos objetivos pretendidos. Para tanto, o Plano estrutura-se em três dimensões:

- Dimensão Estratégica: tem como base os macro desafios e a visão de longo prazo do Governo Federal;
- Dimensão Tática: a partir dos objetivos definidos na dimensão estratégica, a dimensão tática analisa as variáveis inerentes à respectiva política pública e estabelece os caminhos possíveis para o alcance destes objetivos, vinculando programas temáticos às iniciativas, que deverão estar expressos no Plano;
- Dimensão Operacional: busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues em cada programa temático estabelecido na dimensão tática. É especialmente tratada na eficiência do orçamento associado ao desempenho da ação governamental.

O PPA 2012–2015 trata essas dimensões conforme ilustrado na **Figura 16.1**, com suas principais categorias, descritas na sequência:



**Figura 16.2:** Visão geral do PPA 2012 – 2015.

Fonte: Orientações para a elaboração do Plano Plurianual 2012–2015, disponível em: <[http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes\\_para\\_elaboracao\\_do\\_ppa\\_2012-2015.pdf](http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes_para_elaboracao_do_ppa_2012-2015.pdf)>

Com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientam a formulação dos Programas do PPA 2012–2015, são estabelecidas as diretrizes apontadas no plano como “macrodesafios”.

Os programas são os instrumentos de organização da ação governamental que proporcionarão a concretização dos objetivos pretendidos.

O Programa Temático orienta a ação governamental na medida em que retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas. Deve abranger o suficiente para representar os desafios e organizar a gestão, através da dimensão territorial, do monitoramento, da avaliação,

considerando as transversalidades e as multissetorialidades inerentes a tal abrangência. O Programa Temático se desdobra em objetivos e iniciativas.

O Objetivo expressa *o que deve ser feito*. Reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território.

A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços. Resulta das ações institucionais e normativas, coordenadas às ações orçamentárias, e outras que produzam a integração das políticas públicas através do pacto entre Estado e sociedade.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado referem-se às ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas. São instrumentos do Plano que integram um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental para o alcance dos objetivos.

Portanto, as secretarias estaduais e municipais dispõem de um plano de orientações de âmbito federal para elaborar os seus planos. Contudo, aplicá-lo dependerá da capacidade em analisar os diagnósticos em seus territórios, estados e municípios, visto que cada um dispõe de diferentes necessidades, premissas, leis e fontes de financiamento para o lazer.

Em Santa Catarina, por exemplo, a Lei Estadual 13.792/06 estabeleceu o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer – PDIL e, a partir dele, o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e Esporte, no âmbito desta secretaria. De forma clara e objetiva, este Sistema reúne dados e informa os caminhos para a apresentação e a obtenção de financiamento público para programas de lazer. Este documento estrutura as informações da seguinte forma:

- histórico: o que deu origem e a base legal para a proposição do sistema;
- objetivo principal e dois objetivos específicos;
- os resultados esperados;
- mecanismos e recursos: identifica os recursos dos fundos de

ordem pública para o apoio aos programas de cultura, turismo e esporte;

- que tipo de programa/projeto/ação pode ser apoiado por cada um dos fundos de ordem pública;
- as regras básicas para as empresas (microempreendedores individuais e profissionais liberais) apresentarem suas propostas.

O documento completo encontra-se disponível em: [http://www.unesporte.org.br/forum2007/apresentacao\\_fundesporte.pdf](http://www.unesporte.org.br/forum2007/apresentacao_fundesporte.pdf).

Não havendo esta orientação, e até para que haja futuramente, os municípios devem estabelecer e atualizar constantemente os instrumentos norteadores das políticas públicas que são referenciais para o planejamento e a elaboração dos planos.

Devemos ter em mente que para o desenvolvimento do lazer, o processo a ser estudado é a cultura associada às condições sociais em que se encontra o povo. Aspectos relacionados à saúde, à educação, aos espaços e equipamentos de lazer, às relações de trabalho e emprego, ao meio ambiente entre outros aspectos da vida social nos quais os programas de lazer possam exercer a sua dupla função: o lazer para educar e a educação pelo lazer.



## Atividade

---

### Atende ao Objetivo 1

#### 1. Plano de Recreação e Lazer Ecológico (PRLE)

O Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste (ITCO) é uma sociedade civil, científica e cultural, sem fins lucrativos (...) Situada em Goiânia (...) desenvolveu o Plano de Recreação e Lazer Ecológico (PRLE) para orientar toda a sociedade sobre a melhor forma de utilização da área de influência direta do lago a ser formado pela barragem do Ribeirão João Leite, considerando o seu potencial de recreação e lazer.

(...) este plano estudou as possibilidades de realização – sob condições controladas – de práticas desportivas e de lazer pouco impactantes, próprias do que se denomina ECOTURISMO.

(...) este trabalho propôs métodos de interpretação ambiental, vivência e conhecimento, aliados a métodos de controle de impactos, como identificação da capacidade de carga e manejo de trilhas.

Para tanto, o plano foi dividido em etapas:

1. Em um primeiro momento, foi identificado o público alvo das campanhas educativas. Concluída esta primeira fase, passou-se para o levantamento do público alvo do PRLE. Nesta ocasião, identificaram-se os interesses das pessoas que visitarão o lago para fins de recreação e lazer;
2. Em seguida, através de visitas à região, foram estudadas as Características do Local;
3. Depois de estudado o local, o projeto passou a discutir as possíveis atividades de recreação e lazer que poderiam ser desenvolvidas na região, associando a identificação do público alvo às características do local e analisando outras experiências. Assim, foram mapeadas as atividades de Recreação e Lazer que poderiam ser desenvolvidas na região estudada;
4. Identificadas as atividades potenciais, fez-se necessário levantar os prováveis impactos, para que pudessem ser avaliadas quais ações poderiam de fato ser desenvolvidas.

(...) partiu-se para a divulgação do produto através da preparação de vários documentos, dentre eles, o piloto do material de educação ambiental, que passaram por testes e avaliações, antes de sua publicação final.

(Fonte: [http://www.itco.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=68](http://www.itco.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=68))

Com base no texto, identifique a base das políticas públicas, o macrodesafio e as dimensões estratégica e tática dele decorrentes neste plano.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### **Resposta Comentada**

*A abrangência dos planos, programas, projetos e ações devem, em um modelo ideal, ser complementares na medida em que atendem, respectivamente, às dimensões estratégica, tática e operacional. O plano apresentado toma como premissa que um programa de uso público deve ter por objetivo propiciar lazer, recreação e educação ambiental à comunidade, bem como despertar uma consciência para a necessidade de conservação dos recursos naturais. Trata-se, portanto, de uma diretriz para as políticas públicas; o macrodesafio do qual partem os objetivos deste plano se constitui na medida em que, com a formação da represa de água natural, será natural também que surja uma grande demanda para atividades recreativas no local, devido à proximidade deste manancial a centros urbanos carentes de infraestrutura de lazer. Como dimensão estratégica, considera-se que não é possível verificar todo o reservatório. A melhor forma de impedir o uso “clandestino” da água é fazer com que a população que reside na área participe do desenvolvimento deste plano de proteção, visto que a destinação principal do reservatório é o abastecimento público de água. Para tanto, definem-se os objetivos do Plano de Recreação e Lazer Ecológico (PRLE) e são estabelecidas as iniciativas, ou seja, as ações na dimensão tática que visam concretizar tais objetivos. Propõem-se em 4 etapas: 1. Identificação do público alvo; 2. Estudo das características do local; 3. Identificação das possíveis atividades de recreação e lazer que podem ser desenvolvidas na região e 4. A avaliação de seus prováveis impactos, para que pudessem ser avaliadas quais ações poderiam de fato ser desenvolvidas.*

### **Por onde começar?**

O primeiro passo é, portanto, conhecer a realidade do ambiente em que deseja propor um planejamento – programa de lazer. Além de conhecer as metas de planos governamentais, é preciso aproximá-las da realidade local em que se pretende tra-

balhar. Trata-se de elaborar prioritariamente um *diagnóstico de necessidades* – principalmente em se tratando de programas promovidos ou apoiados por órgãos públicos – o que exige o levantamento de indicadores sociais da realidade pesquisada, podendo ser estes dados históricos, político-administrativos, demográficos, de perfil psicográfico e de mapeamento de recursos que demonstrem fragilidade.

Para a elaboração de programas na área empresarial do lazer, este diagnóstico que antecede ao planejamento tende a atender às *oportunidades* que o mercado do lazer produz sob a lógica do capital e do lucro. Democratizar o lazer pode ser lucrativo, e a tendência é que a maioria dos programas de lazer se viabilize através de parcerias público-privadas.

Um diagnóstico para o planejamento do lazer para órgãos públicos municipais poderá considerar para sua elaboração os seguintes aspectos:

- a Política Municipal para as áreas de esporte e lazer, suas diretrizes, programas, calendário, parcerias. As informações devem ser solicitadas à prefeitura e/ou secretaria/departamento relacionado ao tema;
- a oferta de equipamentos culturais, esportivos e de lazer em quantidade e diversidade e quais que estão sob a responsabilidade da prefeitura, através do Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE. Disponível em <[www.ibge.gov.br/munic2006](http://www.ibge.gov.br/munic2006)>;
- a demanda não atendida, a partir dos bairros sem equipamentos e dos segmentos populacionais com dificuldade de acesso aos equipamentos de lazer. As informações devem ser solicitadas à prefeitura e/ou secretaria/departamento relacionado ao tema. É recomendável aplicar uma pesquisa junto às associações de moradores dos bairros ou regiões administrativas onde se pretende aplicar os programas, projetos e ações de lazer;
- a capacidade de atendimento diária/mensal e nível de ociosidade dos equipamentos. As informações devem ser solicitadas à prefeitura e/ou secretaria/departamento relacionados à

cultura e aos esportes, na busca por informações relacionadas à capacidade de público, horários de funcionamento, formas de acesso (gratuito ou mediante pagamento de ingresso);

- o estado de conservação e as condições de uso dos equipamentos, verificando a necessidade de reformas ou de implantação. As informações devem ser solicitadas à prefeitura e/ou secretaria/departamento relacionados à gestão dos equipamentos. Cada prefeitura apresenta uma estrutura organizacional, podendo estar os centros culturais, museus, teatros e similares sob a gestão de secretarias e órgãos da cultura; parques, praças, jardins e seus equipamentos de lazer junto a órgãos de manutenção destes espaços; ginásios, vilas olímpicas, estádios e similares, junto ao órgão municipal de esportes, ou sob a gestão de uma única secretaria de esporte, cultura e lazer;
- avaliação do potencial turístico do município e a existência de projetos públicos e privados para a atração de turistas. As informações devem ser solicitadas à prefeitura e/ou secretaria/departamento relacionados ao tema e visam integrar os programas públicos voltados aos cidadãos àqueles produzidos para os turistas.

Após realização do diagnóstico, começa-se o *prognóstico*, em que o planejamento é algo insubstituível. Determinamos os caminhos a partir de “como estamos” para chegarmos ao estágio ideal de “como deveríamos estar”.

Sob a ótica de Bruhns (1997, p. 132), após concluir o diagnóstico:

É então explicitada a política de lazer através de uma sequência de tópicos que inclui justificativa, pressupostos, princípios, prioridades, metas, objetivos, diretrizes, recursos necessários, estratégias de implementação, mecanismos de avaliação, cronogramas de implementação, entre outros...

A partir das políticas de lazer, é elaborado o planejamento, definindo planos que se subdividem em programas, subprogramas,



projetos, ações ou eventos, com acompanhamento e avaliação específicos para o lazer, seguidos de registros e relatórios e justificando a formulação de novos programas para cada área envolvida.

## Planejamento



O planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30).

O planejamento visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas considerando as condições do presente, as experiências do passado, os aspectos contextuais e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e com quem se planeja (PADILHA, 2001, p. 63).

O planejamento visa evitar a improvisação e o desperdício de recursos materiais, financeiros e humanos, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa do lazer, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação. Planejar e avaliar andam de mãos dadas.

## **Plano**

O plano é o documento que apresenta de forma sistematizada e justificada as decisões tomadas no âmbito das políticas e relativas ao ordenamento das ações a se realizar. Pode-se dizer que o plano tem um produto do planejamento, instrumento através do qual o planejamento se concretiza.

Caracteriza-se como um guia e tem a função de orientar a prática, partindo da própria prática e, portanto, não pode ser um documento rígido e absoluto. Como o plano formaliza os diferentes momentos do processo de planejar, encontra desafios e contradições que exigem ajustes, às vezes imediatos, que precisam ser revistos.

Podemos tomar como referência o Plano Nacional de Turismo, que em sua versão PNT 2011-2014, tem como um dos pilares direcionar esforços e investimentos em ações que contribuam com a erradicação da pobreza no país. O PNT apresenta orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade nos próximos anos com diretrizes que promovam a inclusão social através de projetos voltados para a geração de negócios, de renda e empregos para a população. O plano estabelece os objetivos a serem alcançados e trata da preparação do turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Elaborado em sintonia com o Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, o PNT tem como premissas: ampliar o diálogo com a sociedade, reduzir desigualdades regionais, promover a sustentabilidade, incentivar a inovação e promover a regionalização do turismo. Entre as metas do plano estão: preparar o país para os megaeventos com a qualificação de 306

mil profissionais até 2014, incentivar os brasileiros a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas internacionais, aumentar a competitividade do turismo brasileiro e fortalecer a gestão compartilhada (Fonte: [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20110630.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20110630.html)).

Obs.: o Plano Nacional de Turismo 2011-2014 ainda não está com a sua versão final disponível. Pode-se tomar como referência de documento o PNT 2007-2010 através do link: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/downloads\\_plano\\_nacional/PNT\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf)

## Programa

Um programa, dentro de um plano, é constituído de um ou mais projetos de determinados órgãos ou setores, num período de tempo definido, em que são registradas as propostas de ação do planejador, visando a aproximar a realidade existente da realidade desejada. Desse modo, na elaboração de um programa, é necessário considerar quatro dimensões:

1. ações concretas a realizar;
2. orientações para toda a ação (atitudes, comportamentos);
3. determinações gerais;
4. atividades permanentes (GANDIN, 1994, p. 55).

Toma-se como referência o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 que dá relevância, continuidade e aprofunda a política adotada e implementada nos anos de 2003 a 2006. E por meio da ação articulada de setores empresariais que compartilham com o governo uma dimensão institucional cooperada, podemos vislumbrar áreas em que programas associados ao lazer poderão colaborar no alcance das metas estabelecidas no Plano.

As proposições do Plano, organizadas em macroprogramas e programas, devem ser tratadas de forma integrada, conforme o organograma. Os macroprogramas são desdobramentos temáticos agregados, escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nas metas. Eles se

estruturam no PNT 2007-2010 em três grupos de atividades:

1. Macroprogramas de Planejamento e Gestão, de Informações e Estudos Turísticos, de Logística de Transportes: relacionados à formulação e implementação da Política Nacional de Turismo.
2. Macroprogramas de Regionalização do Turismo: relacionados ao estabelecimento das referências básicas sobre a territorialidade turística do país.
3. Macroprogramas de Fomento à Iniciativa Privada, de infraestrutura pública, de qualificação dos equipamentos e serviços turísticos e de promoção e apoio à comercialização: relacionados às ações e atividades finalísticas e de suporte que possibilitam, efetivamente, a realização das bases para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

Os macroprogramas são constituídos por um conjunto de programas que organizam, por temas afins, as diversas atividades executivas da atuação ministerial e seus parceiros. Os programas, por sua vez, se desdobram em diversas ações, que traduzem o seu detalhamento em projetos que preveem “atividades coordenadas que propiciarão a realização de metas”.

**Quadro 16.1:** Apresentação geral do PNT 2007/2010



Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no PNT 2007-2010.

- Programa de planejamento e gestão da regionalização – Contempla desde ações de articulação, sensibilização e mobilização, até a elaboração e implementação dos planejamentos estratégicos e projetos das regiões turísticas. Tem efetiva atuação

por meio da institucionalização de instâncias de governança regionais, na formação de redes e na monitoria e avaliação do processo de regionalização em âmbito municipal, estadual e nacional, com destaque para as ações integradas com países vizinhos.

- Programa de estruturação dos segmentos turísticos – Direciona as ações em duas linhas estratégicas: segmentação da oferta e da demanda do turismo e estruturação de roteiros turísticos. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. Tais elementos caracterizam os principais segmentos da oferta turística trabalhados pelo programa: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia. Nesse processo, insere-se transversalmente o Turismo Social, como uma forma inclusiva de conduzir e praticar a atividade turística com vistas à melhor distribuição de benefícios que condiz com os objetivos de uma política pública.
- Programa de estruturação da produção associada ao turismo – Objetiva a identificação dos produtos artesanal, industrial, comercial e de serviços, associados ao turismo, como forma de ampliação e diversificação da oferta. Propõe meios de alavancar as oportunidades e superar os desafios para incorporar esses produtos e adequá-los ao mercado e ao processo de comercialização do turismo. A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, devem ser mobilizados recursos para a sua adequação e para a divulgação e promoção de maneira a potencializar os resultados esperados, quais sejam, a agregação de valor e associados e a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

### **Eficiência**

Cohen e Franco (2004) entendem eficiência como sinônimo de produtividade (melhor custo-benefício). Refere-se ao alcance dos resultados previstos utilizando um mínimo de recursos, sejam esses materiais ou humanos.

### **Eficácia**

É a capacidade de efetivar as idealizações, de descartar concepções equivocadas e de reconduzir os esforços para alcançar as transformações sociais necessárias em qualquer momento do projeto. Consiste na realização dos objetivos previstos (TAVARES, 2006, p. 205).

### **Efetividade**

“É o resultado concreto do projeto e dimensiona a sustentabilidade das ações por ele implementadas” (TAVARES, 2006, p. 206). Consiste no pleno êxito de um projeto social.

- Programa de apoio ao desenvolvimento regional do turismo – Integra os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur, com financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Visa a assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado, melhorar a qualidade de vida da população local, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão da atividade em áreas de expansão e de potencial turístico. Atua por meio de ações como elaboração de planos diretores e fortalecimento da gestão municipal, capacitação profissional e empresarial, entre outras, com recursos de financiamento internacional.

Ao analisar os objetivos de cada programa, resumidos neste quadro, vislumbramos oportunidades para a proposição de projetos de lazer associados ao macroprograma de regionalização do turismo, por exemplo:

- contribuindo com projetos e atividades que fomentem a formação de redes, a monitoria e a avaliação do processo de regionalização em âmbito municipal, estadual e nacional;
- desenvolvendo projetos que auxiliem na identificação dos elementos de identidade de cada região que correspondam à estratégia de estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, voltados, especialmente, para os segmentos de Turismo Cultural, Turismo Esportivo, Turismo de Estudos e Intercâmbio etc.;
- proporcionando a ampliação da oferta de atividades e serviços para o mercado e para o turismo e produtos associados a partir do diagnóstico de valores locais de forma a promover a inclusão social por meio da geração de trabalho, renda etc.

Os macroprogramas e programas em curso evoluem para a consolidação do processo de acordo com os resultados, incorporando novas reflexões e modos de ação diante da experiência acumulada. As avaliações de **eficiência**, **eficácia** e **efetividade** dos macroprogramas e programas devem estar referenciadas às metas propostas no âmbito deste Plano, bem como aos indicadores secundários a elas relacionados e às condições necessárias para

a sua realização, constituindo, ao mesmo tempo, mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos resultados esperados.

Deixamos a avaliação por último, não porque encerra o projeto, mas para, exatamente, afirmar que “ela ocorre como um processo integrado e contínuo na vida do projeto, esta, sim, sempre apresenta efeitos; incorporada como um valor pelas pessoas, resulta em aprendizagem” (MARINO, 2003, p. 18). Em um projeto social, a avaliação deve conduzir à reflexão, porém não deve deixar de buscar a precisão ao estabelecer critérios e medidas. Procuramos sintetizar no **Quadro 16.2**, os “7 passos da avaliação” (MARINO, 2003, p. 26), fundamentais para um processo de avaliação em projetos sociais.

**Quadro 16.2:** Os sete passos para avaliação de projetos sociais

1º	Decidir o foco da avaliação	Pensar e decidir sobre o que avaliar.
2º	Formar a equipe	Escolher pessoas para registrar e divulgar o processo.
3º	Identificar os interessados, as perguntas e os indicadores	Identificar pessoas que possam fornecer as perguntas necessárias para a avaliação.
4º	Levantamento de informações	Identificar fontes, escolher métodos e construir instrumentos.
5º	Análise dos fatos e informações	Sistematizar e analisar as informações coletadas.
6º	Elaborar e divulgar um relatório	Relatar e divulgar as conclusões e sugestões.
7º	Utilizar e disseminar	Utilizar os relatórios para discussão e aplicações.

Fonte: [http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos2/20-projetos\\_sociais\\_em\\_ef\\_esporte\\_e\\_lazer14.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/20-projetos_sociais_em_ef_esporte_e_lazer14.pdf)

No caso da avaliação do Programa de Regionalização do Turismo, implantado desde 2004 pelo Ministério do Turismo, foi feita uma avaliação em 2010 com vistas ao desenvolvimento de estratégias para o período seguinte, referenciais para o PNT 2011-2014:

O processo de avaliação do programa foi realizado em parceria com o IADH (Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano) e foi feito em três etapas. Na primeira, 680 questionários com 44 perguntas foram respondidos por integrantes da rede de turismo de todo o País – como representantes de colegiados estaduais de Turismo, as comissões de Turismo da Câmara e do Senado Federal, integrantes do Conselho Nacional de Turismo, gestores do MTur, entre outros. Na segunda etapa, 34 entrevistas foram encaminhadas a pessoas que participaram do programa desde o início, como ex-ministros, secretários e outros colaboradores do programa de Regionalização. A última etapa foram oficinas, nas quais os participantes discutiram o desempenho e os avanços conquistados. (Fonte: <http://www.jornaldeturismo.com.br/noticias/brasil/36136-programa-de-regionalizacao-do-turismo-roteiros-do-brasil-e-avaliado.html>).

No mesmo sentido, a elaboração de programas de lazer no ambiente empresarial deverá tomar como premissa a política, o planejamento e o plano da empresa, munidos de instrumentos para avaliação e projeção para os próximos anos.

Para desenvolver um programa, são necessárias quatro etapas fundamentais:

- diagnóstico: objetiva desvendar as necessidades dos funcionários, para trabalhar com as vontades dos participantes e adequar as atividades com os objetivos do programa;
- planejamento: processo de pensar no programa a ser feito, considerando as tarefas em termos de equipamentos, pessoas, facilidades e outros recursos;
- execução: representa o processo ativo a partir do cronograma e planejamento;
- avaliação: permite compreender as decisões tomadas ou implantadas, buscando estabelecer padrões, comparação do desempenho e corrigir possíveis equívocos.

Em um programa de lazer corporativo, a qualidade de vida é pensada como uma expressão humana que possui características objetivas, como os índices do IDH (Índice de Desenvol-



vimento Humano), mas também subjetivas, que deve responder às questões tais como “como se sentir bem?”; “como melhorar a relação trabalhador e empresa?”. Podemos propor ações concretas como atividades que busquem a diminuição do estresse físico e psíquico e interagir com outros programas, por exemplo, de responsabilidade social, que tratará desde aspectos educacionais e pessoais, isto é, programas que possibilitem maior acesso aos bens materiais (condição de vida) e à reflexão sobre as ações no mundo (estilo de vida), que se realizam através de projetos (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006).

Para Gutierrez e Almeida (2006), os princípios que norteiam o programa de lazer na empresa são:

- (a) ludicidade;
- (b) participação voluntária;
- (c) diminuição do estresse;
- (d) atividades não estratégicas: utilização dos espaços de lazer para fins utilitários da empresa (lançar produto, imagem ou propaganda);
- (e) promover a transformação do estilo de vida;
- (f) oferecer melhores condições de vida aos funcionários (Fonte: [http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns\\_interdisciplinares\\_saude/ambiente/ambiente\\_cap17.pdf](http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/ambiente/ambiente_cap17.pdf)).



## Atividade

### Atende ao Objetivo 2

2. Descreva as quatro etapas fundamentais para desenvolver um programa de lazer e identifique-as no texto a seguir:

#### **Ministério do Esporte leva programa de lazer a comunidades indígenas**

Em maio, o Ministério do Esporte inicia a instalação dos três primeiros núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) em comunidades indígenas. As primeiras et-

nias a serem contempladas são os povos Wai Wai, no Amazonas; Terena e Xavante, no Mato Grosso. A capacitação começa no próximo dia 23, quando as educadoras Cláudia Bonalume e Maria Leonor Ramos visitam a aldeia dos Wai Wai, próximo à fronteira com a Venezuela.

(...) Elas vão ensinar a burocracia necessária para implementação do programa governamental, que será adaptada à realidade da aldeia indígena, além de transmitir o conteúdo pedagógico e informacional de esporte e lazer.

Cláudia e Maria Leonor aprenderão as preferências recreativas dos índios relacionadas à atividade física, dando início à construção de uma política pública cujo principal objetivo é o resgate das atividades tradicionais, como dança e pinturas corporais...

Desde 2003, o Pelc beneficia a população brasileira, principalmente nas comunidades que enfrentam situações de vulnerabilidade social, como violência e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O ministério prevê um aumento de demanda já neste ano. Atualmente, o Brasil conhece 220 etnias indígenas, que falam 180 línguas. Todas elas possuem práticas corporais e jogos diferenciados.

(...)

Por se tratar de um interesse manifestado pelas comunidades, o futebol tradicional será levado para o Pelc indígena. Mas o conteúdo total do programa será estabelecido pelos próprios índios, em conjunto com as educadoras do ministério...

Em junho e julho, os demais núcleos serão instalados no Mato Grosso. O próximo edital do Pelc deverá sair em agosto, e a previsão da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer é de que a demanda aumentará bastante. “Começamos com apenas três comunidades, mas muitos já avisaram que vão concorrer”, afirma Rejane. Prova de que se trata de uma política que se consolida “na raiz”, como ensina a secretária: “É uma demanda de fato, e não um assistencialismo que chega ao lugar, mas as pessoas não pediram, não querem e talvez não saibam lidar com aquilo.” (Fonte: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/05/13/minis->

terio-do-esporte-leva-programa-de-lazer-a-comunidades-indigenas. Acesso em 13 maio 2011).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### **Resposta Comentada**

*Para desenvolver um programa, são necessárias quatro etapas fundamentais. Diagnóstico: objetiva desvendar as necessidades; planejamento: processo de pensar no programa a ser feito; execução: representa como o plano será realizado na prática e a avaliação, que permite compreender as decisões tomadas ou implantadas, buscando corrigir possíveis equívocos. De acordo com o texto, podemos destacar:*

*Diagnóstico: primeiro foi feita pesquisa para a identificação das preferências recreativas dos índios relacionadas à atividade física; o avanço da pesquisa apontou para a construção de uma política pública cujo principal objetivo, qual seja, o resgate das atividades tradicionais indígenas, como dança e pinturas corporais, entre outras preferências, para propor, posteriormente, a inserção de esportes não indígenas.*

*Planejamento: ressalta as bases do programa desde 2003, e destaca que o Pelc tem como objetivo beneficiar a população brasileira, principalmente as comunidades que enfrentam situações de vulnerabilidade social, como violência e baixo IDH. O planejamento prevê então a implantação para maio de 2011 como ponto de partida para a instalação dos três primeiros núcleos do Pelc em comunidades indígenas. O Ministério dos Esportes já considera um aumento de demanda neste mesmo ano visto que, atualmente, o Brasil conhece 220 etnias indígenas e que todas elas possuem práticas corporais e jogos diferenciados. Estabelece, assim, o mês de agosto para a abertura do próximo edital do Pelc.*

*Execução: tem início com a implantação do primeiro núcleo definido*

*para maio 2011 no estado do Amazonas e estabelece que os dois outros serão instalados no estado do Mato Grosso nos meses de junho e julho, em comunidades indígenas pré-selecionadas através da análise proporcionada pelo diagnóstico.*

*Avaliação: a expectativa de aumento da demanda surge durante as fases de diagnóstico, planejamento e execução. Nesta ocasião, em que são verificados indicadores para uma nova projeção, um dos critérios é manter o cuidado de não oferecer uma proposta que não seja do cotidiano deles, e, ao mesmo tempo, não negar o acesso aos esportes não indígenas que eles têm interesse em aprender.*

## Aspectos críticos para execução dos programas de lazer

Almeida; Gutierrez (2004) apontam alguns pontos de inflexão sobre o processo de execução dos programas para que os gestores estejam atentos para tomada de decisões precisas e rápidas, destacando os aspectos críticos e sugerindo estratégias:

**Quadro 16.3:** Aspectos críticos referentes aos programas de lazer

Aspectos críticos	Estratégia
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A indefinição dos princípios e objetivos norteadores da ação nos programas.</li> <li>• A ausência de programas e diretrizes claramente estabelecidas e homogêneas no projeto.</li> </ul>	<p>O papel dos programas consiste em proporcionar entretenimento, liberação das tensões e qualidade de vida através das atividades plurais do lazer. Para tanto, deve partir dos princípios da não obrigatoriedade; da participação espontânea, por livre escolha, como uma ocupação prazerosa para incentivo à criatividade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de utilizar nomenclatura (e metodologia) homogênea dentro dos projetos e aplicação nos programas.</li> </ul>	<p>Adotar os interesses culturais de lazer e dividir as atividades em permanentes, específicas, paralelas e de impacto.</p>

• Dificuldades na construção da programação.	Alcançar o equilíbrio nas ofertas de lazer (diferentes áreas/interesses), adequação entre os princípios da qualidade de vida e lazer aos objetivos dos programas. Para tanto, aplicar pesquisa de caracterização da clientela, diagnóstico, divulgação, sugestões para representantes, entre outros.
• Gerenciamento das instalações existentes.	Alocação de recursos humanos para melhor desenvolvimento das atividades visando à otimização e racionalização no uso das instalações e dos equipamentos através de programações em horários compatíveis com o tempo livre do trabalhador; para a manutenção de equipamentos.
• Insuficiência de divulgação das atividades.	Sistematização da divulgação em faixas, folders, mensagens eletrônicas, sites e convites pessoais.
• Insuficiência de recursos humanos.	Contratação de profissionais generalistas e especialistas no campo do lazer.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em [http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns\\_interdisciplinares\\_saude/ambiente/ambiente\\_cap17.pdf](http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/ambiente/ambiente_cap17.pdf)

## Projeto

O Projeto, seja como elemento integrante dos programas ou mesmo isoladamente, também é um documento produto do planejamento. Nele são registradas as decisões sobre as propostas mais concretas a curto e médio prazo, enquanto os programas presumem longo prazo para o alcance dos objetivos. *Projetar é lançar para frente*, sempre sob a perspectiva de mudança, de movimento. Cabe no processo de projetar, o cumprimento das mesmas etapas de elaboração de programas, assim como para a administração de processos de um modo geral: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação. Para tanto, é importante definir e estruturar:

1. Objetivos do projeto: devem estar vinculados e promover os princípios e diretrizes da qualidade de vida e do lazer do trabalhador, não obrigatório, através da pluralidade de ações/interesses, explorando o divertimento e a ludicidade.
2. Descrição do projeto – descrever o tipo de projeto, definindo o tipo de realização que pode ser, entre tantos, uma festa; fórum; show; programa de atividade física.
3. Programação: organizar as atividades a serem desenvolvidas, classificadas como:
  - (a) permanentes – aquelas que acontecem semanalmente, que são a base do projeto. Exemplo: cursos, oficinas etc.;
  - (b) paralelas – compreendem atividades mensais que buscam outras formas de expressão, tendo como tema a atividade principal. Ex.: exposições; ciclo de palestras etc.;
  - (c) específicas – que atendem tópicos específicos, recortes especiais de um tema maior e que podem ser explorados em atividades como palestras ou visitas a centros de excelência que promovam o assunto em questão;
  - (d) impacto – uma atividade semestral que promova o projeto com o intuito de fortalecer o grupo e buscar novos desafios como também agregar novos participantes. Ex.: cerimônias e festejos de formatura ou conclusão de ciclos das atividades permanentes; gincanas; confraternizações; premiações, concursos.
4. Objeto do projeto – através de diagnóstico e pesquisa de demanda, deve-se identificar e ressaltar as características do tipo de público a ser atendido pelo projeto. Ex.: em uma empresa, podem-se considerar diferentes perfis de público entre os funcionários do setor de produção e do de vendas; diferentes expectativas surgem se o projeto incluir atividades para os familiares destes funcionários, etc.
5. Metas do projeto: quantificação de público a ser atingido; redução de índices de massa corporal; avaliação de diminuição das faltas por problemas de saúde; redução da hipertensão; redução de casos de estresse físico e psíquico.

6. Avaliação do projeto: estabelecer critérios e métodos de avaliação capazes de mensurar os resultados, a fim de melhorar o projeto/programa e diagnosticar outras tendências. Deve estar prevista para ocorrer em três etapas: durante o processo pelos executores; durante as atividades com os participantes e ao final de cada semestre com todos os funcionários, inclusive com aqueles que não participaram (Fonte: [http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns\\_interdisciplinares\\_saude/ambiente/ambiente\\_cap17.pdf](http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/ambiente/ambiente_cap17.pdf)).

Para ilustrar este processo de elaboração de projeto de lazer, vamos acompanhar um exemplo.

### **Exemplo de projeto: Correr para a Saúde**

- **Princípios**

Promoção da qualidade de vida no lazer do trabalhador; atividades não obrigatórias e plurais; satisfação pessoal; divertimento; ludicidade; transformação do estilo de vida e oferecimento de melhores condições de vida.

- **Análise do trabalhador médio da empresa**

Pessoas que trabalham com transporte aeroviário, características: acesso restrito ao lazer por falta de tempo; dupla jornada de trabalho; trabalho em trânsito; alta porcentagem de pessoas que possuem estresse psíquico (o estresse psíquico está intimamente relacionado com o grau de responsabilidade que o indivíduo está submetido durante um tempo ininterruptamente, exemplo dos aviadores, comissárias de bordo e equipes de manutenção).

1. Projeto: formação de grupo de corrida de funcionários da empresa.
2. Público-alvo: aviadores e comissários de bordo, definidos a partir da avaliação do diagnóstico.
3. Nome do projeto: Correr para a Saúde.
4. Data: programa contínuo derivado de projeto piloto com duração inicial de seis meses.

5. Local: sobre este item, deve-se lembrar das questões e normas de acessibilidade; facilidades de atendimento; experiência na realização de atividades semelhantes no local. Considera-se neste projeto (a) o uso das dependências recreativas da empresa, e (b) construir mecanismo para a pessoa desenvolver as atividades em qualquer cidade que estiver, apropriando-se do conhecimento adquirido no projeto para praticar os exercícios básicos em parques e clubes de diferentes cidades brasileiras. Um dos objetivos é desenvolver programas que privilegiem a autonomia dos participantes.

6. Objetivos gerais: promoção da qualidade de vida no lazer do trabalhador e transformação do estilo de vida.

7. Objetivos específicos: criação de grupo de corrida da empresa; formação ampla sobre atividade física e saúde (palestras e cursos); motivar e proporcionar a autonomia dos participantes em relação à prática de corrida.

8. Programação:

- Permanentes: atividade física com profissional qualificado três vezes por semana, horários a definir com o grupo teste.
- Específicas: avaliação individual do programa de treinamento, para o funcionário ter autonomia na escolha do local da atividade.
- Paralelas: educador físico para tirar dúvidas, corrigir postura ou explicar o treino. Palestra mensal: sobre os benefícios da atividade física, alimentação saudável e qualidade de vida (aberta a todos os funcionários).
- Impacto: organização e /ou participação do grupo em uma corrida de rua da cidade.

9. Objeto: funcionários que trabalham em trânsito e sofrem os impactos do estresse psíquico.

10. Meta: atender no máximo de 50 e mínimo de 15 participantes no projeto piloto.

11. Recursos:

- Físicos: sala para avaliação física, sala para seções de alongamento e local para corrida (pode ser pátio ou ou-



tras dependências); convênios em diferentes cidades para atender os funcionários em trânsito.

- Material: instrumento para avaliação e instrumentos para alongamento.
- Humanos: um profissional de educação física para cada turno e profissional do RH para promover as atividades.
- Financeiros: pagamento dos profissionais, da estrutura, dos materiais de avaliação e da promoção das atividades desenvolvidas.

12. Cronograma: definição de prazos e processos para divulgação interna, inscrição, contratação dos profissionais e início das atividades.

13. Avaliação:

- Subjetiva – aplicada com os participantes/público após o projeto piloto. E com os não usuários também, para avaliar porque não se motivaram a participar, bem como com aqueles que desistiram do projeto, tendo como indicadores o tempo, o local e a atitude. Avaliar a visão dos professores de educação física sobre os resultados do projeto.
- Objetiva – identifica aspectos quantitativos como o aumento ou a diminuição das faltas por problemas de saúde; a melhora nos índices da avaliação física e involução do estresse físico e psíquico dos participantes, etc.

Ressaltamos novamente a forte tendência nas empresas a reduzir o entendimento sobre o lazer e a oferta de atividades esportivas. Neste sentido, deve-se trabalhar uma programação que explore outros campos do lazer e formas de participação, por exemplo: formando grupos menos homogêneos, reunindo elementos sem distinção de gênero, idade ou necessidades especiais; oferecendo em um momento atividades físico-esportivas (através de jogos pré-desportivos, jogos cooperativos, alongamentos) paralelamente ou seguida de atividades manuais (como as dobraduras em papel conhecidas como origami, práticas de jardinagem etc.)

ou atividades artísticas (pintura; escultura; música).

Neste sentido, as empresas podem elaborar programas e projetos, tais como :

- passeio ao clube da empresa: processo de revitalização do clube da empresa, envolvendo os funcionários e diretores, com atividades da cultura corporal, circense, artística e estética;
- a criação de bibliotecas no clube ou em espaços da empresa, com pessoas especializadas e atividades recreativas que envolvam a leitura;
- brinquedoteca: jogos, brincadeiras e história para os filhos dos funcionários;
- gincana cooperativa: Promover dias de jogos que só contenham os princípios dos jogos cooperativos;
- lazeres da sua cidade: aproximação e contato com os espaços naturais e culturais da cidade, como passeios ciclísticos, visita a parques, museus, bibliotecas e centros históricos;
- dias de lazer: propor projetos sobre dias de lazer uma vez por semestre com um amplo leque de atividades com diferentes modalidades (culturais, artísticas, esportivas), incluindo a participação de familiares.

Dispor de uma organização ou representação dos funcionários no momento de elaboração dos programas e projetos é a melhor estratégia para o seu sucesso. A gestão de recursos humanos – que define tais programas de acordo com os objetivos do plano institucional – deverá dispor de pessoal especializado para desenvolver e receber críticas, sugestões e projetos dos funcionários, formando um canal comunicativo direto entre os gestores e os funcionários.

## **A nova postura profissional**

A elaboração de programas e projetos de lazer deve acompanhar as mudanças de comportamento social, político e econômico e sempre atentos ao perfil do público assistido e aos objetivos estratégicos delineados em planos e políticas de ordem pública.

A proposta de “recriação”, ou seja, de adaptação de programas e atividades já existentes ou tradicionais para adequá-las a circunstâncias especiais vem sendo dirigida por diversos profissionais da área inseridos em diversos nichos, tentando mudar a lógica do jogo e da sociedade. As regras do jogo dominante são desfavoráveis a uma educação crítica e anti-hegemônica. Entretanto, as regras podem ser mudadas e o próprio jogo também. Sabemos que, ao mudar a realidade, o homem muda a si mesmo. É celebre a constatação de que se a gente não muda nada muda.

O novo profissional deve possuir uma postura reflexiva, buscando a criação de espaços de produção de novas formas de sociabilidade. Sua reflexão que se dá na ação deve incidir sobre a ação, procurando não reproduzir as formas tradicionais de recreação.

Em vez de propostas fechadas num rol de atividades indiscriminadamente trabalhadas em qualquer contexto, as situações são tidas como singulares. Para as mesmas, portanto, o profissional deve empenhar sua competência para dar as respostas adequadas à especificidade encontrada. A isso se pode chamar de desenvolvimento de competências frente a problemas.

A recriação nasce de conflitos e de insatisfação com a situação, opondo-se ao comportamento condicionado nas atividades. Para tanto, é necessário um esforço de reflexão para que nossas observações da realidade ultrapassem a pura sensação, sem percepção real dos fatos.

Um exemplo dado por Broto (1999) mostra como transformou um jogo a partir da verificação do grau de insatisfação pessoal numa partida de frescobol (cuja norma de rendimento é o numero de rebatidas), um casal não conseguia obter sucesso. Entendendo que o jogo precisava mudar para tornar-se motivante, foram encontrando problemas e soluções para o desafio de recriar a brincadeira. Por fim, traçaram linha a alguns metros atrás de cada um e definiram que, além de rebater, haveriam de pegar as bolas não rebatidas antes de elas atravessarem a demarcação.

A recriação trabalha nesse eixo de solução de problemas,

questionando o óbvio na aparência para descortinar o novo. Este novo é fruto de uma criatividade comprometida com mudanças mais amplas. Quem não investiga e questiona a realidade não possui condições de participar efetivamente dela. Vai acabar reproduzindo os erros dos outros e perdendo espaço para quem pesquisa, estuda e faz diferença.

Em geral, a vivência do lazer mostra-se conformista. O profissional do lazer, comprometido com mudanças, deve interagir com seus interlocutores, inspirando-os para a recriação, ou seja, a elaboração coletiva de práticas criativas. Junto às práticas diferenciadas, cabe apresentar as fontes inspiradoras dessa criação. Isso porque o processo de (re)criação não se basta na formulação de novos produtos, mas se estende influenciando novos comportamentos de lazer.

Esse processo se justifica quando guiado por um referencial teórico que lhe fundamente. Uma vez desdobrando-se em práticas inovadoras nos níveis mais participativos, o jogar para recriar o lazer traduz-se para além de um incremento ao acervo de jogos, em possibilidade de recriação da própria sociedade. Certas vezes, é preciso jogar com a própria vida cotidiana para não perdê-la (PIMENTEL, p. 34).

## **Conclusão**

Assim, verificamos que a proposição de programas e projetos de lazer devem observar as necessidades sociais e as oportunidades do mercado, visando atender a um público determinado por aspectos territoriais, sociais, culturais ou econômicos. Tais elementos integram o diagnóstico que deve preceder todo o planejamento, através do qual se justificará – ou não – o investimento nestes programas. Todo o planejamento será pontuado por etapas de execução e avaliação, assim como ocorre nos processos administrativos nas empresas. Contudo, não se deve perder de vista a função de educar para e pelo lazer e os princípios do lazer quanto à sua ludicidade; a participação voluntária do público e a promoção

da melhoria do estilo de vida dos envolvidos, premissas norteadoras para políticas, planos, programas, projetos e ações de lazer, seja em âmbito público ou privado. O novo profissional do lazer deverá possuir, além da técnica, o hábito da pesquisa continuada e adotar uma postura reflexiva, buscando a criação de espaços e condições de produção de novas formas de sociabilidade.



## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Identifique as possíveis contribuições dos profissionais de educação e turismo na elaboração de programas, projetos e ações de lazer.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

*Por tratar-se de uma questão aberta, este momento será importante para a manifestação dos alunos quanto ao seu papel profissional no processo de elaboração de programas, projetos e ações de lazer. Devem ser vistos como interlocutores do macroplanejamento, seja de ordem pública ou empresarial, junto ao público a ser assistido. Cabe destacar a atuação destes profissionais desde o diagnóstico, planejamento, a execução e a avaliação, sua capacidade e competência para recriar métodos já existentes e produzir ações que sejam cada vez mais democráticas e justas quanto ao direito de todo o cidadão à educação, ao esporte e lazer.*

## **Resumo**

A proposição de programas e atividades de lazer em âmbito governamental deve estar associada a políticas públicas e a planos setoriais que vislumbrem metas possíveis de serem alcançadas com tais programas e atividades. Ou seja, o profissional de lazer deverá pesquisar os instrumentos de gestão pública e a legislação pertinente para uso de espaços, recursos e instrumentos de interesse público de forma a adequar o seu projeto. A partir daí, deve-se estabelecer um diagnóstico de necessidades que identifique as fragilidades, alvo para a compreensão do ambiente social em que se pretende trabalhar os programas. Cada programa poderá se desdobrar em projetos compostos por ações, eventos, atividades que consolidem as metas estabelecidas. Para tanto, é necessário definir critérios de avaliação que proporcionem verificar a eficiência, a eficácia e a efetividade destes programas, de modo a, em tempo hábil, promover os ajustes necessários. Algumas experiências já comprovaram que a participação social na elaboração destes projetos se torna fundamental neste processo.

Da mesma forma, no ambiente empresarial, os programas de lazer deverão diagnosticar as necessidades e as oportunidades que justificarão o investimento nestes programas, estabelecendo com clareza os objetivos e as estratégias para a viabilidade técnica e financeira destes programas associados à política, à missão e à visão das empresas e demais organizações sociais.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, detalharemos um roteiro para elaboração de projetos de lazer que se constituirá na avaliação final da disciplina.

# 17

## Roteiro para elaboração de projetos de lazer

*Simone Dantas*

### Meta da aula

Elaborar um projeto de lazer que atenda às organizações sociais, como: empresas, escolas, organizações não governamentais e demais grupos, e seus objetivos.

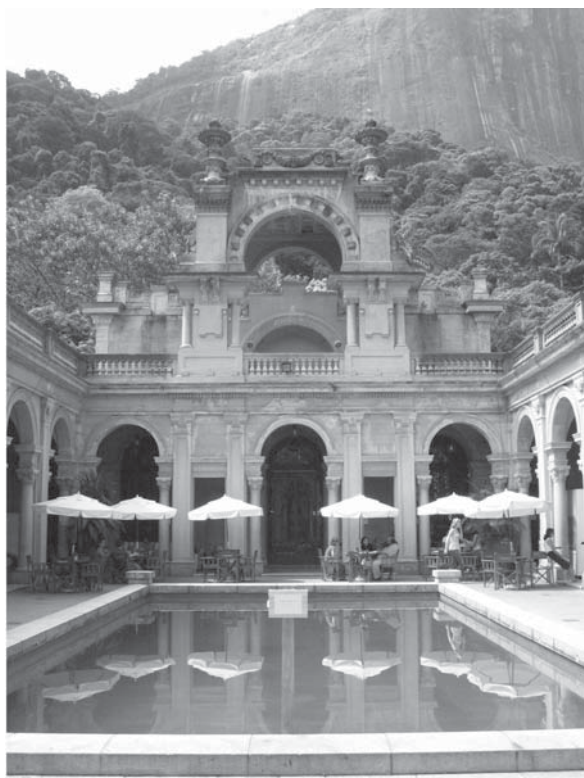
### Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- 1 estruturar a argumentação de um projeto de lazer;
- 2 elaborar uma programação de ações ou atividades que atendam aos objetivos, junto ao público-alvo;
- 3 estabelecer critérios de avaliação de acordo com os objetivos específicos no projeto.

## Introdução

No decorrer das aulas, observamos uma série de aspectos que orientam as ações em programas de lazer e, neste momento, vamos “botar a mão na massa”, ou seja, dar forma a uma ideia que promova integração, desenvolvimento pessoal e social através de atividades lúdicas que compõem os interesses do lazer. Agora está na hora de estruturar uma proposta sob a forma de um projeto, e para tanto elaboramos o passo a passo para uma aplicação na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro, como exemplo para montagem de um projeto. Ao final desta aula, você será convidado a apresentar um projeto de lazer. Então vamos lá?



**Figura 17.1:** Vista de uma das partes internas do Parque Lage.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ParqueLage-CCBY.jpg>



Você conhece o Parque Lage, no Rio de Janeiro? Vinculada à Secretaria de Estado de Cultura, A Escola de Artes Visuais do Parque Lage oferece programas gratuitos para a formação de jovens e artistas iniciantes, bem como para os que já têm trajetórias estabelecidas e os demais interessados em arte. Entre no *link* <http://www.eavparquelage.rj.gov.br/index.asp> e faça um *tour* virtual pelo espaço e suas funções.

## **Roteiro para elaboração de projetos de lazer e captação de recursos**

### **Elaboração de projetos**

Como vimos até então, um projeto de lazer não surge “à toa” nem deve deter o seu foco apenas na diversão. Mas contemplar, à luz da teoria de Joffre Dumazedier, o lazer como um conjunto de práticas voluntárias que pressupõem o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, sua sociabilidade e sustentabilidade em amplo sentido.

Um projeto poderá se originar em um programa ou plano maior de uma organização (escola, empresa, ONG, secretaria municipal etc.) e se assim for, será necessário conhecer este plano e seus objetivos maiores para melhor alinhar o projeto, que vem a ser a ação concreta de um plano. Ainda que o projeto seja uma ação inicial, devemos estar atentos aos objetivos das entidades envolvidas junto ao público-alvo, estando o projeto, de toda forma, sempre associado por objetivos maiores do que aqueles que supostamente se encerram em suas ações.

Portanto, é necessário desenvolver os argumentos que darão identidade ao projeto de lazer e que poderá ser estratégico, como:

A) um instrumento de Comunicação – sempre, mas especialmente quando sobressai o objetivo de promover novos conhecimentos, hábitos ou recursos associados ao lazer; de formar ou *fidelizar* públicos, celebrar ou instruir.

B) um instrumento de Planejamento – quando o projeto vem a compor uma das fases de um planejamento maior, voltado para resultados a longo prazo, como campo para a pesquisa, para a educação, cidadania e política.

C) um instrumento de Gestão – como estratégia para eficiência de produção de outros setores, associados ou não ao lazer, mas a partir de suas práticas e possibilidades. Inserido em programas de recursos humanos nas empresas e demais instituições; como ações de responsabilidade social ou publicitária.

D) um instrumento de Captação de Recursos – projetos de e para o lazer possuem forte apelo para a captação de recursos como finalidade. Bingos, gincanas, quermesses fazem parte da estratégia de diferentes grupos sociais para atrair investimentos.

De modo geral, podemos estruturar a apresentação de um projeto de lazer em oito tópicos principais:

1 – Introdução.

2 – O diagnóstico.

3 – O planejamento.

4 – A implementação.

5 – A execução.

6 – O monitoramento.

7 – A avaliação.

8 – Anexos: planta baixa do local, cartas de apoio, fotos, matérias jornalísticas, currículos, outros.

### **Introdução**

É o item de apresentação do projeto e de seus proponentes. A introdução em um projeto deve traduzir a “alma do negócio”.

A introdução deve apresentar sucintamente “quem pretende realizar o quê”. Identifica a entidade promotora e os organizadores do projeto, ou seja, quem está envolvido técnica, política e economicamente, e com quais propósitos neste projeto de lazer.

## O diagnóstico

Antes de partir para a elaboração de um projeto de lazer, é importante que sejam pesquisadas as possibilidades de sucesso de sua aplicação. Dedicamos um tempo na concepção de um diagnóstico que possa produzir justificativas e apontar caminhos para a sua realização. Alguns métodos e instrumentos podem ser úteis neste momento, tais como:



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/990755>

### *Observação*

Por exemplo: uma fábrica de móveis, antes de decidir montar um curso de fabricação de móveis de bambu, traçou o seguinte diagnóstico da realidade do local, a partir de conversas com os moradores e debates na comunidade.

Percebeu que:

- A – havia um grande número de desempregados;
- B – grande parte das pessoas estava desempregada, porque não tinha qualificação profissional adequada;
- C – justamente por causa da baixa qualificação, a renda era baixa;
- D – havia uma tradição local de fazer móveis e muitas pessoas já realizavam, trabalhavam trabalhos em marcenarias;
- E – o bambu era muito comum na região;
- F – segundo informações obtidas, a procura por móveis de bambu tem crescido no Brasil;

G – a maioria das mulheres tinha experiência em costura e modelagem de roupas, o que favoreceria a fábrica para a confecção de almofadas e revestimento dos móveis;

H – cada pessoa trabalhava por sua própria conta;

I – o município não tinha escolas técnicas profissionalizantes e, para participar do curso, as pessoas tinham de se deslocar até uma cidade a 200 km dali.

### *Pesquisa de opinião*

Através de entrevistas ou aplicação de questionários, é possível obter uma prévia do interesse do público-alvo, quanto à participação e importância de um projeto de lazer. A participação do público e das entidades envolvidas no projeto é importante na hora de:

- levantar os problemas, as informações, as dificuldades e as expectativas;
- tratar e organizar as informações;
- definir as prioridades (o que é mais importante para o projeto);
- tomar as decisões sobre o que é mais adequado fazer;
- dar uma estrutura lógica ao projeto (a ordem das etapas, “o que vem antes do quê” etc.).

### *Pesquisa de mercado*

A pesquisa de mercado diz respeito à avaliação e à análise dos mercados; “é a coleta, o registro e a análise objetivos de todos os fatos relacionados à prestação de serviços ao consumidor certo” (WATT, 2004, p. 82).

É, portanto, o levantamento de dados e análises que servirão de diretrizes para a determinação do segmento de mercado e do público-alvo, potenciais para o evento. As informações obtidas, através da pesquisa de mercado, constituem-se em importantes instrumentos para a elaboração de um plano de ação

que indicará a viabilidade ou não de um determinado projeto, em uma ocasião específica. Esta identificação sinaliza o mercado-alvo e auxilia na criação de estratégias adequadas para atingi-lo, ao responder questões, como:

- o projeto tem um propósito útil?
- quem e quantas pessoas irão se interessar por este projeto?
- será viável financeiramente?
- terá uma recepção favorável por parte da comunidade empresarial e a opinião pública?
- e por parte da mídia?
- o tipo de projeto será adequado ao público-alvo e aos interesses da entidade promotora?

A pesquisa de boa qualidade é vital e não deve ser ignorada. Nenhum projeto deve prosseguir sem algum tipo de pesquisa de mercado e a complexidade do evento irá determinar a quantidade e o tipo de pesquisa a ser utilizado.

A pesquisa poderá ser realizada de forma direta, como FONTE PRIMÁRIA DE INFORMAÇÃO, ou seja, quando o organizador do evento contrata empresas/institutos para aplicar uma pesquisa de opinião, um levantamento de informações, que permite perceber o perfil e a expectativa do público-alvo específico para o seu evento. Este tipo de pesquisa geralmente envolve alto custo e destina-se a projetos de grande porte. Para os projetos de menor porte, costuma-se utilizar as FONTES SECUNDÁRIAS DE INFORMAÇÃO, disponíveis em registros pessoais, bibliotecas públicas, departamentos do governo, universidades e faculdades, sindicatos e associações profissionais, agências de pesquisa em marketing, entidades de classe representativas de setores da economia – entre outras instituições.

## **Planejamento**

Em seguida, descrevemos os elementos fundamentais do projeto e a sua elaboração em uma linguagem articulada e persuasiva, de modo a explicitar as informações principais de um

projeto, aquelas que venham a responder às questões, como:

A) *O que pretendemos fazer?* – definir com clareza o objeto do projeto e o “tipo de realização”: uma gincana cultural? Um campeonato esportivo? Oficinas de artes plásticas? Atribuir um título ao projeto que o identifique e gere impacto junto aos organizadores, ao público e aos potenciais patrocinadores, e apoiadores do projeto.



Ramzi Hashisho

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/708280>

Dentre os aspectos amplamente discutidos até então, vale destacar alguns tópicos importantes a considerar para a elaboração de projetos de lazer.

É preciso estar preparado para:

- elaborar projetos para atividades de lazer comunitário com financiamento público ou empresarial e não “só” para ganhar dinheiro ou prestígio social ou político;
- enfrentar concorrências e resistências: “o segredo é a alma do negócio” da equipe organizadora até que esteja pronto para se “materializar”;

- definir as modalidades projetos, eventos, atividades de recreação, segundo a faixa etária, indicando as mais adequadas para cada idade;
- classificar as modalidades de recreação, quanto às formas de participação, considerando o perfil socioeconômico e cultural do público-alvo;
- monitorar atividades de lazer e entretenimento, buscando auxílio de equipes locais e profissionais multidisciplinares, e institucionais sempre que preciso, reconhecendo os limites, competências e direitos de cada um;
- analisar os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis e avaliar a quantidade e qualidade adequada e sustentável para a execução do que for programado;
- dotar-se de técnicas de comunicação, dinâmicas de grupo e animação que sustentem a motivação da equipe operacional, dos investidores e do público-alvo antes, durante e depois do projeto;
- cumprir com todos os compromissos assumidos de forma eficaz e transparente;
- controlar e avaliar os resultados do projeto, seja na condição de promotor, organizador, patrocinador, apoiador ou de partícipe.

Ao elaborar o projeto, produzir oportunidades para tratar principal ou transversalmente de temas de interesse social, tais como:

- o lazer nas sociedades, através da reelaboração de cenários sobre a evolução de seus conceitos, aplicações e práticas ao longo do tempo;
- o resgate e a associação de práticas, integrando gerações, etnias, gêneros, “tribos”, grupos sociais especialmente a família como primeiro e primordial grupo social;
- ampliar o conceito e as práticas de conservação do patrimônio urbano ambiental, portanto, dos recursos naturais, culturais e humanos como vitais e superiores aos valores atribuídos ao capital que circula como promessa de felicidade;

- debater como e quanto os recursos da tecnologia moderna influenciam de forma decisiva a transformação dos hábitos de lazer.
- executar atividades de lazer em que os movimentos motores são mais exigidos, estabelecendo relações entre saúde e lazer;
- desenvolver atividades artísticas e/ou criadoras em que são exigidas além de aptidões pessoais, habilidades motoras e intelectuais técnicas de trabalhos manuais e arte terapia;
- utilizar jogos e outras atividades intelectuais em que se exercitem mais a mente, a memória, o raciocínio lógico, os sentidos motores;
- promover atividades de lazer, integradoras entre grupos de crianças, jovens, adultos, idosos, inclusive para portadores de necessidades especiais;
- adequar as condições necessárias para as atividades de lazer;
- propor circuitos artístico-culturais, integrados aos espaços das cidades, suas redondezas e regiões;
- atividades recreativas;
- atividades físicas atentas à relação lazer/faixa etária/necessidades especiais.

Tomemos como exemplo fictício a realização da XV Mostra de Artes Visuais do Parque Lage, visando à continuidade de um programa institucional que reforça uma tradição. É explícito quanto ao que se espera encontrar neste projeto: um evento que apresente a produção em uma mostra de artes visuais de renomada escola livre de arte contemporânea da cidade do Rio de Janeiro. Mas não é “só” um evento. Caracteriza-se como projeto por ser porta de acesso a outras ações institucionais, tais como a expansão deste programa a outros espaços ou grupos sociais, a captação de parcerias que financie os custos do trabalho desenvolvido, ou que contribuam com o marketing das ações, entre outras possibilidades.



B) *Por que fazer?* – é preciso elaborar uma justificativa para o projeto, pautada em argumentos sobre a natureza da organização proponente, os méritos do projeto e sua viabilidade, oriundos de dados e pesquisas que dão consistência e relevância ao projeto, dentre eles informações, advindas e reforçadas através do diagnóstico. No caso do nosso exemplo, podemos elaborar justificativas a partir da apresentação da entidade promotora do projeto (Parque Lage) com elementos para a justificativa:

A Escola de Artes Visuais do Parque Lage, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura, é uma escola aberta, de ensino livre que desenvolve programas voltados tanto para a formação de artistas e curadores quanto para os interessados em estabelecer ou aprofundar seu contato com a arte. Com cerca de 60 professores e cursos em diversas áreas de interesse, a escola oferece uma gama de opções, tendo como prioridade o campo das artes visuais contemporâneas.

A EAV configura-se como centro educacional aberto de formação de artistas e profissionais do campo da arte contemporânea; como polo cultural, voltado para a formação de público a partir da realização de exposições e eventos; e como núcleo de documentação, compreendendo uma biblioteca e seu arquivo de documentos históricos sobre arte e artistas. Como referência nacional, com uma consistente imagem no meio da arte, a EAV busca criar mecanismos internos e linhas de atuação externa que permitam um diálogo produtivo com a cidade e com o circuito de arte nacional e internacional.

Fonte: <http://www.eavparquelage.rj.gov.br/eavText.asp?sMenu=ESCO&sSume=PMISS>

C) *Para que fazer?* – neste momento, devemos listar os objetivos, ou seja, o que esperamos alcançar com o projeto. Recomenda-se estabelecer metas quantitativas e qualitativas (critérios e prazos para a obtenção dos resultados desejados) de forma clara e bem definidas a fim de envolver a equipe e as parcerias na sua realização. É possível neste momento identificar o objetivo geral e os objetivos específicos (SMART).



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/539382>

**Objetivos gerais:** Reproduzem a finalidade maior do projeto, enfatizados ao conhecimento do público em geral, explícito ou subentendido no próprio tema ou título atribuído ao projeto/ programa/ evento.

#### **Objetivos específicos (SMART)**

Tendo estabelecido a razão de ser do projeto como um todo (objetivo geral), será necessário desmembrá-lo em passos mais administráveis, com uma possibilidade maior de avaliar a realização, ou seja, definir os objetivos específicos do evento. Estes correspondem às metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas pelos promotores e organizadores com a realização do projeto. Os objetivos específicos devem ser SMART, palavra que significa “inteligente” em inglês, na verdade se trata de uma abreviação, tendo por características:

**S – *Specific*:** específicos do evento em questão.

**M – *Measurabel*:** mensuráveis em termos estatísticos.

A – *Agreed* ou *Achievable*: acordados ou viáveis para todos os envolvidos.

R – *Realistic* ou *Relevant*: realistas e relevantes em relação aos recursos disponíveis.

T – *Timed*: bem programados em relação ao cronograma do evento.



### Objetivos SMART

Um dos mais conhecidos acrônimos, muito utilizado em gerenciamento de projetos, é o SMART (que também significa “esperto” em inglês). A sigla SMART é composta pelas palavras “*Specific*”, “*Measurable*”, “*Attainable*”, “*Relevant*” e “*Time-bound*” (poderíamos traduzir de forma livre como “específico”, “mensurável”, “atingível”, “relevante” e “temporal”).

O termo foi introduzido popularmente por Peter Drucker, em 1954, em seu livro *The Practice of Management* que trata da Administração por objetivos (APO) como base para o planejamento estratégico nas empresas e organizações.

Fonte: <http://www.andreilima.adm.br/index.php/2007/10/administracao-por-objetivos/>

Assim, podemos identificar os objetivos SMART, estabelecendo metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas de forma mensurável pelo projeto, tais como sugerimos no exemplo:

Ex.: XV Mostra de Artes Visuais do Parque Lage

Objetivo geral: promover a produção e o acesso à escola de artes visuais a um público maior e mais diversificado;

Objetivos específicos:

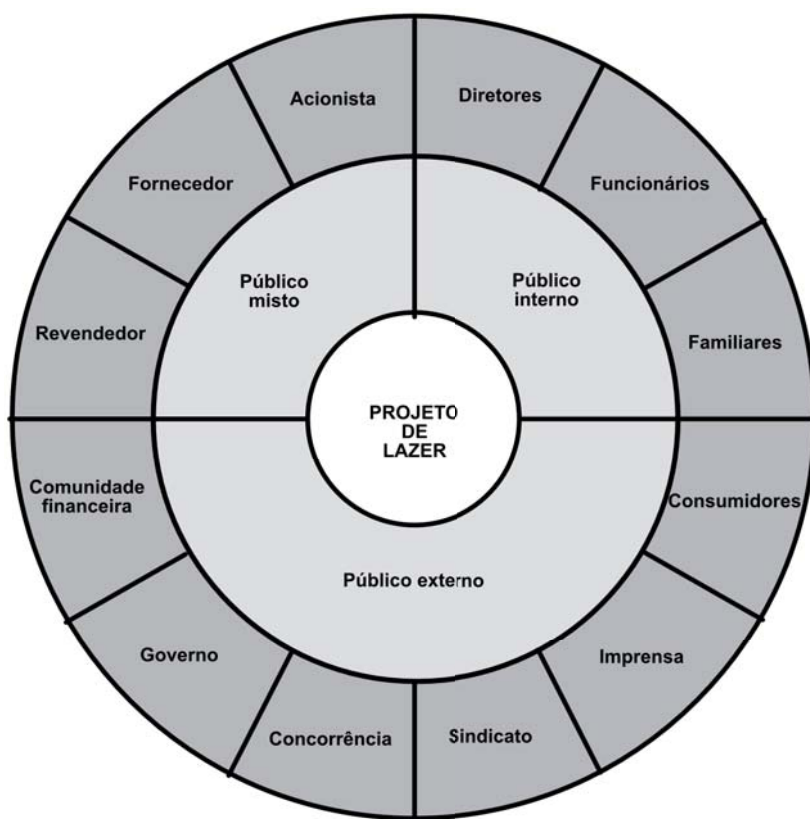
- alcançar a estimativa de público de 500 pessoas dia;
- ampliar em 30% a demanda de alunos nas oficinas gratuitas de Artes Visuais do Parque Lage;
- viabilizar a divulgação e comercialização das peças, produzidas pelos alunos das oficinas artes visuais;

- arrecadar 1 tonelada de mantimentos e brinquedos para a campanha “Natal Sem Fome”, durante o mês de duração da mostra;
- realizar o projeto em data e tempo hábil para a produção das peças da mostra, para colaborar com a campanha “Natal sem fome” e estimular as novas inscrições nos cursos da escola de artes visuais.

A definição dos objetivos também contribui muito para o estabelecimento de uma estrutura organizacional eficiente para o projeto, pois permite distribuir atribuições a cada indivíduo ou comissão por objetivos, ou por tarefas, para que todos trabalhem em conjunto para o alcance dos resultados desejados.

É importante que os objetivos sejam adequados, simples, claros, visíveis e viáveis, de modo a permitir estimativas e orçamentos precisos, além do estabelecimento de datas, prazos e identificação dos passos fundamentais para a sua concretização.

D) *Para quem?* – é preciso dimensionar qual a população-alvo, aquela que será beneficiada pelo projeto, estabelecendo a quantidade e o perfil do público com o qual se pretende trabalhar. Definimos então o público-alvo, ou seja, os clientes potenciais. Cada organização, pessoa, produto ou serviço tem associação a diferentes públicos, sendo necessário identificar o público-alvo determinado ou potencial para cada projeto. Será necessário identificar entre este público, quem são seus participantes potenciais, expectadores, patrocinadores, prestadores de serviços etc. Cada grupo exigirá uma estratégia de marketing e de comunicação diferenciados para a obtenção de sua participação ou de seu apoio ao projeto. É importante identificar o perfil, observando as necessidades e as expectativas de cada grupo para elaborar uma estratégia para atendê-los.



**Figura 17.2:** Públicos para a realização de eventos e projetos de lazer. Modelo de Kunsch.

Fonte: Britto; Fontes, 2002.

Entre os aspectos que influenciam o perfil de público a ser definido para o projeto de lazer, podemos identificar e delimitar, conforme critérios relacionados à faixa etária adequada às atividades propostas. A condição socioeconômica, o nível de escolaridade, as habilidades físicas, intelectuais e sociais relacionadas ao projeto, entre outras. Atribui-se uma classificação básica para este público, a saber:

- Público geral – quando não há aspectos restritivos para a participação.
- Público dirigido – quando o projeto visa alcançar um grupo homogêneo de participantes, seja por faixa etária, localização, ou outro critério, definido pelos organizadores.

- Público específico – quando o projeto é voltado especificamente para um determinado grupo, delimitado e restrito.

O dimensionamento da quantidade do público a ser atendido pelo projeto deverá levar em conta os objetivos específicos do projeto, a natureza das atividades e a capacidade de acomodação do local escolhido para o projeto.

Neste sentido, é importante estabelecer também a forma de acesso deste público ao projeto, definindo se será necessária a inscrição prévia e gratuita ou se mediante o pagamento de ingresso no dia da realização; se será necessário comprovação de residência ou de renda; se o projeto será gratuito.

Aproveitando o exemplo da XV Mostra de Artes Visuais do Parque Lage, pode-se prever que a mostra de artes seja aberta ao público geral, mas que as oficinas gratuitas do projeto sejam dirigidas ao seguinte perfil de público: jovens de 12 a 18 anos, estudantes da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro e com renda familiar inferior a três salários mínimos. Tanto as inscrições dos estudantes quanto o acesso à mostra pelo o público geral ocorrerão mediante o fornecimento de alimentos não perecíveis ou utensílios cuja arrecadação faça parte dos objetivos específicos do projeto, entre outras possibilidades.

E) *Como realizar?* – o projeto deverá observar aspectos, quanto às técnicas, à pedagogia, às estratégias e às metodologias de acordo com a sua natureza e que serão aplicadas para que os objetivos sejam atingidos. Cabe neste campo definir a programação do projeto, ou seja, a natureza, forma e o ordenamento das atividades por horário, função, local e público pretendidos; Para atender ao exemplo proposto, podem-se delinear algumas atividades, tais como:

Dia: xx/xx/xx

8h – Abertura dos portões e da coleta de donativos.

9h – Cerimônia de abertura da XV Mostra de Artes Visuais do Parque Lage – pátio principal.

Mesa-redonda com três integrantes da direção da Escola de Artes Visuais sobre o tema : “A Arte moderna e Contemporânea, no cotidiano das grandes cidades”.

10h – Corte da fita de inauguração da mostra, dando acesso ao público geral. Coreto Musical com apresentações espontâneas dos alunos dos cursos regulares de música e teatro.

12h – Apresentação Musical – serviço de *brunch* – pátio principal.

13h – Atividades ao ar livre: caminhada, alongamento, yoga, meditação.

14h – Oficinas:

Circuito das Artes Plásticas – salas 1, 2, 3, 4.

Circuito das Artes Cênicas – salas 5, 6, 7.

Circuito das Artes Literárias – salas 8, 9, 10.

16h - Apresentação teatral – pátio principal.

18h – Encerramento das atividades do dia.

Como uma mostra tende a ter média à longa duração, a tendência é que a programação seja organizada por dia de realização do projeto, mantendo certos padrões de atividades e unidade de conteúdo, conforme os seus objetivos.

F) *Com quais recursos/meios?* – na medida em que é definida a programação, é possível relacionar os espaços, instalações, equipamentos e os recursos necessários para cada realização. Organiza-se estas informações em um *check list*, de modo a melhorar a visualização dos itens e suas estimativas, inclusive aproveitando para a previsão do custo e da empresa, equipe ou pessoa responsável por sua contratação.

**Tabela 17.1:** Planilha de itens

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor total	Prazo	Responsável

### **Folheteria**

Refere-se a panfletos informativos, convites, cartazes, o material impresso para divulgação.

Para a mostra em questão, é possível prever os recursos, por exemplo, dividindo atribuições e previsão de por espaços:

**Tabela 17.2:** Planilha do projeto

Espaços/ Atividades	Instalações	Equipamentos	Recursos Materiais	Providências	Responsável
<b>Portaria</b> – controle de acesso – recolhimento de doativos – segurança	– 4 roletas – 2 <i>containers</i> – 1 guarita	– faixas – sinalização – 2 rádios	– <b>folheteria</b> com a programação do evento	– normas de segurança e acesso – lista de convidados – normas e procedimentos	
<b>Jardim</b> – coreto musical – atividades ao ar livre – conservação	– montagem do coreto – tatames – 4 banheiros químicos	– áudio e vídeo – iluminação	– colchonetes – esteiras		
<b>Pátio Principal</b> – abertura – <i>brunch</i> – apresentação musical – apresentação teatral	– 20 estandes – 10 painéis – 1 palco – som e luz	– áudio e vídeo – CPU multimídia			



<b>Salas 1, 2, 3, 4</b> Artes Plásticas	Sala 1: tela Sala 2: escultura Sala 3: modelagem cerâmica Sala 4: desenho	– projetor – 20 cavaletes – 20 banquetas	Kit de pintura em tela – 20 kg de argila – 20 toras de madeira – 15 pranchetas		
<b>Salas 5, 6, 7</b> Artes Cênicas	Sala 5: teatro Sala 6: cinema Sala 7: figurino	– projetor			
<b>Salas 8, 9, 10</b> Artes Literárias	Sala 8: poesia Sala 9: contos Sala 10: crônicas				
<b>Secretaria da Mostra</b>	– recepção – programação – apresentação – imprensa – matrículas	– 2 rádios			

G) *Com que pessoas?* – na medida em que a programação é detalhada em recursos necessários, surge a demanda também por pessoas e profissionais específicos para operar o evento e a facilitação do processo. Além dos responsáveis técnicos por área, cada um destes deve prever o seu *staff*, a sua equipe. Cada gestor estabelece então um plano de trabalho por funções, definindo a carga horária, as condições e benefícios. A remuneração dos profissionais deverá ser calculada para constar do custo total do projeto. Ainda que a equipe faça parte da entidade promotora como funcionário, como seria o caso da XV Mostra de Artes Visuais do Parque Lage, já sendo a equipe remunerada pela instituição, é importante prever uma escala de trabalho e uma passagem pelas atribuições que cada funcionário terá por ocasião da realização do projeto.

Tal qual a previsão de outros recursos, é importante quantificar e qualificar os recursos humanos.

**Tabela 17.3:** Planilha de funcionários

<b>Espaços/Atividades</b>	<b>Equipe</b>	<b>Providências</b>	<b>Responsável</b>
<b>Portaria</b> – controle de acesso – recolhimento do-nativos – segurança	– 2 seguranças 7-15h – 2 seguranças 15-21h – 1 porteiro 7-15h – 1 porteiro 15-21h – 2 recepcionistas 9-18h	– seleção – uniforme – escala – treinamento	Direção Administrativa
<b>Jardim</b> – coreto musical – atividades ao ar livre – conservação	– 1 técnico de audiovisual 8-18h – 2 auxiliares de serviços gerais	– seleção – equipamento – instrumentos/materiais – conservação – uniforme – escala – treinamento	Direção Artística
<b>Pátio Principal</b> – abertura – <i>brunch</i> – apresentação musical – apresentação teatral	– mestre de cerimônia – 1 técnico de audiovisual 8-18h – 4 recepcionistas para apoio à produção	– cerimonial – serviço de <i>brunch</i>	Direção Artística
<b>Salas 1, 2, 3, 4</b> Artes Plásticas	– 4 professores 13-17h – 8 monitores 13-17h	– seleção – uniforme – treinamento	Direção Pedagógica
<b>Salas 5, 6, 7</b> Artes Cênicas	– 3 professores 13-17h – 6 monitores 13-17h	– seleção – uniforme – treinamento	Direção Pedagógica
<b>Salas 8, 9, 10</b> Artes Literárias	– 3 professores 13-17h – 3 monitores 13-17h	– seleção – uniforme – treinamento	Direção Pedagógica
<b>Secretaria da Mostra</b>	– 4 recepção 8-18h – 2 programação – 2 imprensa – 2 matriculas	– seleção – uniforme – treinamento	Direção Administrativa

H) *Quando, onde e quanto?* – definir a data, o horário e o local de realização de cada atividade do projeto (quando) e quanto o projeto de fato vai custar são decisões estratégicas que devem ser tomadas ainda na fase de planejamento. Principalmente em

projetos de lazer, abertos ao público, com funções educativas e culturais, que exploram o enfoque da inclusão social, da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade, e do empreendedorismo encontram grandes aliados para a redução de custos e maior projeção da imagem.

A definição de “quando” acontecer o projeto baseia-se na conciliação das expectativas dos organizadores e do público a ser atendido. Também na maneira para despertar o interesse de potenciais apoiadores, patrocinadores e parcerias que poderão amortizar os custos por entender o projeto como investimento, como mais adiante veremos ao tratar das estratégias para captação de recursos. Para o exemplo da XV Mostra de Artes Visuais, tendo como público estudantes de escolas públicas na faixa de 12 a 18 anos seria interessante que a data coincidisse com finais de semana, durante o período acadêmico, de modo que fossem guiados ao projeto por seus professores, como atividade extra-classe, (o que cumpre a sua dupla função: *educar para o lazer/o lazer para educar*); já se as oficinas fossem direcionadas aos professores, talvez fosse mais interessante oferecê-las durante a semana no horário noturno ou no período de férias acadêmicas.

Neste sentido, o tempo deverá ser contado também para o processo de organização do projeto, através de um cronograma que preveja e permita visualizar as etapas e o encadeamento das tarefas e prazos a serem cumpridos tanto na visão geral do projeto quanto por setores de operação.

**Quadro 17.1:** Cronograma do projeto XV Mostra de Artes Visuais

NOME DO EMPREENDEDOR: ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE						
NOME DO PROJETO: XV MOSTRA DE ARTES VISUAIS						
DATA DE REALIZAÇÃO: 1º a 31 de maio de 2012						
PROJETO			REALIZAÇÃO		AVALIAÇÃO	
MESES COMPROMETIDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Projeto – reuniões para elaboração e aprovações necessárias.						
Implementação – previsão das etapas de aquisição dos recursos necessários à realização e sua efetivação.						

Captação de Recursos – efetivação de contratos.						
Controle Administrativo/Financeiro – secretaria do evento.						
Programa de Marketing – promoção e divulgação.						
Execução – etapas operacionais de montagem, treinamento de recursos humanos e prestação de serviços.						
Realização da mostra – execução da programação, de serviços ao público, de registros de mídia e de ocorrências e controles operacionais.						
<i>Feedback</i> e avaliação do evento – sistema contínuo de registro e análise sobre as etapas do projeto.						

A escolha do local para a realização do projeto será responsável por considerável percentual do sucesso desejado. O local deverá atender às expectativas do promotor, do perfil de público e levar em consideração as análises sobre o mercado e as variáveis socioambientais. É preciso que haja preocupação principalmente com dois aspectos: região geográfica e espaço físico.

Com relação à região geográfica, deve-se atentar para a:

- facilidade de acesso, principais vias e meios de transportes coletivos;
- facilidade de receptivo turístico em projetos de abrangência nacional ou internacional;
- concentração dos segmentos de mercado e de público interessantes para o projeto;
- existência de serviços de apoio básico (bancos, informática, comunicações, etc.) e emergencial (segurança, pronto socorro, suporte técnico etc.);
- o projeto deverá contemplar os valores locais, culturais e socioeconômicos para elaborar a sua programação e para prever despesas compatíveis como o nível de renda dos participantes;

- existência e interesse de patrocinadores potenciais locais, proporcionando a troca de benefícios imediatos a comunidade do entorno;
- apoio dos órgãos públicos pertinentes às autorizações necessárias para a realização do projeto bem como ao tema tratado e sua participação nas ações dos eventos;
- verificar se há crises de ordem política, econômica, social, de segurança ou saúde pública de modo a evitar conflitos, entre outros.

Quanto ao espaço físico, deve-se levar em conta o propósito e as necessidades físicas do projeto de lazer, conciliadas ao perfil do público que se pretende atingir. Assim, considera-se:

- possibilidade efetiva de acomodar a totalidade dos participantes e do público com condições adequadas, respeitando as normas de segurança e de acessibilidade, por exemplo, a portadores de necessidades especiais;
- facilidade de acesso a aeroportos, rodovias, terminais de transportes;
- capacidade de estacionamento próprio para veículos particulares e de carga e descarga de materiais e instalações diversas;
- áreas de depósito e armazenagem adequadas para a guarda de materiais pertinentes ao projeto;
- providenciar a sinalização externa e interna adequada para orientação dos participantes;
- instalações que possibilitem a realização de atividades diversificadas tais como reuniões, refeições, exposições e eventos paralelos;
- capacidade para a montagem de múltiplos cenários, pontos de iluminação, sonorização, instalação de equipamentos informatizados e outros instrumentos de ordem e especificações técnicas;
- áreas interligadas que proporcionem plena integração das atividades e dos participantes;
- proximidade ou facilidade na oferta de serviços – segurança,

assistência médica, copiadoras, telefônicas, assistência em informática, eletricitas, montadoras, serviços de transportes; serviços de limpeza;

- isolamento acústico, na medida do necessário para o bom desenvolvimento das atividades;
- infraestrutura de apoio – salas, sanitários, áreas de alimentação, saídas de emergência, ventilação e ar condicionado, decoração adequadas ao projeto;
- imagem do local e sua consequência sobre a imagem do projeto, e vice-versa.

Obviamente, os fatores que devem ser analisados quanto à localização e ao espaço variam de acordo com a finalidade do projeto. O importante é que existam, no processo de decisão, parâmetros operacionais possíveis de serem julgados para conduzirem alternativas viáveis. Cabe ressaltar que por tratar-se de um dos itens de custo mais elevado no orçamento de um projeto, a locação do espaço deverá considerar a possibilidade de negociação como apoiador do evento, sendo necessário adaptar o projeto ao espaço disponível.

No caso da XV Mostra de Artes Visuais, devido ao projeto já dispor do espaço da própria proponente do evento (Escola de Artes Visuais do Parque Lage), as atividades do projeto são elaboradas já prevendo suas delimitações e possibilidades, ocorrendo uma adequação do espaço para o projeto.

Já para obter o custo total do projeto, são feitos os cálculos sobre os recursos necessários (espaços, instalações, equipamentos, recursos materiais e humanos) e que sobre o total obtido são acrescidos 10 a 30% como uma margem de risco. Isso porque é comum, apesar de todo o planejamento, que ocorram imprevistos como insuficiência de materiais; gastos extras com serviços de *office boy*, de transportes, ou a elevação no volume e custo de telefonia. A partir deste custo total, serão traçadas as estratégias de captação de recursos financeiros (orçamento de receitas) para viabilizar o projeto.



## Atividade

---

### Atende ao Objetivo 1

1. O espaço público livre possui grande importância no contexto das cidades”. Sua função, além de proporcionar lazer, é garantir a plena inclusão de usuários com diferentes habilidades e restrições, e, portanto, sua socialização. A existência de barreiras físicas, informativas e atitudinais, muitas vezes, restringe o uso desses espaços, ocasionando situações de constrangimento às pessoas com restrições e dificultando, ou até mesmo impedindo, a participação das mesmas em diversas atividades. Consequentemente, tem-se a perda do conceito de integração e convívio.

Segundo dados do IBGE 2000, cerca de 14,5% da população brasileira é portadora de alguma deficiência: físico-motora, cognitiva ou sensorial (...)

Para a elaboração do projeto de um espaço público livre acessível tornase, então, essencial à compreensão das restrições e limitações apresentadas por diferentes usuários e a busca por respectivas soluções projetuais (...)

Fonte: [http://www.enapet.ufsc.br/anais/PROJETO\\_DE\\_ESPACOS\\_LIVRES\\_PUBLICOS\\_DE\\_LAZER\\_PARA\\_TODOS.pdf](http://www.enapet.ufsc.br/anais/PROJETO_DE_ESPACOS_LIVRES_PUBLICOS_DE_LAZER_PARA_TODOS.pdf).

Este texto foi extraído da introdução do artigo “Projeto de espaços livres públicos de lazer para todos”. Nele são apresentados, além do referencial teórico, um exemplo de Tabela de Restrição (no caso visual total) e alguns croquis ilustrativos de soluções arquitetônicas com identificação das restrições atendidas em cada solução para facilitar a acessibilidade de portadores de necessidades especiais. O projeto é parte integrante da pesquisa “Desenho Universal aplicado ao Paisagismo”, que está sendo desenvolvida pela professora Vera Helena Moro Bins Ely, tutora e orientadora do Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Sob esta perspectiva, selecione um espaço público de seu bairro/cidade adequando-o ao público portador de necessidades especiais através de projetos de lazer que contribuam para a percepção das adaptações físicas, de serviços, de integração social, ou de informações gerais necessárias ao público. Desenvolva os

argumentos para a definição deste espaço e estabeleça os objetivos (geral e SMART) de um projeto de lazer. Elabore a sua justificativa baseando-se em dados disponíveis sobre o tema em sua cidade ou região.

[illegible]

### ***Resposta Comentada***

*A justificativa é um tópico fundamental do projeto. Tem a finalidade de destacar a importância, a contribuição, o diferencial do projeto e seu retorno socioeconômico como fatores relevantes para que o projeto realize-se. De forma sintetizada, associa os interesses da entidade promotora com os do público-alvo, prevendo um resultado. A partir do exemplo adotado nesta aula, podemos argumentar para a resposta: quanto à entidade promotora, a Escola de Artes Visuais do Parque Lage, como referência nacional e polo cultural, está vinculada à Secretaria de Estado de Cultura. É uma escola aberta, de ensino livre que desenvolve tanto programas pagos voltados para a formação de artistas e curadores quanto abre oficinas gratuitas voltadas para a formação de público interessado em estabelecer ou aprofundar seu contato com a arte contemporânea. A EAV busca criar mecanismos internos e linhas de atuação externa que permitam um diálogo produtivo com a cidade e com o circuito de arte nacional e internacional. O público alvo: a mostra de artes será aberta ao público geral, mas as oficinas gratuitas do projeto serão dirigidas ao seguinte perfil de público: jovens de 12 a 18 anos, estudantes da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro e com renda familiar inferior a três salários mínimos.*



*Os objetivos da XV Mostra de Artes Visuais do Parque Lage:*

*Objetivo Geral: promover as artes visuais a um público maior e mais diversificado.*

*– Objetivos específicos:*

- *Alcançar a estimativa de público de 500 pessoas dia.*
- *Ampliar em 30% a demanda de alunos nas oficinas gratuitas de artes visuais do Parque Lage.*
- *Viabilizar a divulgação e comercialização das peças produzidas pelos alunos das oficinas artes visuais.*

*Assim, pode-se propor como justificativa:*

*A Mostra de Artes Visuais do Parque Lage justifica-se por ser a vitrine do trabalho desenvolvido pelos participantes das diferentes oficinas e a oportunidade de atrair os jovens para as possibilidades da arte contemporânea como recurso de expressão e desenvolvimento. Aberta ao público geral, a Mostra de Artes Visuais selecionará jovens de 12 a 18 anos, estudantes de escolas da rede estadual de ensino e com renda familiar inferior a três salários mínimos para concessão de bolsas integrais nos programas da EAV a partir de inscrição e participação nos circuitos de artes plásticas, cênicas e literárias oferecidos gratuitamente, durante a Mostra.*

*A definição deste público vem ao encontro do objetivo geral de promover as artes visuais a um público maior e mais diversificado, visto que é uma faixa etária em pleno desenvolvimento, cujos indivíduos se organizam em “tribos”, vivenciando o amadurecimento de sua identidade, e estão sempre acompanhados, seja pelos familiares ou amigos. Para mobilizar este público para a Mostra, especialmente os aspirantes a bolsistas da EAV, será proposto o agendamento direto com as escolas, a promoção ampla de participação e transparência no projeto, estratégia que irá sustentar estimativa de 500 pessoas ao dia na Mostra.*

*Mais que uma estratégia de captação de novos alunos e de ampliar em 30% a demanda de alunos nas oficinas gratuitas de artes visuais do Parque Lage, há a perspectiva de aflorar nos jovens estudantes novos sentidos e formas de observar e expressar a arte, sementes para colheita de novos talentos.*

## **A implementação**

As tarefas de implementação variam muito conforme a natureza e o tamanho do projeto. A implementação significa pôr em prática o que foi delineado como tarefas por etapas no plane-

jamento. Algumas delas, mais comuns, podemos detalhar a seguir, a partir do cronograma aplicado ao exemplo da XV Mostra de Artes Visuais que vimos na **Quadro 17.1**.

Na FASE DE PROJETO, a implementação deverá prever as seguintes tarefas:

A – levantar os custos do projeto e os recursos financeiros necessários para viabilizar o projeto;

B – obter decisões políticas favoráveis à realização do projeto, tanto dentro da organização quanto junto à opinião pública, através da mídia e do convite ao depoimento de representantes da sociedade organizada sobre o tema e os benefícios do projeto;

C – preparar e sensibilizar os agentes envolvidos com os objetivos da entidade promotora, seus potenciais parceiros, fornecedores e patrocinadores;

D – tomar providências relacionadas ao local dos trabalhos, infraestrutura, equipamentos e materiais;

E – definir critérios e selecionar pessoal; montar equipes e definir responsabilidades;

F – capacitar as pessoas envolvidas para exercerem com competência suas funções através de reuniões constantes para troca de informações, sugestões e para treinamento;

G – firmar os convênios ou contratos necessários junto a prestadoras de serviços como montadoras, transportadoras, profissionais autônomos, equipamentos esportivos, outros. Assim como os contratos relacionados aos patrocinadores e apoiadores do projeto e suas contrapartidas;

H – prever os prazos e condições necessários para obter liberação de recursos financeiros ou empréstimos materiais de acordo com o cronograma do projeto;

I – preparar instalações e equipes de apoio administrativo e logístico (estrutura) necessários, munindo-os dos sistemas de gestão adequados ao projeto;

J – levantar todas as informações que darão base legal para as ações (leis, decretos, portarias, instruções etc.), verificando e corrigindo no projeto qualquer incompatibilidade;

L – elaborar o material de apoio técnico, administrativo e publicitário a ser utilizado;

M – efetuar um teste-piloto do projeto se considerar necessário.

### **A execução**

A execução é a etapa de consolidação, ou seja, de realização do projeto. É composta por tarefas como formalização de contratos e correspondências, aquisição de recursos, montagem das instalações (estandes, palcos, quadras, salões), do teste de equipamentos de som, iluminação, gravação, reprodução; da decoração e sinalização dos ambientes do projeto; de propagação do projeto ao público-alvo e na mídia. Esta etapa deve contar o apoio de uma secretaria para o projeto de modo a permitir a centralização e distribuição de informações relativas ao desenvolvimento das etapas de organização do projeto.

### **O monitoramento**

Monitorar significa acompanhar o andamento dos trabalhos, medindo e registrando as ações desenvolvidas. De fato, o monitoramento ocorre durante as fases de implementação e de execução do projeto, visando o cumprimento das etapas e procedimentos planejados e a retomada de decisões quando necessário. Especial atenção deve ater ao momento de execução do projeto, visto que é o tempo disponível para que todas as ações caminhem para a obtenção dos resultados, que deverão ser atingidos o mais próximo possível do que fora previsto como objetivos específicos do projeto.

Neste sentido, o monitoramento deverá contar com integrantes que participaram da elaboração do projeto, que acompanharão o cronograma do projeto, o cumprimento dos prazos, a assertividade dos instrumentos de controle financeiro e adminis-

trativo. Assim como do processo de seleção de recursos humanos e materiais, e a obtenção das autorizações necessárias para o bom andamento da implementação do projeto.

### **A avaliação**

A avaliação é um recurso necessário, que prevê e decorre do monitoramento em todas as fases do projeto. É importante gerar critérios para avaliação alinhados aos objetivos do projeto e de seus integrantes.

Entre os aspectos a serem avaliados estão:

- A – o gerenciamento do projeto, sua eficiência e de que forma ele contribui para o cumprimento dos objetivos;
- B – a previsão e o uso adequado dos recursos financeiros;
- C – a organização e o cumprimento do cronograma de atividades;
- D – a aplicação adequada de métodos e técnicas;
- E – o dimensionamento do público-alvo, entre outros.

Para o exemplo da XV Mostra de Artes Visuais, poderão ser considerados critérios de avaliação do projeto:

- o envolvimento e entusiasmo de diretores, professores, alunos e funcionários dos programas regulares em participar deste projeto;
- o número de visitantes à mostra;
- a quantidade de escolas agendadas, sendo possível verificar também a localização e pesquisar a origem dos estudantes;
- o número de estudantes matriculados nas oficinas gratuitas do projeto e posteriormente o número de concluintes; verificar se houve desistências e em que condições e proporções;
- verificar o número de matrículas realizado para os programas regulares da EAV e a sua proporção em relação ao público geral visitante da mostra. Checar se a mostra é um projeto estratégico para o objetivo de captação de novos alunos;
- verificar a incidência de notas e matérias publicadas sobre o evento e os veículos de maior repercussão; checar a adesão de redes sociais e de comentários favoráveis ou críticos ao projeto visando aprimorá-lo, entre outros.

**Anexos: planta baixa do local, fotos, cartas de apoio, matérias jornalísticas, currículos**

Com o intuito de reforçar as justificativas de um projeto, os anexos são elementos periféricos ao seu conteúdo, mas que fazem toda a diferença para quem elabora, analisa e participa de projetos de lazer. Por exemplo:

A. Planta baixa – ao tratar da localização e do espaço necessário para a realização do projeto, é sempre recomendado que seja anexado o mapa de acesso e a planta baixa do espaço, sinalizando as áreas de cada atividade. Planta baixa é o nome que se dá ao desenho de uma construção feito, em geral, a partir do corte horizontal, permitindo a visualização de um diagrama composto de salas, espaços e outros aspectos físicos de um edifício ou área. Nela, devem estar detalhadas em escala, as medidas das áreas, suas delimitações e divisórias, circulação, acessos. Sua elaboração demanda habitualmente a análise técnica de arquitetos e engenheiros quanto à adequação ao projeto, com atenção especial quando prevê atividades esportivas, em que há normas técnicas dos esportes além daquelas que devem ser observadas quanto à construção civil.



**Figura 17.2:** Planta do Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.  
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:AterroDoFlamengo.jpg>

- B. Fotos, imagens, sonorização – em complementação à ou na ausência da planta baixa, é sempre interessante apresentar fotos, imagens, slides ou vídeos do espaço destinado ao projeto e, na verdade, do projeto como um todo, de sua equipe, da comunidade ou público a ser assistido pelo projeto. Os recursos multimídias devem ser aplicados para facilitar a mais ampla percepção do se propõe a realizar.
- C. Cartas de apoio – ao elaborar um projeto de lazer, é sempre interessante buscar a oficialização de apoios através de cartas ou declarações que manifestem aceitação e concordância, que deem credibilidade ao projeto e seus organizadores. Podem ser solicitadas junto a órgãos públicos, a lideranças comunitárias, a instituições de ensino, a autoridades ou celebridades públicas com ou sem a permuta de serviços ou produtos como contrapartida, e são complementares a documentação que o uso de um espaços público demandaria como a licença, alvará, Ecad etc.;

- D. Matérias jornalísticas – sempre que possível, anexar matérias, artigos publicados em veículos de comunicação relevantes para o projeto em questão. Recomenda-se às organizações manter um *clipping*, ou seja, um álbum, digitalizado e/ou original com uma coleção organizada desses registros;
- E. Currículos – relatórios, títulos, certificações são sempre um *plus* para a apresentação da equipe organizadora e das parcerias geradas para um projeto, valorizando o conceito, a credibilidade e o potencial sucesso das realizações enquanto propostas.

O projeto de lazer elaborado pelo e para o grupo organizador deve ser complementado com o máximo de informações, porém expostos de forma objetiva para a melhor compreensão, avaliação e controle da equipe. Aqui apresentamos a estrutura simplificada para a elaboração de um projeto simples. Ao percorrermos esta disciplina percebemos que “lazer não é brincadeira” e que a atuação profissional exige aprofundamento e aprimoramento constantes. O livro *Como fazer projetos de lazer – elaboração, execução e avaliação* (MARCELINO, 2007) é resultado de um grupo de estudos que desenvolveu metodologias voltadas para aprimorar profissionais e educadores quanto as potencialidades dos projetos sociais nos vários âmbitos de atuação no lazer. Leitura mais do que recomendada.

Outro aspecto importante a ser destacado é a necessária participação de profissionais especializados em áreas específicas: se o projeto tem função educacional, que conte com uma orientação pedagógica; se é relacionado à saúde, a participação de médicos; para projetos esportivos, profissionais de Educação Física etc. bem como de representantes do público alvo, desde a concepção do projeto. É um trabalho para o público, ideal que seja construído em equipe.

Já para a elaboração do projeto de captação de recursos financeiros e parcerias, o projeto muda de linguagem. Destaca as justificativas do projeto e as contrapartidas que caberá a cada patrocinador ao investir na sua realização. Exige o tratamento

da “imagem” do projeto, sua comunicação visual e apropriação pelas mídias e pelo público de interesse também dos patrocinadores. Aspectos que são abordados em outras disciplinas deste curso e de outros cursos associados à organização de eventos, relações públicas, marketing ou comunicação empresarial.

Sob a ótica do lazer para integração comunitária, contudo, vale a pena destacar algumas estratégias simples e de grande impacto para projetos de pequeno e médio porte. A partir do orçamento de despesas, que dá a base para o custo total necessário, a realização do projeto pode ser definida estratégia de captação de recursos, sendo algumas sugestões como:

1. Livro de ouro: forma tradicional de coleta de doações através de contato pessoal em que os doadores registram o valor doado através de sua assinatura num livro, que se torna símbolo comemorativo do evento. Este livro deve ter páginas numeradas e conter um texto de abertura que justifique a coleta para o projeto e incentive a doação. Cabe à organização, definir quem fará parte e o cronograma para a captação;
2. Caixinha de coleta: é um recipiente, cofre ou urna para depósito de pequenas quantias de dinheiro. De modo geral, a caixinha de coleta é instalada junto ao balcão ou caixa de um estabelecimento comercial (mercearia, padaria, lanchonete, supermercado, hotel, etc.) para estimular a doação do troco recebido e cujo valor e doador permanecem incógnitos;
3. Rifa: é outra forma tradicional de captação de recursos para projetos sociais. Feita com a venda de bilhetes numerados para o sorteio de um prêmio, que pode ser um brinde doado ou cujo valor seja atraente para o público adquirir o bilhete, porém muito inferior ao que se espera arrecadar, para que este excedente atenda ao objetivo de cobrir o custo total ou parcial de um projeto;
4. Bingo: é um jogo que pode contribuir como estratégia de captação de recursos. A arrecadação é feita pela venda de cartelas de bingo, de ingressos ou de comida e bebida durante o evento paralelo ou como parte do projeto de lazer;



5. Outros eventos paralelos ou integrantes ao projeto de lazer como almoços temáticos, jantares comemorativos, festas, shows, quermesses, feiras, leilões, exposições podem se constituir em ótimas estratégias de captação de recursos para atender as necessidades de um projeto de lazer mais abrangente;
6. Contribuição de associado – estabelecer um grupo formal de sócios para assumir mensalidades ou anuidades que contribuam para o projeto de lazer e sua continuidade. Esta contribuição em dinheiro ou sob outra espécie deve ser definida conforme o tipo de associação e a natureza da filiação. Podem ser criadas diferentes categorias, como sócio benemérito ou fundador, ou faixas de contribuição diferenciadas para pessoas físicas e jurídicas, entre outras.
7. Apadrinhamento: é um sistema em que a organização do projeto obtém de pessoas ou instituições o compromisso de custeio de total ou parte do projeto, mediante uma contribuição periódica que vincula o seu nome ao trabalho da entidade. Por este sistema, que chega a manter grandes organizações no mundo inteiro, uma entidade de meio ambiente, por exemplo, pode captar empresas ou pessoas que apadrinhem uma praça, um jardim ou um parque.
8. Venda de produtos ou serviços, associados à marca e objetivos do projeto e entidades envolvidas de modo que um percentual da arrecadação seja convertido como recursos para viabilizar a realização das ações, entre outros.

Contudo, como premissa a qualquer proposta que venha a partir de nós que percorremos este curso, na carreira docente ou como turismólogo, é preciso perceber os valores e funções que o lazer desperta para serem aplicados com objetivos e impactos bem definidos. Especialmente nesta época dominada pelos interesses econômicos disputados em defesa de uma lógica neoliberal que exige posturas mais cidadãos, menos individualistas e consumistas, para qual o lazer precisa retomar suas funções através de ações mais humanas e coletivas, que promovam uma vivência comunitária.

Vivências que nos ensinam que o termo “comunidade” não se refere a “comum – unidade” – algo que é harmônico ou igual. Ao contrário, “comunidade e grupo” são termos que se referem a processos permanentemente em transformação, à produção e à decomposição de novas ordens, novos encontros entre pessoas, idéias, projetos, desejos e métodos; onde persistem a multiplicidade, a singularidade e a articulação entre o todo e a exceção. (PINTO, Leila Mirtes (org.) em MARCELLINO, 2007, p. 11).



## Atividade Final

**Atende aos Objetivos 2 e 3**

Com base no tema, nos objetivos e justificativas assinalados por você na Atividade 1, complemente a estrutura do projeto de lazer proposto em um espaço de seu bairro para o público portador de necessidade especiais. Elabore a programação pretendida e os instrumentos de planejamento (cronograma das etapas de implementação, orçamento de despesas e receitas, estratégias de captação de recursos e de marketing e sistema de avaliação) adequados à proposta inicial.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

---

### **Resposta Comentada**

*No decorrer desta aula, desenvolvemos as etapas de elaboração de um projeto de lazer para os objetivos de um projeto fictício para a Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Retome o exemplo oferecido para guiar o desenvolvimento do seu projeto, lembrando de adaptar os itens do cronograma de implementação para as necessidades de seu projeto, considerando a realidade observada em seu bairro/cidade.*

### **Resumo**

Tivemos como objetivo estruturar um projeto de lazer, a partir da identificação de oportunidades (ou necessidades) verificadas em grupos sociais ou instituições. Devemos recorrer às funções mais amplas do lazer especialmente na aplicação do *lazer para educar* e da *educação pelo lazer*. Identificar uma boa ideia e transformá-la em projeto requer a mensuração de objetivos gerais e específicos (SMART) e a pesquisa junto ao público e ao mercado que contribuam com informações que justifiquem e torne relevante para a sociedade a realização de um projeto. A equipe organizadora deverá estabelecer instrumentos de controle e avaliação das etapas de implementação e elaborar argumentos e estratégias eficientes para a captação de recursos e de parceiras que viabilizem financeira e tecnicamente a realização do projeto. A adequação de um projeto a uma realidade concreta é uma das condições para o seu sucesso, cabendo ao profissional de turismo a sensibilidade ao avaliar o ambiente e as variáveis socioeconômicas que incidem sobre os objetivos do projeto, potencializando-as a favor do benefício coletivo.



**Lazer**

# Referências

## Aula 11

---

ANTUNES, C. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS LOTERIAS ESTADUAIS. Jogo: a indústria do século 21. <<http://www.able.org.br/noti.php?ArtID=62>>. Acesso em: 24 set. 2010.

BARRETO, Sidirley de Jesus. *Psicomotricidade: educação e reeducação*. Blumenau: Odorizzi, 1998.

BEZERRA, Edson Alves. *A importância do jogo na educação infantil*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2984/1/A-Importancia-do-Jogo-na-Educacao-Infantil/Pagina1.html>>. Acesso em: 13 dez. 2007.

BRASIL. lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5. jan. 1994.

BRESCIANI, Alex Antônio. *A guerra dos botões: a estética da violência nos jogos eletrônicos*. Disponível em: <[http://www.benzaiten.com.br/artigo/consolidacao\\_jogos.htm](http://www.benzaiten.com.br/artigo/consolidacao_jogos.htm)>. Acesso em: 23 set. 2010.

BRESCIANI, Alex Antonio. *A breve e lucrativa história de consolidação dos jogos*. Disponível em: <[http://www.benzaiten.com.br/artigo/consolidacao\\_jogos.htm](http://www.benzaiten.com.br/artigo/consolidacao_jogos.htm)>. Acesso em: 23 set. 2010.

BRUHNS, H. T. *O corpo parceiro e o corpo adversário*. Campinas: Papirus, 1993

BULLYNG: Brasil escola. <<http://www.brasilecola.com/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em: 24 set. 2010.

CAILLOI, R. *Los juegos y los hombres: la máscara y El vértigo*. México: Fondo de cultura económica, 1994.

CARVALHO, M. *A sagrada família da educação física*. Vitória: UFES, 1997.

DECLARAÇÃO dos Direitos da Criança <<http://www.culturabrasil.org/direitosdacrianca.htm>>. Acesso em: 24 set. 2010.

FARIAS JUNIOR, A. G. *A reinserção dos jogos populares nos programas escolares: motrivivência*, Florianópolis, v. 8, n. 9, p. 44-65, dez. 1996

FREIRE, J. B. Esboço de organização de um currículo em uma escola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11., 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1999. v. 2. p. 70-84.

GONÇALVES, Yatânderos dos Santos. *Recreação: o valor da recreação no incentivo a prática da educação física no colégio estadual ana nery de 5ª a 8ª série*. Recreação-CDOF. Com.br. Disponível em: <<http://www.cdof.com.br/recrea25.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1993 p. 33.

JOGO. WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos>>. Acesso em: 13/12/2007.

LARIZZATTI, Marcos F. *Lazer e recreação para o turismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

LIMA, Sidilene Alves. *O jogo para Vygotsky: o aprendizado através do brinquedo segundo Vygotsky*. 15 out. 2009. SAL. Disponível em: <[http://www.psicopedagogiasal.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52:o-jogo-para-vygotsky&catid=11:artigos&Itemid=41](http://www.psicopedagogiasal.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52:o-jogo-para-vygotsky&catid=11:artigos&Itemid=41)>. Acesso em: 24 set. 2010.

MARCELINO, N. C. (Org.) *Políticas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas. Autores Associados, 1996.

O X da questão: brincadeira. <<http://www.divertudo.com.br/bau/xis.html>>. Acesso em: 24 set. 2010.

OLEIAS, V. J. *Conceito de lazer*. Disponível em: <<http://www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.html>>. Acesso em: 14/12/2007.

OLIVEIRA, P. S. *O que é brinquedo*. São Paulo: Brasiliense, 1989

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. *Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional*. Jundiaí: Fontoura, 2003.

RECREAÇÃO: dinâmica de grupo. Cooperativa do Fitness. 22 jan. 2009. <<http://www.cdof.com.br/recrea7.htm#3>>. Acesso em: 24 set. 2010.

## Aula 12

---

BARDET, Gaston. *O urbanismo*. Trad. Flávia C. S. Nascimento. Campinas, SP: Papirus, 1990. 141 p.

COELHO, Paulo D. A questão regional e os planos regionais de desenvolvimento. In: VELLOSO, João P. Reis (Org.). *Brasil em mudanças*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 267-274.

LEITÃO, Lucia (Org.) *As praças que a gente tem as praças que a gente quer: manual de procedimentos para a intervenção em praças*. Recife: [s.n.], 2002, 118 p.

- LIMA, Renato Eugenio. (Coord). *Uso dos solos e rios: conceitos básicos e aplicações para Curitiba*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000, 194 p.
- LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 184 p.
- MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de Lazer*. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção Estudos do lazer)
- MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995. 83 p. (Coleção Fazer Lazer).
- MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. *Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades*. Tradução Ricardo de Bitencourt Brum. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. 232 p.
- MIRANDA, Danilo Santos. Democratizar a cultura, democratizar as culturas. In: BRANT, Leonardo (Org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003.
- MOTA, S. *Urbanização e meio ambiente*. São Paulo: Abes, 1999. 352 p.
- PELLEGRIN, Ana de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 31-38.
- REQUIXIA, R. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 473 p.
- SILVEIRA, Marcos Aurélio T.; MEDEIROS, M. J. Plano diretor de turismo: o caminho para a eficácia em planejamento turístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 8, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. 8 p.
- SOUZA, Marcelo José L. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996, 97 p.
- STUCCHI, Sérgio. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. O profissional de turismo e lazer. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 9., n. 65, oct. 2003.



ABREU, Fernanda. Rio 40 Graus. Disponível em: <<http://vounessa.terra.com.br/musica/214217/fernanda-abreu/rio-40-graus.html>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

AMBIENTE unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

BAVA, Sílvio Caccia. *Participação, representação e novas formas de diálogo público*. In: SPINK, Peter; BAVA, Sílvio C.; PAULICS, Veronika (Org.). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Programa Polis: FGV-Eesp, 2002. p. 75-103.

BRAMANTE, A. C. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992. p. 161-179.

CARVALHO, P. de F. Instrumentos legais de gestão urbana: referências ao Estatuto da Cidade e ao zoneamento. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/Pompeu03.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], n. 2, p. 55-71, 2000.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1996.

GRAU, Nuria Cunill. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

MARCELLINO, Nelson; BARBOSA, Felipe; MARIANO, Stéphanie. Lazer, cultura e patrimônio ambiental. *Licere*, Belo Horizonte, v.10, n.3, dez. 2007.

MELO, Victor Andrade de, NASCIMENTO, Marcos Avellar do. *Capacitação de animadores culturais: uma experiência no Morrodo Borel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Mimeo. Disponível em: <[http://grupoanima.org/wp-content/uploads/meio\\_amb\\_art\\_enarel99.pdf](http://grupoanima.org/wp-content/uploads/meio_amb_art_enarel99.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2010.

MELO, Victor Andrade de. Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário. Disponível em: <[http://grupoanima.org/wp-content/uploads/meio\\_amb\\_art\\_enarel99.pdf](http://grupoanima.org/wp-content/uploads/meio_amb_art_enarel99.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2010.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p. 43-78.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de recreação lazer e desenvolvimento local: construção a partir da educação popular. In: CONGRESO NACIONAL DE RECREACIÓN, 10, 2008, Bogotá, D. C. *Anais...* Bogotá, D.C.: Centro de Documentación Virtual en Recreación, Tiempo Libre y Recreación, 2008. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/LMagalhaes.html>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

REQUIXIA, R. *Lazer e ação comunitária*. São Paulo: SESC, 1973.

RIBEIRO, Renata Maria; SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. *Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba, PR*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2005.

SILVA, Débora Alice Machado da. *Territórios do lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural*. In: MARCELINO, N. C. (Org.). *Políticas Públicas de Lazer*. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer).

MELO, Victor Andrade de. Lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário. 1999. ANIMA: lazer, animação cultural e estudos culturais. Disponível em: <<http://grupoanima.org/lazer-meio-ambiente-e-envolvimento-comunitario//>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

VEJA imagens das chuvas no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/0,,GF81194-5606,00-VEJA+IMAGENS+DAS+CHUVAS+NO+RIO+DE+JAN+EIRO.html>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

TABAK, Bernardo. *Parque Nacional da Tijuca vai ser o primeiro a ter plano de contingência*: serão usados R\$ 15 milhões na recuperação das áreas atingidas: local poderá ser fechado a qualquer momento diante de tempestades. 20 abr.2010 Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/04/parque-nacional-da-tijuca-vai-ser-o-primeiro-ter-plano-de-contingencia.html>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OFICINAS culturais do Degase. Grupo cultural de Afroreggae. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org.br/atuacao-gcar/projetos-especiais/oficinas-culturais-do-degase/>>. Acesso em: 04 nov. 2010.

A ESCOLA e o lazer. Disponível em: <[http://www.quadernsdigitals.net/datos\\_web/hemeroteca/r\\_1/nr\\_775/a\\_10495/10495.html](http://www.quadernsdigitals.net/datos_web/hemeroteca/r_1/nr_775/a_10495/10495.html)>. Acesso em: 06 dez. 2010.

BONALUME, Cláudia Regina. *Estilo de vida e lazer no atual processo de urbanização*. Disponível em: <[http://www.urbanidades.unb.br/05/artigo\\_3\\_claudia\\_bonalume.pdf](http://www.urbanidades.unb.br/05/artigo_3_claudia_bonalume.pdf)>. Acesso em: set. 2010

DISKIN, L. Qualidade de vida é possível? *Revista E*, São Paulo, p. 34-9, out. 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Série Debates).

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GRUMAN, Marcelo. (In) Diferença por excesso? O lugar das identidades na contemporaneidade. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, PR, n. 79, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/079/79gruman.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

GRUMAN, Marcelo. (In) diferença por excesso? O lugar das identidades na contemporaneidade. *Revista espaço Acadêmico*, Maringá, PR, n. 79, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/079/79gruman.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas, SP. Alínea, 2008 (Coleção estudos do lazer).

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Papirus Editora: Campinas, 1990.

MARCELLINO, N. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. A. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MELO, Victor. Teoria do lazer. Disponível em: <[www.lazer.eefd.ufrj.br/cursos/teoria\\_lazer\\_ufrj\\_2005\\_1.ppt](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cursos/teoria_lazer_ufrj_2005_1.ppt)>. Acesso em: 06 dez. 2010.

NUNES, Brasilmar F. (Org.) *Sociologia de capitais brasileiras*: participação e planejamento urbano. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

PARKER, S. *A sociologia do lazer*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

PEREIRA, J. V. *Lazer e educação permanente*. Sesc: São Paulo, 1979. (Cadernos de Lazer).

PINTO, Leila M. S. M.; BURGOS, Miria.(Org.) *Lazer e estilos de vida*. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, 2002.

PIRES, G. L. Lazer e desenvolvimento pessoal e social. SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE, 09., 2008. *Anais...*, São Paulo: USP/Leste: 2008. Disponível em: <[www.labomidia.ufsc.br/index.php?option=com...task](http://www.labomidia.ufsc.br/index.php?option=com...task)>. Acesso em: 06 dez. 2010.

REQUIXA, R. *Sugestões de directrizes para uma política nacional de lazer*. ESC: São Paulo, 1980.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Entre coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo: Fase, 2004.

SEMERENE, Barbara. *Outras festas folclóricas: como um acontecimento vira folclore e por que outros não sobrevivem*. Uniersia: rede de universidades, redes de oportunidades. Disponível em: <<http://universia.com.br/preuniversitario/materia.jsp?materia=11416>>. Acesso em: 06 dez de 2010.

SILVA, Débora Alice Machado da. Territórios do lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. In: MARCELINO, N.C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção estudos do lazer).

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, Luiz Alberto. Condomínios residenciais e loteamentos fechados. 30 maio 2003. Disponível em: <[http://www.vivercidades.org.br/publique\\_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=512&sid=21&tpl=printerview](http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=512&sid=21&tpl=printerview)>. Acesso em: 06 dez. 2010.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZUIN, A. *Indústria cultural e educação: o novo canto da sereia*. Campinas: Autores Associados: Fapesp, 1999.

## Aula 15

---

ALMEIDA, M.; GUTIERREZ, G. Subsídios teóricos do conceito cultura: para entender o lazer e suas políticas públicas. *Conexões*, Campinas, SP, v. 2, n. 1, 2004

BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. *O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas*. Belo Horizonte, 1995.

BONALUME, C. R. Controle social das políticas de esporte e lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008, p. 153-170.

- BRAMANTE, A. C. Política de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- BRUHNS, Heloisa Turini. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1990.
- CRUZ, Manoel. *Políticas públicas de lazer*. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1310/1121>>. Acesso em: 05 ago. 2011.
- IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2. ed., 2001.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.
- LIAO, R. Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n.3, p. 39-52, maio 2003.
- LINHALES, Meily Assbú. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. *Licere*, Belo Horizonte, v. 1, p. 19 – 30, set. 1998.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, Nelson. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 2006. p. 136-164.
- MULHÜER, Ademir. DACOSTA, Lamartine Pereira. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2002.
- PELEGRIN, Ana de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. *Políticas públicas setoriais de lazer*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de recreação/lazer e desenvolvimento local: construção a partir da educação popular. In: CONGRESO NACIONAL DE RECREACIÓN COLDEPORTES, 10, 2008, Bogotá. *Anais...*, Bogotá: Centro de Documentación Virtual en Recreación, Tiempo Libre y Ócio, 2008. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/LMagalhaes.html>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

REIS, Leôncio José de Almeida; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v.11, n. 2, p.3, ago. 2008.

REQUIXA, R. As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, n. 45, p. 54-76, 1980.

ROCHA, Luiz Carlos. Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. *Diálogos Possíveis*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2004. Disponível: <<http://boletimef.org/biblioteca/1282/Politicas-publicas-de-lazer-um-olhar-sobre-a-realidade-brasileira>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos, In: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. de (Org.). *O estudo da política*: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *Motrivivência*, Florianópolis, ano 10, n. 11, 1998.

## Aula 16

---

ALMEIDA, Marco. Conflito e gestão da qualidade de vida nas organizações. In: VILARTA, Roberto (Org.). *Qualidade de vida e fadiga institucional*. Campinas: IPES. p. 85-96. Disponível em: <[http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns\\_interdisciplinares\\_saude/ambiente/ambiente\\_cap17.pdf](http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/ambiente/ambiente_cap17.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

ALMEIDA, Marco; GUTIERREZ, Gustavo. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Conexões*, Campinas, SP, v. 2, n. 1, 2004.

ALMEIDA, Marco; GUTIERREZ, Gustavo. Políticas públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer. In: VILARTA, Roberto. (Org.). *Qualidade de vida e políticas públicas*: saúde, lazer e atividade física. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004. p. 67-84.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em foco*, Petropolis: [s.n.], 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Secretaria Municipal de Esportes. *O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas*. Belo Horizonte, 1995.

BONALUME, C. R. Controle social das políticas de esporte e lazer. In: MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alinea, 2008. p. 153-170.

BRAMANTE, A. C. Política de lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico: área profissional: lazer e desenvolvimento social*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lazdesso.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte leva programa de lazer a comunidades indígenas, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/05/13/ministerio-do-esporte-leva-programa-de-lazer-a-comunidades-indigenas>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de planejamento e investigações estratégicas. *Orientações para a elaboração do plano plurianual 2012–2015*. Brasília, DF, 2011. 73 p. Disponível em: <[http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes\\_para\\_elaboracao\\_do\\_ppa\\_2012-2015.pdf](http://www.advivo.com.br/sites/default/files/documentos/orientacoes_para_elaboracao_do_ppa_2012-2015.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. MTur apresenta plano nacional de turismo 2011/2014. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20110630.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20110630.html)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano nacional de turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/downloads\\_plano\\_nacional/PNT\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

BRUHNS, Heloisa Turini. *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papirus, 1990.



CARTA internacional de educação para o lazer. Disponível em: <[http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo\\_exibe1.asp?cod\\_noticia=195](http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195)>. Acesso em: 06 jul. 2011.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CRUZ, Manoel. *Políticas públicas de lazer*. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1310/1121>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GANDIN, D. *Planejamento como prática educativa*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2006*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/munic2006](http://www.ibge.gov.br/munic2006)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. 2 ed. São Paulo: Thonsom Learning, 2001.

INSTITUTO de desenvolvimento tecnológico do centro-oeste. *Plano de recreação e lazer ecológico (PRLC)*. Disponível em: <[http://www.itco.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=68](http://www.itco.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=68)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

LIAO, R. Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal. *Revista brasileira de ciências do esporte*, Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 39-52, maio. 2003.

LINHALES, Meily Assbú. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 1, p. 19-30, set., 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed., ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARINO, E. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de. *Participação social em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: o exemplo das conferências nacionais do esporte*. Disponível em: <[http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns\\_interdisciplinares\\_saude/ppqvaf/ppqvaf\\_cap2.pdf](http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/ppqvaf/ppqvaf_cap2.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2011.



MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

MULHÜER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira. *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2002.

NORTE, Pablo. Análise de políticas públicas de lazer em projetos sociais. Webartigos. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/20284/1/ANALISE-DE-POLITICAS-PUBLICAS-DE-LAZER-EM-PROJETOSSOCIAIS/pagina1.html#ixzz1MdQO0KEg>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

PADILHA, R. P. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2001.

PELEGRIN, Ana de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Santos de Magalhães. Políticas públicas de recreação: lazer e desenvolvimento local: construção a partir da educação popular. In: CONGRESO NACIONAL DE RECREACIÓN COLDEPORTES, 10., 2008. Bogotá. *Anais...* Bogotá: FUNLIBRE, 2008. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/LMagalhaes.html>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

PROGRAMA de regionalização do turismo: roteiros do Brasil é avaliado. *Jornal de turismo*, 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldeturismo.com.br/noticias/brasil/36136-programa-de-regionalizacao-do-turismo-roteiros-do-brasil-e-avaliado.html>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

REIS, Leôncio José de Almeida; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 3, ago. 2008.

REQUIXA, R. As dimensões do lazer. *Revista brasileira de educação física e desportos*, Brasília, n. 45, p. 54-76, 1980.

ROCHA, Luiz Carlos. Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. *Diálogos possíveis*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://boletimef.org/biblioteca/1282/Politicas-publicas-de-lazer-um-olhar-sobre-a-realidade-brasileira>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos, In: ROCHA, Luiz Carlos;

CARVALHO, M. I. V. de (Org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de estado da cultura, turismo e esporte. *Sistema estadual de incentivo à cultura, ao turismo e ao esporte*. Disponível em: <[http://www.unesporte.org.br/forum2007/apresentacao\\_fundesporte.pdf](http://www.unesporte.org.br/forum2007/apresentacao_fundesporte.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?. *Motrivivência*, Florianópolis, ano 10, n. 1, 1998.

TAVARES, S. Avaliação de projetos socioesportivos. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, 2006. p. 200-211.

## Aula 17

---

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Como fazer projetos de lazer; elaboração , execução e avaliação*. Campinas /SP: Papirus, 2007 (Coleção Fazer/Lazer).

ANDER-EGG, E; IDÁÑEZ, M. J. A. *Cómo elaborar un proyecto: guía para diseñar proyectos sociales y culturales*. Madrid: Instituto de Ciencias Sociales Aplicadas, 1997.

ANDRADE, J. O. Resenha do livro: *Avaliação de impactos dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. Chris Roche. E & G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 163-167, abr. 2005.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S.; VALLI, C. M. *Da vulnerabilidade social à vulnerabilidade psíquica: uma proposta de cuidado em saúde mental para adolescentes em situação de rua e exploração sexual*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2005. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200010&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200010&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 30 Sept. 2006.

BOFF, L. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília/DF: Letraviva, 2000.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 6ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05/10/1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

- GANDIN, D. *Planejamento como prática educativa*. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- INDER – Instituto de Deportes e Recreación. *La política pública para el deporte y la recreación*. Medellín. Disponível em: <http://www.inder.gov.co/imagenes/21>>. Acesso em: 01 out. 2006.
- MARINO, E. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Instituto Airton Senna/ Saraiva, 2003.
- MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, mai. 2003.
- RAWLINGS, L B. *Avaliação de impacto: objetivos e formas*. Disponível em <[http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1131468287118/1876750-1140119752568/Rawlings\\_Port.pdf](http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1131468287118/1876750-1140119752568/Rawlings_Port.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2006.
- ROCHE, C. *Avaliação de impacto dos trabalhos em ONGs*. São Paulo: Cortez. 2000.
- SANTOS, B. de S. O norte, o sul e a utopia. In: SANTOS, B. de S. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 281-348.
- Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v.4, n.1, janeiro/junho, 2008. 127
- SILVA, C. R.; FREITAS, H.; LOPES, R. E. Adolescentes, vulnerabilidade, sexualidade e saúde mental. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2, 2005. Disponível em <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200077&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200077&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 30 Sept. 2006.
- SOARES, M.; MONTEIRO, M.; MONTEIRO, S. *Projeto Sesc na praia e Sesc no piscinão*. Rio de Janeiro: Instituto Muda Mundo, 2006. CD-rom.
- TABARES, J. F. *O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social*. In: MELLO, V. de A.
- TAVARES, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, p. 212-224, 2006.
- TAVARES, S. *Avaliação de projetos sócio-esportivos*. In: MELLO, V.de A.
- TAVARES, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, p. 200-211, 2006.





ISBN 978-85-7648-871-2



9 788576 488712



**UENF**  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

**uff**



**UNIRIO**



**FAPERJ**  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da  
Educação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA